



**Comissão de
Cidadania e
Direitos
Humanos**

**COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
SUBCOMISSÃO DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA**

RELATÓRIO FINAL

2017

Dedicamos este trabalho aos que resistiram, aos que lutaram e aos que morreram por liberdade e justiça, durante os 21 anos de ditadura militar no Brasil, no período entre 1964 e 1985.



“Nos períodos de terror, o direito não tem força, pois é a força que predomina sobre o direito.” [Sobral Pinto]

54ª Legislatura – 2017

MESA DIRETORA

Presidente: Deputado Edegar Pretto - PT

1º Vice-Presidente: Deputada Liziane Bayer - PSB

2º Vice-Presidente: Deputado Frederico Antunes - PP

1ª Secretária: Deputada Juliana Brizola - PDT

2º Secretário: Deputado Juvir Costella - PMDB

3º Secretário: Deputado Maurício Dziedricki - PTB

4ª Secretário: Deputado Adilson Troca - PSDB

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos

Presidente: **Deputado Jeferson Fernandes - PT**

Vice-Presidente: **Deputada Miriam Marroni - PT**

Titulares

Deputado Álvaro Boessio - PMDB

Deputado Ênio Bacci - PDT

Deputado Marcel van Hattem - PP

Deputado Lucas Redecker - PSDB

Deputado Luis Augusto Lara - PTB

Deputada Manuela d'Ávila - PCdoB

Deputado Bombeiro Bianchini - PPL

Deputado João Reinelli - PV

Deputado Missionário Volnei - PR

Deputado Pedro Ruas - PSOL

Suplentes

Deputado Luiz Fernando Mainardi - PT

Deputada Stela Farias - PT

Deputado Tiago Simon - PMDB

Deputado Eduardo Loureiro - PDT

Deputado João Fischer - PP

Deputado Aloísio Classmann - PTB

Deputado Pedro Pereira - PSDB

Deputado Juliano Roso - PCdoB

A aprovação, instalação e oitivas desta Subcomissão foram realizadas em 2015, durante a 54ª Legislatura, como segue:

54ª Legislatura – 2015

MESA DIRETORA

Presidente: **Deputado Edson Brum - PMDB**

1º Vice-Presidente: **Deputado Ronaldo Santini - PTB**

2ª Vice-Presidente: Deputada Regina Becker Fortunati - PDT

1ª Secretária: Deputada Silvana Covatti - PP

2º Secretário: Deputado Edegar Pretto - PT

3º Secretário: Deputado Adilson Troca - PSDB

4ª Secretária: Deputada Liziane Bayer - PSB

Suplentes

Deputado Vilmar Zanchin - PMDB

Deputado Juliano Roso - PCdoB

Deputado Sérgio Peres - PRB

Deputada Any Ortiz - PPS

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos

Presidente: **Deputado Catarina Paladini – PSB**

Vice-Presidente: **Deputado Álvaro Boessio - PMDB**

Titulares

Deputado Ênio Bacci - PDT

Deputado Jeferson Fernandes - PT

Deputado Jorge Pozzobom - PSDB

Deputada Manuela d'Ávila - PCdoB

Deputado Marcel van Hattem - PP

Deputada Miriam Marroni - PT

Deputado Missionário Volnei - PR

Deputado Pedro Ruas - PSOL

Suplentes

Deputado Alexandre Postal - PMDB

Deputado Aloísio Classmann - PTB

Edegar Pretto - PT

Eduardo Loureiro - PDT

Elton Weber - PSB

Gerson Borba - PP

Juliano Roso - PCdoB

Stela Farias - PT

Zilá Breitenbach - PSDB

SUBCOMISSÃO DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Presidente e Relator: **Deputado Pedro Ruas - PSOL**

Deputado Álvaro Boessio – PMDB

Deputado Jeferson Fernandes – PT

Deputada Manuela d'Ávila – PCdoB

A Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça foi instalada em 11 de março de 2015, com prazo de 120 dias de duração (cfe. art.74§ 8º do Regimento Interno da ALRS). Este é um resumo do Relatório final, publicado na gestão da atual composição da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, em 2017, onde o relatório completo está arquivado.

PREFÁCIO

Em março de 2015 tivemos aprovada, por esta Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, a realização de uma Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, com a finalidade de levantar informações sobre os delitos praticados no período da ditadura militar no Rio Grande do Sul. Durante cinco meses, de abril até agosto de 2015, ouvimos depoimentos de 13 pessoas, sendo que 11 dessas foram vítimas diretas, perseguidas, cassadas, presas, torturadas e submetidas a todo o tipo de atrocidades, no período de 1964 a 1985. Outras duas personalidades – Suzana Lisboa, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, e Carlos Frederico Guazzelli, coordenador da Comissão Estadual da Verdade – aceitaram nosso convite e vieram a essa Casa Legislativa trazer seus conhecimentos sobre tema tão doloroso. No caso de Suzana, é de ressaltar-se a importância extraordinária de seu trabalho em todo o país, na condição de esposa de Luiz Eurico Tejera Lisboa (desaparecido político, cujo corpo foi o primeiro a ser encontrado no Brasil), bem como na liderança das famílias de mortos e desaparecidos na busca dos corpos de seus entes queridos. Em cada depoimento, pudemos sentir que ali estavam pessoas ainda marcadas pela forma como foram tratadas pelo Estado.

Nenhuma recuou em reviver suas dores, relembrar e contar sobre seus feitos e projetos de vida que foram – de forma cruel – modificados em decorrência das prisões e do sofrimento causado pela violência, pela tortura. Muitos, além do depoimento, deixaram documentos, os quais a subcomissão precisou analisar, estudar, investigar e até tentar encontrar pessoas citadas que sofreram atrocidades e que ainda não tiveram justiça.

Recebemos uma série de demandas na voz de cada um dos depoentes: “jamais esquecer – ou deixar esquecer – tudo o que aconteceu”. Percebemos, pelas falas, que tal esquecimento representaria um novo atentado contra as vidas desses personagens que sobreviveram apesar de tantas dores, tantas perseguições. Mais que isso, seria espezinhar a memória de tantos que deram sua liberdade, seus projetos existenciais, sua integridade física – e até suas vidas – o que tragicamente representam os corpos ainda buscados por familiares.

Nos sentimos na obrigação de agradecer - diante de tanta coragem – a ajuda dos relatos. Reviver, ao contar, pode ser até um desabafo. Pode, contudo, ser uma forma de viver de novo, no sentimento, o próprio inferno. Não fosse a disponibilidade, de cada um, ao aceitar o convite dessa Subcomissão de Memória, Verdade e Justiça, não teríamos condições de obter informações básicas para este trabalho e para a sociedade como um todo. Muito obrigado Bruno Costa, Carlos Contursi, Sérgio Bittencourt, Flávio Tavares, Nilce Cardoso, Raul Ellwanger, Carlos Frederico Guazzelli, Paulo de Tarso Carneiro, Raul Pont, Suzana Lisboa, Raul Carrion, Maria Serpa Ramminger e Índio Vargas. Muitos outros poderiam – e até deveriam – apresentar seus relatos. O tempo regimental, entretanto, não nos permitiu essa possibilidade e pedimos desculpas a tantos quantos nos procuraram para apresentar, também, sua própria experiência. Após ouvir e analisar os depoimentos e os documentos, fica a certeza de que cada um descobriu sua maneira de conviver com seus traumas, suas perdas, suas dores mais sentidas, uma vez que a justiça nunca foi feita. Não foram processados ou presos os torturadores e assassinos, bem como não foram incomodados seus chefes na cadeia de comando. O Brasil deixa esta chaga para as gerações futuras, o que é uma vergonha que atinge a todos nós, parti-

cularmente os que realmente se interessam pelo tema. Por outro lado, até que ponto o método dos organismos de segurança continua a ser utilizado, nos mesmos moldes, nos dias atuais? É sabido que as camadas mais pobres e desvalidas de nosso país continuam vítimas de “autoridades” que se julgam no direito de desrespeitar a lei, onde é emblemático o conhecido “caso Amarildo”, quando a polícia militar, no Rio de Janeiro, torturou brutalmente um operário até a morte. A imprensa denuncia, diariamente, casos e mais casos de jovens pobres, geralmente negros, mortos por milícias ou forças policiais, onde também não faltam corpos desaparecidos, na herança triste da impunidade com que foram tratados os crimes da ditadura civil-militar. Por conclusões como essas, entre as recomendações, figuram algumas no sentido de dotar o Estado para que a segurança tenha como foco os direitos humanos. Por fim, nos resta agradecer a compreensão dos nobres colegas, deputados que estiveram conosco nesta Subcomissão, Álvaro Boessio, Jeferson Fernandes e Manoela D’Ávila. Da mesma forma, somos gratos à composição da Comissão da Cidadania e Direitos Humanos, gestões 2015, 2016 e 2017, antes sob a presidência do deputado Catarina Paladini e, atualmente, sob o comando do deputado Jeferson Fernandes, que, de forma generosa, possibilitaram a publicação do presente relatório.

Deputado Pedro Ruas

Relator

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| PREFÁCIO..... | 08 |
| SUMÁRIO | 11 |
| CAPÍTULO I | |
| CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA | |
| 1.1 Os Direitos Humanos e o Direito à Verdade e à Memória..... | 14 |
| 1.2 A conscientização política dos militares. | 15 |
| 1.3 Antecedentes imediatos do Golpe de 1964..... | 16 |
| 1.4. A repressão no Rio Grande do Sul aos políticos e movimentos estudantis em geral | 18 |
| 1.4.1 O DOPS/RS e sua atuação. | 25 |
| 1.4.2 1968-1974–Os “anos de chumbo” | 28 |
| CAPITULO II - DEPOIMENTOS..... | |
| 2.1 Deputado Pedro Ruas faz abertura..... | 38 |
| 2.1.1 Bruno Mendonça Costa..... | 40 |
| 2.1.2 Carlos Frederico Guazzelli | 44 |
| 2.1.3 César Contursi..... | 47 |
| 2.1.4 Sérgio Luiz Bitencourt. | 50 |
| 2.1.5 Flávio Tavares..... | 54 |
| 2.1.6 Nilce Azevedo Cardoso..... | 58 |
| 2.1.7 Raul Ellwanger | 61 |
| 2.1.8 Paulo de Tarso Carneiro. | 65 |
| 2.1.9 Raul Pont. | 70 |
| 2.1.10 Suzana Lisboa..... | 75 |
| 2.1.11 Raul Carrion..... | 80 |
| 2.1.12 Ignez Maria Serpa Ramminger..... | 84 |
| 2.1.13 Índio Brum Vargas..... | 88 |
| CAPITULO III – CASOS A PARTIR DOS DEPOIMENTOS | |
| 3.1 – Uma Análise dos depoimentos..... | 92 |
| 3.1.1 – Histórias de gaúchos no interior da OBAN/SP..... | 92 |
| 3.1.2 – Participação de médicos na tortura..... | 103 |

CAPITULO IV – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

| | |
|--|-----|
| 4.1 Conclusões..... | 106 |
| 4.1.1 Verificação da ocorrência de crimes de lesa-humanidade | 106 |
| 4.1.2 Comprovação das violações de Direitos Humanos generalizadas e sistemáticas..... | 107 |
| 4.1.3 Permanência do quadro de graves violações de Direitos Humanos..... | 108 |
| 4.2 Recomendações. | 108 |
| 4.2.1. Responsabilizar as Forças Armadas pela prática sistêmica de violações de direitos humanos no território nacional..... | 109 |
| 4.2.2 Responsabilização jurídica dos agentes públicos que cometeram as violações | 109 |
| 4.2.3 Propor e implementar medidas administrativas e judiciais pela prática de crimes de lesa-humanidade..... | 110 |
| 4.2.4 Proibição de eventos oficiais salustivos à ditadura militar 1964/1985. | 110 |
| 4.2.5 Reformulação de concursos e currículos de áreas de Segurança Pública. | 111 |
| 4.2.6 Retificação das causas mortis nos assentos de óbitos de pessoas mortas pelo regime militar..... | 111 |
| 4.2.7 Desvinculação do Instituto Médico Legal da Secretaria Estadual de Segurança Pública e da Polícia Civil. | 111 |
| 4.2.8 Dignificação do sistema prisional e socioeducativo. | 112 |
| 4.2.9 Revogação da Lei de Segurança Nacional. | 112 |
| 4.2.10 Aperfeiçoamento das Leis Penais e Processuais, tipificação de figuras penais correspondentes a crimes de lesa-humanidade..... | 113 |
| 4.2.11 Desmilitarização das polícias militares..... | 113 |
| 4.2.12 Sítios de memória | 113 |
| 4.2.13 Retirar homenagens públicas a pessoas responsáveis pela violação de Direitos Humanos. | 114 |
| 4.2.14 Homenagear vítimas da ditadura em ruas, escolas, logradouros, bairros e interior de órgãos públicos..... | 114 |
| 4.2.15 Promover a busca de cópias dos arquivos policiais e de outras entidades, bem como dos agentes repressivos..... | 114 |

| | |
|---|-----|
| 4.2.16 Recomendações especiais. | 114 |
| ANEXOS | |
| Anexo I– Requerimento para a constituição da Subcomissão | 117 |
| II – Relação de gaúchos e pessoas de outras naturalidades e nacionalidades, mortos ou desaparecidos no Rio Grande do Sul, em outros estados da federação ou no exterior | 119 |
| Anexo III – Locais de repressão no RS. | 136 |
| Anexo IV – Responsáveis por violações dos Direitos Humanos no período da Ditadura Militar..... | 138 |
| Bibliografia. | 146 |
| Equipe Executiva/Agradecimentos. | 149 |

CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

1.1. Os Direitos Humanos e o direito à verdade e à memória

O sistema internacional de proteção dos Direitos Humanos tem como marco fundamental a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, que, após o choque mundial provocado pela descoberta das atrocidades praticadas pelos nazistas, universalizou para todos os povos os direitos inalienáveis e imprescritíveis. Segundo esta concepção, “todo indivíduo é dotado de dignidade humana e titular de direitos invioláveis”. Os direitos humanos são indivisíveis e, portanto, a violação de algum desses direitos implica na violação dos demais, não somente contra o indivíduo lesado, mas contra a comunidade a que ele pertence e, nessa linha, contra a própria humanidade.

A titularidade de direitos que transforma todos os indivíduos em sujeitos do Direito Internacional foi consubstanciando-se, ao longo do tempo, por instrumentos gerais como são os pactos internacionais sobre os Direitos Cíveis e Políticos, Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e em convenções que respondem e inibem violações específicas, como tortura, discriminação racial e violência contra a mulher.

Na mesma senda, criaram-se sistemas regionais complementares, como a Convenção Americana de Direitos Humanos, de 1969, e a Convenção Interamericana, de 1989, com o objetivo de prevenir e punir a tortura.

No Brasil, o processo de expansão e desenvolvimento dos Direitos Humanos, iniciado na década de 1970, já em consequência das bárbaries ocorridas no país, fortificou-se pela Constituição Federal de 1988.

Seu texto incorporou - e lhes deu “status” de fundamentais - os direitos e garantias estabelecidos nos Tratados Internacionais de Direitos Humanos. O direito à verdade e à memória já havia sido mundialmente reconhecido e desenvolvido, a partir dos estudos relacionados à Justiça de Transição que estabeleceu alguns princípios que refletem as obrigações do Estado no processo de transição política, de um Estado de exceção para um Estado democrático.

São eles, o Princípio à Verdade, compreendido tanto do ponto de vista histórico quanto judicial; o Princípio da Justiça, que consiste na realização da justiça por intermédio da responsabilização dos violadores dos direitos humanos; o Princípio da Reparação, materializado pelo pagamento de valores às vítimas em virtude dos danos sofridos; e o Princípio da Não-Repetição, o que significa empreender todos os esforços possíveis para impedir que os crimes e as graves violações aos direitos humanos se repitam.

1.2. A conscientização política dos militares

O processo político brasileiro opera, desde seus primórdios, com a ideia de *conciliação*, em detrimento de qualquer investigação mais aprofundada, ao negar reconhecimento e punição de práticas delitivas por atores políticos, abrigados ou representados nos espaços de poder, acabando, invariavelmente, por legitimar ‘graves violações de direitos humanos’ em todos os campos sociais, especialmente entre aqueles que constituem a faixa mais periférica e desassistida da população. Entre os militares, que, por muito tempo, estiveram às voltas com o poder, contestando-o ou defendendo-o, sempre houve perseguidores – presumivelmente de maior patente – e perseguidos – geralmente

de menor título oficial. Há relatos de que, mesmo nos breves diapasões em que vigeu a democracia, a intolerância na caserna fez-se presente, o que foi muito comum nos anos que antecederam o golpe de 1964.

1.3 Antecedentes imediatos do Golpe de 1964



Leonel Brizola em frente ao Palácio Piratini, durante a Campanha da Legalidade

Em 1960, Jânio Quadros foi eleito presidente e João Goulart se elegeu vice. Eles concorreram em chapas diferentes, o que a legislação permitia, sendo eleitos, portanto, separadamente. Não tinham, por óbvio, qualquer afinidade política ou ideológica. Em 25 de agosto de 1961, bem antes do primeiro ano de mandato, enquanto Jango cumpria agenda comercial na China, Jânio Quadros renunciou. Conforme a Constituição de 1946, o vice deveria assumir a cadeira do presidente, mas os militares, temerosos das relações “comunistas” de Jango, tentaram impedi-lo.

Foi quando Leonel Brizola, governador no Rio Grande do Sul, liderou a Campanha da Legalidade e conseguiu frustrar a tentativa de golpe civil-militar direitista já em 1961. A Campanha da Legalidade, orquestrada a partir do Palácio Piratini, sob o comando de Leonel Brizola, polarizou a classe política e refletiu um grupo – minoritário – de parlamentares, governadores, prefeitos e militares que assumiram uma posição em defesa das instituições e contrários à reação golpista e, logicamente, à subversão da ordem. Brizola conclamou a chamada Cadeia da Legalidade, falando através do microfone da Rádio Guaíba, que foi requisitada, denunciando o golpe que se pretendia dar, ao impedir a posse de João Goulart como presidente, em substituição a Jânio Quadros. Jango assume e a partir disso movimentos sociais, urbanos e rurais, se puseram em contraposição aos partidários do golpe. Organizações camponesas, tendo como bandeira a reforma agrária e a distribuição da terra, emergiram e multiplicaram-se.

Sindicatos urbanos se mobilizaram. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado pelo economista Celso Furtado, buscou – sem sucesso – estabelecer regras rígidas para o controle do déficit público e refreamento da inflação. O Presidente da República anunciou reformas de base, como a encampação de refinarias privadas de petróleo e a desapropriação de terras ao longo das margens das rodovias, ferrovias e açudes, em áreas superiores a 500ha, numa extensão de 10km.

Em 30 de março, no Automóvel Clube do Brasil, Jango invocou apoio das Forças Armadas para realização das reformas. No dia seguinte, o comandante da IV Região Militar, Olympio Mourão Filho, em Juiz de Fora (MG), iniciou o levante que redundou no Golpe Militar. Ao intitular-se “movimento revolucionário”, atribuiu-se poderes constitucio-

nais e introduziu uma mudança radical na sustentação da política pátria.

“A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte e, portanto, se legitima por si mesma” e expôs o Ato Institucional nº1, em 09 de abril de 1964.



Presidente João Goulart/ Agência Globo

Era a utilização da semântica para ajudar a mascarar o golpe civil-militar que acontecia.

1.4 A repressão no Rio Grande do Sul, aos políticos e movimentos estudantis e em geral

O Rio Grande do Sul estava no centro dos acontecimentos. Porto Alegre foi a última capital onde pisou o Presidente deposto João Goulart e foi na casa do Comandante do III Exército, Ladário Pereira Teles, que decidiu não opor resistência armada. Na reunião, Jan-

go ouviu avaliações sobre a situação e a conveniência de resistir militarmente ou não ao avanço dos golpistas e, ao final, optou pelo exílio, pois assim evitaria “derramamento de sangue”.

Ildo Meneghetti, então governador do RS, conspirou a favor do golpe desde o primeiro momento. Com o apoio da maioria dos parlamentares, a intenção governista era conter a mobilização popular estimulada pelo seu antecessor Leonel Brizola. No cenário social alguns episódios se tornaram referência, como a recusa do Comando Militar do Exército em receber a visita de uma missão comercial soviética na Base Aérea de Canoas e a passagem por Porto Alegre do advogado Francisco Julião, fundador das Ligas Camponesas em Pernambuco.

Em 31 de março de 1964, o governador Ildo Meneghetti reforçou a segurança do Palácio Piratini, isolou a Praça da Matriz e requisitou às emissoras de rádio que obstruíssem qualquer possibilidade de veicular outra rede da Legalidade. Feito isso, ele e seus auxiliares refugiaram-se na cidade de Passo Fundo, de onde lançou o manifesto de apoio ao Golpe Militar. O III Exército prenunciava a possibilidade de intensa luta interna, especialmente pela influência de Leonel Brizola. O general Ladário Pereira Teles determinou que suas tropas estivessem em ‘rigorosa prontidão’, leal ao presidente da República.

Nos primeiros dias, as mais consistentes manifestações partiram da prefeitura de Porto Alegre, de onde o prefeito, Sereno Chaise (PTB) manteve resistência. Preso, três dias após o golpe, foi levado para o DOPS, onde ficou retido por alguns dias, a primeira das dez prisões a que foi submetido naquele período.

No dia 4 de abril, o Coronel da Aeronáutica Alfeu Monteiro, leal a João Goulart, foi covardemente metralhado e morto na Base Aérea de Canoas, no episódio que passou para a história como o primeiro homicídio decorrente e praticado pelos golpistas de 1964. Com a publicação do AI-1, organizações e lideranças de partidos identificadas com o governo deposto, militares não aderentes à autoproclamada ‘revolução’ e sindicalistas foram presos, demitidos e passaram a compor a primeira leva de perseguidos políticos pelo regime.

Foi então divulgada uma lista de cassados que continha 102 nomes, entre os quais congressistas, militares, governadores, sindicalistas, diplomatas e ministros do governo deposto. Passadas algumas semanas, intensificava-se a chamada “operação limpeza” e a repressão política adquiria uma nova face: **a tortura.**



O Estado já a conhecia e praticava sistematicamente desde a escravatura, mas, a partir de 1964 começaram a ser torturados não somente os pobres e desvalidos, mas também os opositores do governo. O coordenador da Comissão Estadual da Verdade, defensor público Carlos Guazzelli, sustentou a existência de duas fases da repressão: uma entre 1964 a 1969 e outra que inicia em 1969 e vai até a anistia, em 28 de agosto de 1979. Em nível nacional, entre 1964 e 1973 foram punidos com perda de direitos políticos, cassação de mandato, aposentadoria ou demissão **4841** pessoas. O AI-1 atingiu **2990** pessoas. Tiveram cassados seus mandatos **513** políticos, entre senadores, deputados e vereadores. Perderam os direitos políticos **35** dirigentes sindicais. Foram aposentados ou demitidos

3783 funcionários públicos, **72** professores universitários e **61** pesquisadores científicos. Foram expulsos ao todo **1313** militares, **43** generais, **240** coronéis, tenentes-coronéis e majores, **292** capitães e tenentes, **708** suboficiais e sargentos, **trinta** soldados e marinheiros. Das polícias, militar e civil, foram expulsas **206** pessoas. Ao encerrar suas atividades, em novembro de 1964, as Comissões Gerais de Inquérito examinaram **1110** processos, envolvendo **2176** pessoas e recomendaram punições para **635**. Enquanto isso, somente um Inquérito Policial Militar da rebelião de marinheiros, indiciara **839** pessoas, levava **284** a julgamento e finalizara com **249** condenados, todos a penas não inferiores a cinco anos.



Carlos Guazzelli fala sobre o que conseguiu recuperar

A partir da derrubada de Jango da presidência, o regime passou a investir contra militares leais ao antigo governo. Com base no AI-1, e, posteriormente, no AI-5, promoveram uma “limpeza” na administração através de cassações, demissões, aposentadorias e perda de direitos políticos, seguido de perseguições, prisões, inquéritos falsos, tortura e morte. Tanto que os movimentos sociais armados, segundo o jornalista Elio Gaspari, foram uma resposta à instalação do AI-5¹ e não o contrário (como ainda sustentam os que apoiaram os golpistas).

1 O §1º do artigo 7º do Ato Institucional estatuiu que: “Mediante investigação sumária, no prazo fixado, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos.”

O ano de 1968 representou o recrudescimento da repressão. Em 28 de março daquele ano, quando ocorria uma manifestação de estudantes, no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, o secundarista Edson Luís foi assassinado, levando mais de 50 mil pessoas a protestarem durante o seu velório. Posteriormente, a passeata dos “100 mil” reuniu estudantes, artistas, intelectuais, religiosos, líderes sindicais e políticos. Em 1º de maio, na Praça da Sé, em São Paulo, as autoridades militares foram corridas do palanque pelos trabalhadores. Em outubro, no Congresso Nacional da UNE, em Ibiúna, 1240 estudantes foram detidos e dezenas torturados.

Em 13 de dezembro de 1968, o AI-5 fechou o Congresso Nacional, cassou os direitos políticos de 4877 opositores e suspendeu o habeas corpus para os chamados “crimes políticos”. Conforme a dialética estado-oposição foi se modificando ao longo dos tempos, novos instrumentos de coerção foram criados e acionados. A máquina repressiva, sempre em funcionamento, escolhia seu “inimigo interno”; combatia e exterminava os focos de resistência. Toda a forma de participação política era tolhida, até que começaram a surgir movimentos que defendiam a ‘luta armada’ como única forma de derrubada dos militares do poder.



A primeira tentativa de guerrilha no Rio Grande do Sul ocorreu na cidade de Três Passos, em 1965, onde um grupo liderado pelo ex-Coronel do Exército Jefferson Cardim assaltou o posto policial da Brigada Militar, levou de lá fardas e munição e, ao tomar a Rádio Difusora da cidade, leu o seu “Manifesto à Nação”².

Posterior à ‘guerrilha de Três Passos’, a ‘guerrilha de Caparaó’, na divisa entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais, também foi desbaratada, o que se deu na mesma época em que Che Guevara fora capturado no povoado “La Higuera”, na cordilheira boliviana. Os espaços institucionais de discussão de ideias já estavam, quase todos, exauridos.

Em 1969, foi criada em Porto Alegre a Divisão Central de Informações (DCI), que tinha o objetivo de centralizar as ações de combate a grupos insurgentes. O Major Attila Rohrsetzer foi o primeiro diretor da Divisão, órgão subordinado ao secretário de Segurança Pública do RS. Cruel e obstinado, o major defendia a tortura como método investigatório.

Na DCI as funções de chefia eram exercidas por delegados de polícia e policiais militares da linha dura, que faziam as análises de informações obtidas nos interrogatórios clandestinos, onde a tortura era a regra, praticados pelos integrantes do DOPS/RS e órgãos associados a este.

A partir de 1969 funcionavam, em diversos estados, os Destacamentos de Operações de Informação – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), em cujos corredores e salas muitas violações foram perpetradas. O DOI-CODI do III Exército, em Porto Alegre, só foi criado em 1974, em cumprimento à Diretriz Presidencial de Segurança Interna.

Enquanto em outros estados, ao longo de 1970 e 1971, foram implantados os DOI-CODI, em Porto Alegre, a DCI continuou responsável


2 RODEGHERO, Carla Simone. Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul. In: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (orgs). História Geral do Rio Grande do Sul - República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930- 1985). Vol. 4. Passo Fundo: Méritos, 2007, p.83-115.

pelas ações de combate a grupos de militantes, atuando em uma rede de colaboração que envolvia o III Exército, os secretários de Segurança, o diretor da DCI e o diretor do DOPS-RS. Toda informação ou acontecimento relevante chegava, imediatamente, ao conhecimento do III Exército.

1. CONGRESSO EM RECESSO POR TEMPO INDETERMINADO
2. HABEAS-CORPUS SUSPENSO PARA DELITOS POLÍTICOS
3. PODER PARA CASSAR, DEMITIR, APOSENTAR E REMOVER

ATO-5: OBJETIVO É MANTER REVOLUÇÃO

Ordem-do-dia na Escola Naval: - Aqui aprendemos lições de bom servir à Pátria



O Ministro Gama e Silva, da Justiça, anuncia as últimas horas de ontem o Ato Institucional nº 5, baixado pelo Presidente da República, assinado por Jodo e Ministério após reunião do Conselho de Segurança Nacional. São as seguintes as principais deci-

Ultima Hora
Ano XVIII — Rio de Janeiro, Sábado, 14/12/1968 — N.º 5.609 — NIC-8.030

No Setor de Operações, o delegado Pedro Seelig, responsável pelas prisões e pelos interrogatórios, chefiava uma equipe que trabalhava em consonância com as diretrizes militares, praticando e estimulando a tortura como método de obtenção de informações.

Somente em 1974 a estrutura da DCI foi substituída pelo DOI-CODI do III Exército, tendo como comandante o tenente-coronel João Oswaldo Leivas Job, escolhido também pela característica sorrateira de manter pose de “bom moço”, enquanto avalizava as piores torturas praticadas no período em solo riograndense.

1.4.1 O DOPS/RS e sua atuação no cenário gaúcho



Prédio Dops Porto Alegre 1970

[...]Eu fui levado para o DOPS. Fui preso pelo Delegado Souza Pinto. Era um veículo clandestino, passaram na casa de um conhecido, onde prenderam mais um. Eu não sabia o que existia contra mim, fiquei sabendo que era a tentativa de sequestro do Consul Norte-americano. [...] Depoimento de Índio Brum Vargas perante a subcomissão memória, verdade e justiça.

O DOPS/RS ficava localizado na Avenida João Pessoa nº 2050, no Bairro Santana, em Porto Alegre, no prédio onde hoje funciona o Palácio da Polícia. Eram vinculadas a ele as Seções de Ordem Política e Social (SOPS) e as Delegacias Regionais (DR's) implantadas em Alegrete, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Lajeado, Lagoa Vermelha, Osório, Rio Grande e Santo Ângelo.

As DR's recebiam ordens e instruções do DOPS/RS e remetiam as informações, com relatórios semanais da situação política

e social, nas respectivas localidades. Dentre denúncias sobre torturas ocorridas no DOPS/RS, o período entre 1970 e 1972 concentrou o maior número delas. Isso foi um reflexo da passagem por lá, em abril de 1970, de Paulo Malhões e Clodoaldo Cabral, ambos agentes do Exército, vindos do Rio de Janeiro, como uma espécie de PHDs em tortura, capazes de infligir o máximo de sofrimento sem levar à morte do “interrogado”. Todos os movimentos sociais, com atuação no Rio Grande do Sul³, começaram a ser desbaratados.

Os agentes do Centro de Informações do Exército (CIE) foram enviados a Porto Alegre. Após as tentativas de sequestro do cônsul dos Estados Unidos, Curtis Carly Cutter, uma operação conjunta da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), com o M3G, houve várias prisões de militantes. Coube a Malhões e Cabral fazer os brutais interrogatórios.



Depoente Índio Brum Vargas e o deputado Pedro Ruas

Índio Brum Vargas, vereador de Porto Alegre, cassado pela ditadura após seu primeiro discurso, afirmou que “*a repressão gaúcha se*

³ Essa afirmação é verificável pelos testemunhos de Paulo de Tarso Carneiro, Nilce Azevedo e Raul Ellwanger, entre outros.

transformou após a passagem de Malhões e Cabral pelo Rio Grande do Sul”.

De acordo com a sua fala e de outros depoentes, como Ignez Serpa, *“antes da chegada dos agentes vindos do centro do país, os interrogadores, embora abusassem das pauladas e do pau-de-arara, desconheciam como potencializar a dor nos prisioneiros”.*

Independente da “especialização” de Malhões e Clodoaldo, onde a tortura deveria ser praticada por muito tempo, enquanto houvesse mais informações a serem buscadas, muitos militantes morreram no período. Segundo as pesquisas da depoente Susana Lisboa, há no Estado pelo menos quinze pessoas assassinadas pelo regime, o que demonstra o quanto a repressão esteve presente no Rio Grande do Sul.

Suzana acrescenta dados complementares da maior relevância: *“...dentre os assassinados, o Alfeu de Alcântara Monteiro, morreu na base aérea de Canoas, dia 4 de abril de 1964. Existe toda uma documentação sobre a morte dele, que ainda é passível de reparos, ou exame para verificar as reais circunstâncias de sua morte.*

O Avelmar Moreira de Barros, morto em 1970 na Capital, que teria se suicidado com uma lamina de barbear, dentro do DOPS, em março de 1970; o Ângelo Cardoso da Silva, único caso que teve desdobramentos posteriores, quando dois alunos que estavam fazendo um trabalho no Tribunal de Justiça, encontraram toda documentação sobre sua morte, o que não deixa dúvidas sobre ter sido assassinado.

Depois tem o Ari de Abreu Lima da Rosa que teria cometido suicídio [...]. Do Ari, eu localizei o Inquérito Militar que investiga a morte dele nos arquivos na Justiça Militar em Brasília, mas a família não quer que se amplie a investigação. O Ari era um estudante de engenharia preso em frente à Faculdade de Direito da UFRGS, distribuindo panfletos. Morreu em agosto de 1970, na base aérea de Canoas.

Ele teria se suicidado.” Passamos ‘anos de chumbo’, em que maior foi a repressão, o que ocorreu a partir de 1969, com a publicação do AI-5 e a organização de grupos armados em todo o Brasil, para promover o enfrentamento aos militares.⁴

4 Conforme Elio Gaspari “não foram os movimentos armados que montaram o AI5, mas o AI5

1.4.2 1968-1974 – Os “anos de chumbo”

Na esteira do que já havia sido feito pelas Comissões Nacional, Estaduais e Municipais da Verdade, dois momentos distintos da repressão estatal foram verificados e confirmados. O primeiro, que perdurou entre os anos 1964 e 1969, coincidiu com a implementação e cristalização do novo regime e consistiu em uma série de ações deflagradas após o 31 de março de 1964, contra militares janguistas.⁵

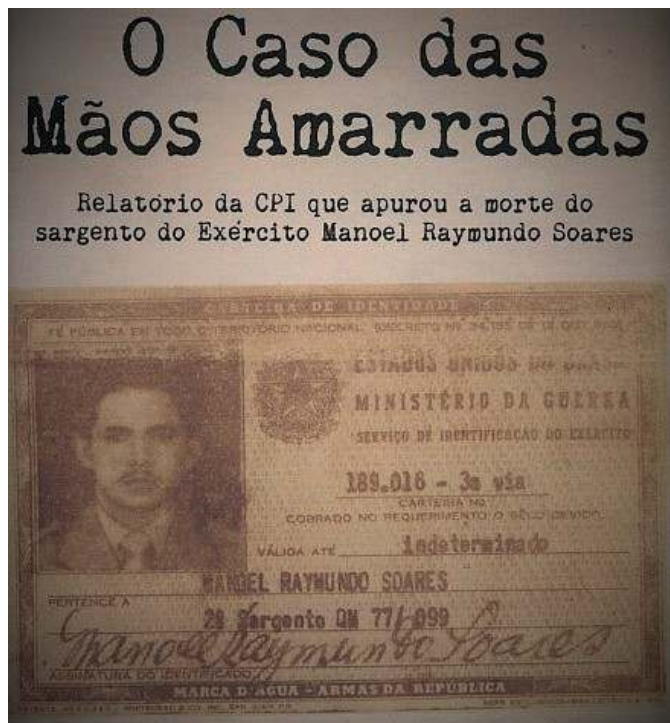
Na sequência, contra os setores sociais vinculados ao presidente deposto – em especial, os partidos e entidades que lhe davam suporte (trabalhistas e comunistas), os trabalhadores e seus sindicatos, camponeses, funcionários públicos e, depois, os estudantes. Contrário ao que é propalado por uma parcela da sociedade, mesmo da comunidade acadêmica, as investidas deflagradas por policiais e militares descambaram, desde o início do golpe, para o arbítrio e a violência.

Importante notar, também, que, diferentemente do senso comum, muitos militares contrários ao golpe sofreram o arbítrio e a violência cometidas pelos órgãos da repressão. Não houve qualquer “condescendência” com os irmãos de farda, antes pelo contrário. Nos primeiros nove meses do regime morreram 13 pessoas e, entre elas, o sargento Bernardino Saraiva, que atuou na Campanha da Legalidade, e ‘se matou com um tiro na cabeça’, após ferir um soldado de escolta que fora prendê-lo, em São Leopoldo. Dias antes, o Coronel Roberto Hipólito da Costa matou a tiros o seu colega aviador, Coronel Alfeu Alcântara Monteiro. Estes fatos estão descritos no relatório final da Comissão Estadual da Verdade.

que motivou os movimentos armados.”

5 Nas forças armadas, 421 oficiais foram punidos com a passagem compulsória para a reserva, com pagamentos de pensões aos familiares. (Lucia Klein e Marcus Figueiredo, *Legitimidade e coação no Brasil pós-1964*, pp. 155-171).

Outro fato com grande repercussão, ocorrido no Rio Grande do Sul foi o assassinato do sargento Manoel Raymundo Soares, vítima de sequestro, prisão ilegal, tortura e morte por afogamento, ocorrida no ano de 1966 – naquele que restou conhecido como “caso das mãos amarradas”.



Este caso foi investigado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Ele foi preso em 11 de março 1966, enquanto distribuía panfletos reivindicando democracia, e seu corpo foi encontrado boiando no Rio Jacuí em 24 de agosto do mesmo ano. Em carta dirigida à esposa Elisabeth, logo após a prisão, em 1966, Soares escreveu:

“Finalmente acabei sendo preso. Caí em uma cilada de um ‘dedo-duro’ chamado Edu e vim parar nessa ilha-presídio. Pre-

so às 16.50 horas do dia 11 de março, sexta-feira, em frente ao Auditório Araújo Viana, levado para o quartel da P.E. [Polícia do Exército], onde fui ‘interrogado’ durante duas horas e depois, levado para o DOPS. Estou bem. Nesta ilha me recuperei do ‘tratamento’ policial. Até o dia em que fui preso estava dormindo em hotéis e pensões variadas.”⁶

Em outra carta, de 5 de maio de 1966, também direcionada à sua esposa, Manoel Raymundo expôs de modo bastante exemplificativo as torturas que sofrera durante o cárcere: *“Em meu corpo ficaram gravadas algumas das medalhas com que me agraciaram. Aqui estou sem sapatos, sem roupas de frio, sem cobertas...”*⁷

O corpo de Manoel Soares foi descoberto, por volta das 17 horas do dia 24 de agosto de 1966, boiando no Rio Jacuí, por dois moradores da ilha das Flores, que informaram às autoridades policiais. O policial responsável pela operação de resgate declararia que o cadáver tinha “as mãos amarradas às costas pela própria camisa que vestia[...], calças de cor escura; um pé calçado com um sapato marrom e outro descalço.”⁸

Peritos do Instituto de Criminalística concluíram que a morte se deu por afogamento. Encontraram material compatível com plâncton mineral no interior dos bronquíolos e raros elementos isolados nos alvéolos pulmonares”, o que permitia afirmar que *“a vítima respirou dentro da água e, portanto, a causa imediata da morte foi afogamento”*.⁹ Afirmaram que a vítima estaria embriagada, rechaçado pela viúva. Ela alegou que Manoel Raymundo era abstinente, entre outras razões, por problemas com o fígado. Anos após o homicídio, em processo movido pela viúva, o juiz lembrou que *“seria realmente uma façanha de Manoel Raymundo Soares: amarrar as mãos às costas e então embriagar-se. Ou então embriagar-se e amarrar suas mãos às costas”*¹⁰

6 Carta de Manoel Raymundo Soares escrita à esposa em 15 de abril de 1966. In: Acórdão publicado no D.J.U. Em 05/10/2005, p. 23.

7 *Id. ib.* 141.

8 TOVO, Paulo Cláudio. Relatório integrante da apelação civil 2001.04.01.085202-9/RS. In: Poder Judiciário – TRF4. O direito na história – O Caso das Mãos Amarradas. Porto Alegre, 2008,

9 *Id. ib.* 3-4.

10 Acórdão publicado no D.J.U. Em 05/10/2005, p. 72.

Após acompanhar as investigações sobre o homicídio, o promotor de justiça Paulo Cláudio Tovo propôs uma provável sequência para os fatos: “[...] a vítima teria sido passível de ‘caldo’, por parte dos agentes do DOPS [...], processo que consiste em mergulhar o preso nas águas do rio, quase até a asfixia, para dele extorquir a confissão [...]. Nesse ‘trabalho’ [...] realizado dentro de uma lancha – pois na época fazia frio – com a vítima segura pelos pés e o restante do corpo mergulhado na água, seus torturadores o deixaram cair dentro d’água por ‘acidente de trabalho’ não conseguindo mais encontrá-lo[...].”¹¹

A partir do relatório produzido pelo Ministério Público, em princípios de 1967, a Assembleia Legislativa instaurou a Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a causa da morte e a forma como estavam sendo tratados os presos políticos, o que resultou em relatório publicado em junho de 1967. O documento, que foi amplamente divulgado, chocou a sociedade, especialmente pelo modo como as torturas contra Raymundo Soares foram praticadas e a violência com que ele fora tratado.

A outra comissão parlamentar de inquérito, também realizada na Assembleia gaúcha, foi a que investigou a morte de Luiz Alberto Pinto Arébal. A comissão, decidida a absolver os envolvidos, teve como votos em separados os dos deputados Rodolfo Rospide Neto, João Carlos Gastal e Antônio Carlos Rosa Flores, todos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Os deputados emedebistas concluíram que, “no caso da morte de Luiz Alberto, o delegado Seelig indubitavelmente ‘quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo’, ele e aqueles que cooperaram na ação criminosa”.

11 TOVO, Paulo Cláudio. Relatório integrante da apelação civil 2001.04.01.085202-9/RS. In: Poder Judiciário – TRF4. O direito na história – O Caso das Mãos Amarradas. Porto Alegre, 2008,

Os mesmos que participaram da morte de Aréballo foram os que, durante o transcurso de toda a década de 1970, prenderam centenas de pessoas, quase todas estudantes e membros de movimentos estudantis e sociais. A Assembleia Legislativa pôde, a partir desta CPI, colher – apenas para citar um exemplo – o depoimento de Fernando Urrutia Andreotti, que esteve preso no Palácio da Polícia, onde testemunhou o tratamento dado aos presos comuns e políticos. *“Estive preso em Porto Alegre, na Delegacia de Furtos e Roubos e tive ali ‘um péssimo tratamento’. Quem comandava os maus-tratos – diz ele – era o delegado Pedro Seelig, que na época servia naquela delegacia. Fui espancado das mais diversas maneiras. Usavam borrachas, pedaços de pneus com uns 30 centímetros, com empunhadura tipo raquete, sofri três afogamentos e muitos pontapés”*.

O mesmo depoimento lembra a agressividade de Nilo Havelha, citado pelos depoentes da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, como ‘o mais brutal e sádico dos torturadores que atuaram no Estado do Rio Grande do Sul’.

Sabe-se que, em 1978, quando do sequestro dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Diaz¹², o mesmo Pedro Seelig, homenageado em 1973 com a ‘Medalha do Pacificador’, concedida pelo Exército Brasileiro, permanecia no comando do DOPS. A partir da leitura atenta da CPI, é possível indicar médicos que atuaram durante todo o período de repressão. O trabalho dos médicos era particularmente indigno, já que analisavam as condições de saúde dos presos para informar quanto tempo aguentariam, ainda, de tortura.

12

O sequestro dos uruguaios está documentado em livro de Luís Claudio Cunha “Operação Condor: o sequestro dos uruguaios – Uma reportagem dos tempos da ditadura”, editado pela L&PM, em Porto Alegre, 2008 e também num livro escrito pelo advogado de Lilian Celiberti e Universindo Diaz, Omar Ferri, em 1982.

A apuração deste caso revelou que, já nos primeiros anos da novo regime, operava em nossa comarca o DOPS, para onde milhares de pessoas foram, em todos os estados da federação, vigiadas, abordadas, perseguidas, sequestradas, mantidas ilegalmente presas¹³, torturadas e submetidas a inquéritos policiaes militares (IPM's) e comissões de investigação (CGI's), que resultaram em severos constrangimentos que repercutem até hoje.

Os diversos episódios relacionados a estes dois momentos de repressão política ocorridos no Rio Grande do Sul, constituem o objeto de dezenas de depoimentos e documentos, colhidos e sistematizados pelas Comissões Nacional e Estadual da Verdade, servindo também de base para esse relatório. Como lembra o depoente Raul Pont, ao discorrer sobre o período:



Raul Pont em depoimento à Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça

13 Vide aqui o caso da Igeez Maria Remminger Serpa (Martinha), que permaneceu mais de um mês presa sem qualquer decisão judicial de constrição de sua liberdade.

“[...] Fui obrigado a sair de Porto Alegre, em 1969, mesmo havendo solidariedade e simpatia entre os funcionários da universidade pelo nosso movimento, quando alguns nos avisavam: - olha, hoje é melhor tu nem entrares, sabes porque, não é mesmo? Em cada sala de aula havia um informante, além dos próprios simpatizantes e defensores da ditadura que eram muitos. Desta forma o trabalho político não tinha como ser realizado e não poderíamos deixar nos identificar também. Meu apartamento foi invadido duas vezes, levaram todos os meus livros e até hoje não me entregaram. Em 1969, ocorreram várias prisões, entre elas a do Pilla Vares, Flavio Koutzii, Marco Aurélio Garcia, Elisabete Lobo. Eu fui para São Paulo no início de 1970, para a cidade de Osasco. Lá fiquei militando na clandestinidade, fui recebido por companheiros que eu não sabia o nome e nem eles o meu. Quando prenderam o Carlos Araújo aqui em Porto Alegre, foram presos também membros do POC, mesmo sendo da VAR-Palmares, tínhamos um certo contato entre os grupos. [...]”

Havia, na época, uma ‘cadeia de comando da repressão’ institucionalizada. Era controlada a partir de Brasília, hierarquizada e multifacetada, com delegação de serviços, proteção a crimes, promoções por mérito e exigência de absoluta legalidade ao regime e seus representantes. Com o tempo, esta ‘cadeia de comando’ conseguiu organizar todas as polícias (militar, civil e federal), bem como as chamadas forças armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), onde a ideologia de destruição do “inimigo interno” era comum a todos.



Raul Ellwanger

Em sua explanação sobre os “anos de chumbo”, Raul Ellwanger elegeu 1970 como o ano das quedas, o ano que viu cair a VPR, principal responsável pela tentativa de sequestro do Cônsul Americano, nos idos de março/abril de 1970. A VAR-Palmares, a Ala Vermelha do Partido Comunista, a Ação Popular, a POLOP, entre outras. Diz o depoente:

“[...]O regime trata a oposição da seguinte forma:- ou a oposição é complacente nos parlamentos, ou ela é tratada a pancada. A pancada significa dar um susto, um tapa, um soco mandar para casa, sumir por um mês com o sujeito. E gradualmente isso vai piorando. A Polícia Civil era a responsável pela violência com as pessoas, porque o Exército estava nos quartéis e, apesar dos episódios que se conhece, era uma força de reserva. Tanto que, quando o estado brasileiro precisou usar a violência, porque não conseguiu através do diálogo segurar o protesto social, não mais permitindo o debate na assembleia, na câmara ou na manifestação de rua, imediatamente fez uma mistura entre forças armadas e policiais civis. As polícias civis, que já eram acostumadas com a tortura dos presos comuns, o tratamento originário da escravidão, em que o outro não tem direitos, não é sujeito, foram misturadas às forças armadas, praticando, a partir daí, o pior tipo de violência. Isso é a OBAN, isso é o DOI/CODI.

Tudo graças a um sistema geral, que vinha de Brasília e que estimulava e acobertava estes atos”.



Detidos e desaparecidos durante a ditadura

Raul Ellwanger trouxe à Subcomissão uma lista com nomes de pessoas detidas pela Ditadura Militar²².

²² Em documento encaminhado por Raul Ellwanger estão listados dezenas de pessoas que, durante ano de 1970, estiveram detidas pela Ditadura Militar.

Lista entregue por Ellwanger: Adalberto Cabral Castilhos, Adão Domingos dos Santos, Affonso Alvarenga, Afrânio Costa, Airton Frigeri, Airton Muller, Aldomar de Ré sua esposa e as duas filhas, Alexandre Schneider, Almir Olímpio de Melo, Angela Maria Rocha dos Santos, Angelo Cardoso (+), Antenor Silveira, Antonio Carlos Chagas, Antônio Carvalho de Assis, Antonio Cechin, Antonio Constâncio e sua esposa, Antonio de Pádua Prado Jr., Antônio Pinheiro Salles, Antonio Rancheiro, Ary Abreu Lima da Rosa (+), Artidorio Flores, Ataídes Teixeira, Atanásio Orth, Augusto de Souza, Avelmar Moraes de Barros (+), Bertolino Garcia da Silva, Carlos Alberto Libanio Cristo, Brilokan-iti Suzuki, Bruno Mendonça Costa, Bruno Piola e sua esposa, Caio Venâncio, Calino Ferreira Pacheco Filho, Cláudio Meneguzzi, Camilo Garcia, Carlos Alberto Tejera de Ré, Carlos alberto Telles Franck, Carlos Pereira ‘gordo’, Carlos Roberto Borges, Catão ..., Frei Celito de Souza, Celso Gay de Castro, Cereni Martins, Cesar Contursi, Edelson Palmeira de Castro, Edegar Meimes, Edmur Péricles Camargo, Eliana Lorentz Chaves, Elói Martins, Elvaristo Teixeira do Amaral, Érico Dorneles, Ernane Bandarra, Erno Zimpel, Estanislau Chermeti, Eunice Diniz Reis, Eva Pedra, Fábio Oscar Marengo dos Santos, Felix Silveira Rosa Neto, Fernando da Matta Pimentel, Ferroviário de Canoas, Flávia Beatriz Rossler, Flávio Gil Reis, Francisco Martignez Torres, Francisco, seminarista, Frida Levin, Giudice, corretor, Gustavo Buarque Shiller (Bixo), Helena Rodolphi, Hélio Minuto, Henrique Mann, Hermano Curten, Horácio Goulart, Humberto Belvedere Filho, Iara Areias Prado, Ignácio da Silva Mafra, Ignez Maria Serpa, Índio Vargas, Irgeu Menegon, Isko Germer, Ivan Acsel- rud Seixas, Ivan Braescher Ferreira, Joanes Verdonshot, João Batista Lopes, João Batista Rita Pere- da, João Carlos Bona Garcia, João Carlos Nogueira Barbosa, João Costa, Joao Flores da Silva, João Ruaro, Joaquim de Lucena, Jorge Eduardo Durão, Jorge Fischer e sua

mãe, Jorge Sobrosa, José Angeli Sobrinho, José Carlos Reschke, José Cleiton Vanini, José Freitas, José Milititsky Iochpe, José Roberto Miquelazzo, José Ruaro, Joseph Calver, Juarez Santos Alves, Júlio Cesar Cerqueira, Julio Cesar Senra Barros, Júlio João Zancanaro, Laerte Meliga, Lauro Roque Goulart, Lea Schacher, Leane Almeida, Lúcio Barcelos, Luiz Goulart Filho, Luiz Retamozo, Luiz Carlos Dametto, Luiz Goulart de Miranda, Maildes Cresqui, Mara Alvarenga, Marcelo Carvalheira, Marco Antonio Niederauer Estivalet, Marco Aurelio Garcia, Maria Amélia Ellwanger, Maria Aparecida Falcão, Maria Celeste Martins, Melquiades Cervo, Miguel Marques, Miguel Maslack, Nara..., Nelson Danilevic, Noé Carvalho, Orlando Michelli, Otavio Torres, Padre Manuel da Piedade, Paulo de Tarso Carneiro, Paulo Maia, Paulo Medeiros, Paulo Mello, Paulo Oscar Bohn, Paulo Prestes Almeida, Paulo Prestes, Paulo Roberto Telles Frank, Paulo Walter Radtke, Pedro Machado Alves, Petter Ho Pen, Pitágoras José Burcheid, Raul Machado Kroeff Carrion, Reinhold Klement, Renato Cezar de Carvalho Filho, Ricardo Franco da Fonseca, Ricardo Portugal, Roberto de Fortini, Rogerio Amoretti, Ronconi, Rosane Silva, Rozane Maria Gomes da Silva, Rui Falcão, Sayene Moreira, Sebastião Mendes, Sergio Caparelli, Sezefredo Machado, Silvio Nogueira Pinto, Simeão Tapir Rocha, Telio de oliveira, Ulisses Arpini, Valdir Izidoro Silveira, Valneri Antunes, Vera Lúgia Durão, Vera Strighini, Vilma Franchesi, Vito Letizia, Waldir Nasi Wladimir Ungaretti, Zilá, enfermeira. Destes, dois foram assassinados sob a custódia do estado do Rio Grande do Sul: Angelo Cardoso, cujo caso ficou conhecido como o “Herzog gaúcho” e Avelmar Moraes de Barros, o chacareiro das Chácara do Dario. Obs: lista fornecida pelo depoente e mantida no original.

CAPÍTULO II – DEPOIMENTOS

2.1 Deputado Pedro Ruas faz abertura



“Hoje iniciamos a fase de depoimentos desta Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, vinculada à Comissão Permanente de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Agradeço a todos a presença. O primeiro convidado da Subcomissão é o Dr. Bruno Mendonça Costa, que é médico psiquiatra, conhecido e reconhecido profissional e politicamente. É pessoa de quem tenho orgulho de ser amigo pessoal há muitos anos e que, de forma muito gentil, abrindo mão de seus compromissos profissionais e pessoais, cedeu-nos esse espaço para podermos ter o seu relato em relação a um período muito duro da vida brasileira, que ficou conhecido como Ditadura Militar.”

Alguns gostam de dizer ditadura civil-militar; outros preferem dizer ditadura midiática-civil-militar. Nós, via de regra, chamamos apenas de Ditadura Militar, porque simplifica e indica bem o período que vai formalmente de 1964 a 1985. Este é considerado o período da Ditadura Militarou, com nomes mais compridos, acrescentando civil ou midiática.

Agradeço ao Comitê Carlos de Ré, na pessoa de seus militantes, particularmente na figura de seu coordenador, o Sr. Raul Ellwanger, junto com a Sra. Christine Rondon, que hoje não está presente, mas me enviou uma mensagem. Refiro o Comitê Carlos de Ré da Verdade e da Justiça porque tem muito a ver com todas as conquistas que tivemos, particularmente a criação desta subcomissão.

Compõem a mesa, além do depoente de hoje, o desembargador Roberto Canibal, que é, além de um grande magistrado, um homem historicamente vinculado aos direitos humanos – o depoimento, ensinou-nos o desembargador Roberto Canibal, é o relato de uma testemunha da história sobre fatos pessoais, vividos e conhecidos; e o Sr. Roberto Robaina, militante da mesma causa e que nos incentiva muito em todas essas manifestações, tendo nos ajudado em várias pesquisas, particularmente naquela feita pela Luciana Genro para a criação do livro Brasil no Banco dos Réus.

Estão conosco, ainda – e agradeço – a vereadora Fernanda Melchionna, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Porto Alegre, e a advogada Ester Ramos. Agradeço a companheira de lutas Luciana Genro, coordenadora da nossa Bancada do Psol nesta Casa Legislativa. Integram esta subcomissão os deputados Manuela d'Ávila, Jeferson Fernandes e Álvaro Boessio. Portanto, a subcomissão é formada por quatro parlamentares, e eu sou o relator.”

2.1.1 Bruno Mendonça Costa –Psiquiatra, 78 anos



“Fui preso pela primeira vez em Passo Fundo e minha esposa ficou muito assustada. Teve um aborto. Perdemos nosso primeiro filho e ainda hoje sofremos muito com essa perda”

Bruno Mendonça Costa relatou à Subcomissão que antes de 1964 era estudante de Medicina e participou como militante e presidente da Federação dos Estudantes do Rio Grande do Sul de manifestações contra o Regime Militar. O depoente fez um agradecimento à Subcomissão:

“Querida dizer o seguinte: independentemente das relações que temos do ponto de vista social, vejo-me hoje aqui fazendo este depoimento, nesta subcomissão, não somente como Bruno Mendonça Costa, médico que foi torturado, mas como um cidadão. E vejo-lhe, deputado Pedro Ruas, como um representante do Parlamento que está neste momento tendo essa atividade parlamentar, mas, principalmente, como alguém que está tentando conseguir cada vez mais provas de que houve esses fatos do passado, na Ditadura Militar, e que isso tem que ser desvendado. Ou seja, a sua contribuição, dos seus auxiliares, de todos os deputados e de todos que se dedicam à política é um dever moral.

Então, é um dever moral da sua parte, da minha parte e de todos os presentes, a quem eu cumprimento e agradeço a presença, porque é um dever moral dos cidadãos, no sentido de preservar cada vez mais a democracia que vem sendo conquistada dificilmente pelo povo brasileiro.

Então, hoje, eu digo que os partidos políticos que realmente são sérios não podem deixar de lutar pela manutenção da nossa democracia, mesmo com todos os problemas que ela está apresentando, e muito menos participar de movimentos que sejam voltados para o impeachment da presidente ou para a interrupção da democracia, ou por meio de pedidos pela volta dos militares, ou seja de quem for para uma nova ditadura. Então quero deixar bem claro, senhor deputado, que esta é a minha posição política e é uma definição política do ponto de vista também moral”.

Bruno relatou que em 1964 ficou escondido no apartamento de amigos para não ser preso e, em seguida, foi morar no município de Constantina (RS), onde o presidente da câmara municipal de vereadores era também o presidente do partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e dono de uma pequena usina hidrelétrica, que vendia energia para o município a preços maiores que o de outras localidades. O depoente contestou esta situação e foi preso em 1965, na cidade de Passo Fundo, acusado de conspiração, juntamente com outras cinco pessoas.

O médico-psiquiatra disse que ficou aprisionado no quartel da Brigada Militar de Passo Fundo por 15 dias, onde foi interrogado por um oficial da corporação acerca de suas relações com a China comunista. Após deixar a prisão em Passo Fundo transferiu-se para Ernestina (RS) porque ficou sabendo que poderia ser novamente preso, mudou-se para esse município próximo da fronteira com a Argentina.

Tendo sido aprovado em concurso, ele retornou a Porto Alegre para assumir sua vaga no Hospital Psiquiátrico São Pedro, onde foi descoberto e preso em maio de 1971, juntamente com outros companheiros de militância do PCdoB. Esse primeiro período de prisão durou 64 dias, divididos entre o DOPS (hoje Palácio da Polícia), em Porto Alegre e na Operação Bandeirante em São Paulo.

Disse, também, que durante a prisão em São Paulo foi torturado pelo Coronel Brilhante Ustra, acompanhado por um médico com o intuito de revelar seu codinome e o partido em que militava. Sobre a tortura ele disse que foi submetido ao pau-de-arara e que ficou tão debilitado que nem conseguia caminhar sozinho.

“Desde o início, desde o primeiro minuto em que fui preso, já começou a tortura. Eles costumavam colocar um capuz preto na cabeça, e a pessoa, então, não enxerga nada. No meu caso, fui levado a uma sala, e o torturador já começou a me bater na cara, com aquele capuz, querendo saber se eu, que era conhecido pelo codinome de Álvaro, se era o mesmo, se o Bruno Costa era o Álvaro e se eu era do PCdoB. Eu neguei que fosse o Álvaro e neguei que era do PCdoB. Disse que não sabia nada a respeito do PCdoB e não sabia nada a respeito de Álvaro e nem de companheiro nenhum. Evidentemente que isso deixou o torturador muito irritado, e em seguida fui levado para o pau-de-arara. E no pau-de-arara – que todo mundo conhece aqui, evidentemente –, fiquei durante um tempo muito grande, mais do que seria o conveniente, digamos assim. Devem ter sido duas ou três horas naquela posição, no pau-de-arara, a tal ponto que quando saí eu não conseguia caminhar.”

Sobre os torturadores disse que revelou os nomes à Comissão Estadual da Verdade e que o deputado Ruas poderia ter acesso irrestrito para revelá-los à sociedade gaúcha. Perguntado sobre os tipos de torturas a que foi submetido, Mendonça Costa revelou que aqui em Porto Alegre foi colocado no pau-de-arara e recebeu choques em diversas partes do corpo. Ele disse ainda que no período de prisão em São Paulo foi submetido à “cadeira do dragão”, que é uma cadeira de metal em que o torturado é atado com correias e recebe choques elétricos.

“O importante da tortura é abalar a personalidade do torturado a tal ponto que a pessoa fica desestruturada – e isso assisti lá, com vários companheiros, o que aconteceu foi exatamente isso. Em São Paulo, fui torturado também duas vezes na cadeira do dragão – e faço questão de dizer que quem comandava essa tortura era o coronel Brilhante Ustra.”

Ele relatou que durante a tortura sofrida na “cadeira do dragão” era acompanhado por um enfermeiro munido de uma seringa contendo um líquido de cor amarelada (barbitúrico) e que era constantemente ameaçado

de receber a injeção caso não fizesse as revelações desejadas pelos algozes. Nesta sessão passou por uma crise convulsiva causada pela tortura.

“Naquela ocasião, o próprio Ustra me perguntou: o senhor sabe qual é o medicamento que está aqui dentro? Não. Gostaria que o senhor me dissesse, mas acredito que seja um barbitúrico. Por quê? Porque o barbitúrico, administrado em dose relativamente baixa, ele induz a pessoa a dizer coisas. Entendeu? É como se fosse hipnotizado, afrouxa a capacidade que a pessoa tem normalmente de reter informações.

Ao receber barbitúricos, a pessoa vai falando. Isso não foi feito. Ele não chegou a permitir que o tal enfermeiro injetasse aquela substância, mas, na ocasião, eu disse para ele: se o senhor errar na dose, o senhor pode matar uma pessoa, porque o barbitúrico tem uma janela que é muita perigosa. É só aumentar um pouquinho mais e pode acabar determinando a morte da pessoa (...)

De São Paulo, num avião da Força Aérea Brasileira (FAB), Mendonça Costa e outros 10 presos, dentre eles o ex-deputado Raul Carrion, foram trazidos a Porto Alegre, onde foi libertado e voltou a trabalhar no Hospital Psiquiátrico SãoPedro.

2.1.2 Carlos Frederico Guazzelli – Advogado



“Trinta e três pessoas foram mortas ou consideradas desaparecidas pela repressão no RS”

O presidente da Comissão Estadual da Verdade, advogado e defensor público Carlos Guazzelli, começou o seu relato parabenizando a criação da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça da Assembleia Legislativa, no âmbito da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Além disso, defendeu a recriação das comissões da Verdade a nível federal e estadual. Ele destacou que o relatório da Comissão Estadual da Verdade foi entregue ao procurador-geral da República para que se fizesse os encaminhamentos necessários para punir os violadores dos direitos humanos no período da ditadura militar. Segundo Guazzelli, a Comissão Estadual da Verdade ouviu 81 relatos de depoentes e, com base nestes foram elaboradas tabelas, que entre outras coisas continham os nomes dos torturadores e torturados, a condição dos depoentes se como vítimas ou algozes, e tipos de violações de que eram acusados:

“Dos torturados, dos 81 depoimentos, 22 dizem que foram torturados pessoalmente ou sob a orientação do delegado Pedro Seelig, 15 dizem que foram torturados pessoalmente ou sob a orientação do Nilo Havelha, 11 dizem que foram torturados pessoalmente ou sob a orientação do Paulo

Malhões. Em quarto vem o Attila Hohnsetzer. Depois vem o Cardosinho, o Cardoso e outros, e todos estes nomes estão na Comissão Nacional da Verdade e no Ministério Público Federal. Quem chefiava a Polícia Civil era o Delegado Pedro Seelig, o comandante militar era o Atilla Hohnsetzer. O Coronel Leivas Job foi comandante, o Marco Aurélio Reis e o Leão de Medeiros e o Irno – João Augusto Rosa, que participou do sequestro dos Uruguaios.

São 76 violadores. Um advogado comunista, Dino Aldir Nascimento Lopes, nos trouxe uma novidade. Em São Borja, houve um evento repressivo, no segundo semestre de 1969, com quase 200 pessoas presas, na maioria trabalhadores. Ficaram detidas no 2º Regimento de Cavalaria e também num grupo de artilharia. O advogado e um tal operário, Benjamim Lescan, também foram vítimas. O Dr. Dino, vereador do MDB, tinha um programa de rádio. Ele foi torturado e perdeu um olho, pelas mãos do Capitão Tuiuty. E teve como advogado contra a ditadura Adelmo Genro, pai do Tarso Genro. Dino foi sequestrado preso e processado, mas, por uma socialite de São Borja, conseguiu-se que o Juiz Auditor determinasse a sua soltura. Aí ele fugiu para o Uruguai, onde, no Governo do Bordaberry, tentaram sequestrá-lo duas vezes. Voltou ao Brasil se apresentou e cumpriu prisão”.

Complementou a sua fala dizendo: “Quanto à apuração de médicos que participavam da tortura, havia um baixinho careca e outros tantos, mas nunca se atribuiu nome a nenhum deles, de modo que não se sabe. O médico La Hore Rodrigues é o único que aparece como participante das torturas. Há, porém, um caso fantástico de um médico que, ao contrário, atuou de modo inverso, ele identificou a causa morte do jovem Aréballo, (preso e torturado no Dops por mando de Pedro Seelig, o que resultou em uma CPI) e sofreu uma tremenda perseguição na atividade, o Dr. Ernesto de Freitas Xavier Filho, que infelizmente deixou orientações expressas para sua esposa no sentido de que não seja contada essa estória. Tem que se dizer que essa comunidade de segurança da informação envolvia policiais, civis e militares, federais, empresários, médicos e outros, mas a imensa maioria dos militares, dos médicos, dos policiais não participou da ditadura. Perdemos essa batalha pela generalização, por um corporativismo burro, muitas pessoas que nasceram depois do golpe acabam por defender seus pares, protegendo facínoras como Malhões e Ustra, que desonraram a farda”.

Conforme pudemos apurar, Carlos Guazzelli afirmou que no período do regime militar, de acordo com dados levantados pela Comissão, 33

peças foram mortas ou são consideradas desaparecidas por conta da repressão no Rio Grande do Sul. Guazzelli recordou que a ideologia da Segurança Nacional, sustentáculo teórico da ditadura militar no País, foi criada na França, aperfeiçoada pelos Estados Unidos e aplicada em diversos países. Ele salientou que o método de trabalho aplicado durante o regime de exceção ainda está presente nas práticas dos aparatos policiais militares do País, como resquício do regime militar, e que se constituem em flagrante desrespeito aos direitos humanos.

“A doutrina da segurança nacional, que ainda vige no Brasil, combate o inimigo interno, que antes era o subversivo e agora é o jovem negro, ou pardo, pobre, o homossexual. A democracia não desmontou alguns dos pilares construídos pela ditadura militar. A tortura, a militarização das polícias, o aviltamento da atividade política, e a concentração da mídia nas mãos das mesmas pessoas. Constituem quatro mazelas aperfeiçoadas nos 21 anos da ditadura militar. Processava-se, por uma lei própria, perante uma justiça especial, com prisão prorrogável por 30 + 30 + 30 dias sem que o juiz auditor pudesse intervir no processo. Nessa fase era praticado o serviço sujo. Extinguiu-se todos os partidos e criou-se apenas dois, um de posição e outro de oposição, tudo de forma caricaturada, para efeitos externos, para que perante a opinião pública internacional o Brasil ficasse bem. A atividade parlamentar ficou reduzida ao tráfico de influência – apenas – um toma lá dá cá, com a hipertrofiação do executivo.”

O depoente sublinhou que todo o processo de repressão desencadeado no Rio Grande do Sul se concentrava inicialmente no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), sob a coordenação do Serviço de Informações do Exército e que mais tarde a tarefa repressiva passou a contar com a coordenação do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Destacou, ainda, que no final de 2014, por decreto, o então governador Tarso Genro determinou que o relatório da Comissão Estadual da Verdade fosse integrado ao acervo do Arquivo Público Estadual tornando-se disponível aos interessados na história do Rio Grande do Sul.

2.1.3 César Contursi – Aposentado, 63 anos



“Abra o bico e fale tudo guri, porque tu estás num lugar onde o filho chora e a mãe não ouve.”

“Iniciei a militância política fazendo oposição ao regime Militar no ano de 1967 como secundarista e posteriormente como pré-vestibulando. Neste momento passo a integrar os quadros da Ala Vermelha do PC do B, sou designado pelo partido como professor de Geografia do Brasil. Inicialmente me preparo para essa função estudando a matéria e em março de 1969 início as atividades no Curso Noturno Supletivo, que o partido mantinha sob sua direção. A Ala Vermelha era uma organização clandestina que lutava contra o regime, porém, não era adepta da luta armada e tinha uma posição crítica a respeito. Nosso trabalho tinha o foco na cultura e no ensino, achávamos que as grandes modificações necessárias só viriam através do aumento do nível de conscientização da população e neste sentido trabalhávamos. Embora não concordássemos com ações armadas e expropriação de bancos, também não fazia a defesa do regime e dos banqueiros, apenas tinham uma linha diferente de outras organizações, o que para a repressão não fazia a menor importância, caiu na cadeia eram todos terroristas e tinha que ser reprimidos. No início do mês de agosto de 1970 alguns militantes da Ala “caem”

em Canoas e são mantidos em cativeiro no mesmo local em que foram presos. Desta forma todas as pessoas que chegassem naquele endereço eram imediatamente presas, sendo militantes ou não. Nesta lógica caem todos ou quase todos os integrantes da Ala no Rio Grande do Sul”.

Com essas palavras César Contursi, conta sobre suas atividades políticas que culminaram com sua prisão na noite de 20 de agosto de 1970, quando participava de uma assembleia de professores. O jovem de 18 anos foi preso pelo agente do Dops Nilo Havelha (irmão de Luiz Havelha, que acabou sendo demitido da polícia envolvido em muitos casos de violência), e outro de nome Joaquim: *“Esse Nilo era uma pessoa má, que só se sentia contente maltratando alguém. Ele passava nos corredores e dava bofetadas no rosto dos presos algemados, ou dava chutes nas suas pernas. E tinha todo respaldo do delegado Pedro Seelig, que era o chefe das investigações junto ao Dops, organismo que funcionava no Palácio da Polícia”.*

Jogado numa Kombi, Contursi foi conduzido apanhando - socos e pontapés - até o Palácio da Polícia, onde seria confinado numa sela. *“O carcereiro me olhou e disse que era bom falar porque eu estava no lugar onde o filho chora e a mãe não escuta”.* A fala desse carcereiro se confirmou imediatamente, com uma sessão de espancamento, durante a qual queriam que ele dissesse seu codinome (o que significava confirmar que pertencia a uma célula política), e qual o endereço (chamado de aparelho), do grupo que ele atuava. Nesta sessão Cesar deu o endereço. *“Eles saíram correndo para o local e fui jogado na cela, onde ouvi uma voz forte dizendo que eu estava incomunicável. Mais tarde reconheci o dono da voz, era Pedro Seelig, a autoridade máxima do Estado ali dentro. Do Exército havia um major, que aparentemente era superior – no caso dos presos políticos – ao Seelig. Mas nunca o vi, nem soube o seu nome”.* Colocado na cela número 1 (um) que ficava ao lado da carceragem, ele ouviu claramente a voz de alguém, que depois reconheceria como de Pedro Seelig, dando uma ordem para os agentes de plantão, dizendo que o preso estava incomunicável e não adiantava vir família ou advogado, ele está incomunicável e ponto. *“Fiquei quatro dias nessa cela, apenas ouvindo os gritos de horror das torturas. Que começavam ao cair da noite”.*

Ao término do quarto dia de prisão, Contursi foi levado a presença do delegado Pedro Seelig que leu uma longa lista de acusações e perguntou se ele concordava. Diante da negativa do preso, o delegado foi tomado de uma fúria incontrolável, passou a dar socos na mesa a gritar que sabia

tudo da vida dele, desde o nascimento. Então Seelig chamou um agente e mandou que pusesse “esse cara na máquina”. Cesar Contursi falou do medo que o então garoto de 18 anos sentiu, nos quatro dias que se manteve incommunicável naquela cela. Emocionado, destacou que, sentado no chão, viu umas linhas na parede, exaltando à resistência. *“Estava escrito com um grampo de cabelo, eu acho, e dava um abraço aos companheiros que passaram pelo local, assinado pela Vera Lúcia, da Var Palmares. Eu que todas as noites tinha muito medo quando ouvia gritos e pancadas de gente sendo torturada, me senti reconfortado com aquelas linhas. Afinal, uma mulher suportara tanto, a ponto de escrever uma exaltação a outros que certamente iriam para aquela prisão”*.

Recorda Contursi, nem depois de ter sido solto acabou sua tortura, pois sua família fora incomodada. Soube que enquanto estava preso agentes do Dops buscaram informações com uma sua irmã que trabalhava na direção do Tribunal de Justiça. Por sorte, o desembargador presidente da Corte interferiu. *“Fui posto em liberdade sob a condição de voltar para concluir meu depoimento. Alguns meses depois recebi a intimação da Auditoria Militar para comparecer em audiência de instrução e tomar conhecimento da denúncia. Houve também audiências para ouvir as testemunhas de defesa e acusação. A testemunha de acusação contra mim eu nunca havia visto, quando ela terminou seu depoimento, meu advogado Dr. Eloar Guazzeli perguntou onde ela trabalhava e ela respondeu que trabalhava na Av. João Pessoa; sim, mas onde na João Pessoa? Num restaurante disse ela; sim mas onde fica esse restaurante insistiu ele, no restaurante do Palácio da Polícia respondeu. Além de obter confissões sob tortura e de todas as violações soma-se a falsidade forjada pelos agentes”*. Outros problemas que ex-presos políticos sofreram foram enfatizados pelo depoente. César destacou que muitos torturados ficaram com doenças físicas e psicológicas.

“Além destas, há uma tragédia pior: a humilhação que sofremos perante a sociedade. Desde as pessoas que nos viraram as costas, como se não nos conhecessem, até o emprego que nos foi negado. Nem conta no Banrisul consegui abrir, mesmo depois de inocentado pelo Tribunal Militar, onde o doutor Eloar Guazzelli me defendeu, como fez com muitas pessoas”.

2.1.4 Sérgio Luiz Bitencourt – Jornalista, 63 anos



“Dentro de um inferno como aquele, aquelas salas de tortura, não existe qualquer espaço para a humanidade”.

Sérgio Luiz Bittencourt (codinome Carlos) iniciou seu relato homenageando a Assembleia Legislativa, destacando que naquele local viveu grandes momentos, como o acompanhamento, do plenário da Casa, das votações da emenda Dante de Oliveira e da emenda das Diretas Já.

“A Assembleia para a minha vida pessoal é muito importante, quero registrar e homenagear diversos companheiros e combatentes que passaram por aqui: o Raul Pont, o Raul Carrion, Carlos Araújo e Lauro Hagemann, falecido esta semana. Faço a minha saudação em nome deles. Eu sou de uma família trabalhista, muito, muito pobre, funcionários públicos, e onde muito se falava em política. Em 61, eu tinha 9 anos e minha irmã tinha 7, quando minha mãe nos trouxe aqui em frente ao Piratini, onde o Brizola comandava a partir da Rede da Legalidade, para esperar o Dr. Jango chegar do exterior para tomar posse como presidente, mesmo sob ameaça de bom-

bardeio. O Golpe de 64 foi muito sentido no interior da minha casa. ”

Bittencourt relatou que no ano de 1965 já participava intensamente do Grêmio Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos, que em 1967 foi fechado pelo regime militar e vários estudantes – dirigentes estudantis – do colégio foram expulsos, entre eles Luiz Eurico Tejera Lisboa. No ano de 1969 passa a integrar o movimento cultural do Colégio Julinho, que tinha por finalidade continuar a luta contra o regime. Em 1970 ingressou na Ação Popular e continuou a militância também na União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES RS). Mesmo tendo prestado vestibular na UFRGS para o curso de Direito, permaneceu atuando junto ao movimento secundarista que tinha falta de lideranças e ativistas para atividades, que iam desde a pichação, a campanha do voto nulo de 1970, a denuncia de tortura, panfletagens. No ano de 1972 ocorre uma feroz perseguição à Ação Popular e, em 12 de abril do mesmo ano foi preso e levado ao DOPS.

“Eu marquei muito bem o momento que fui levado para a tortura, porque tinha um rádio ligado e, naquela época, na Rádio Guaíba, tinha um jornal que começava as 9hs e terminava as 11hs. Terminou o jornal e começou um samba do Elton Medeiros, cantado pela Marília Medalha. Naquele momento eles me levaram para a sala de tortura e ouvi a voz do Pedro Seelig, perguntando nome de guerra e organização. Eu desconfiava de que era ele mas não sabia. Me sentaram na cadeira do dragão, direto, nem tapa me deram, e me botaram um eletrodo nos pulsos, me amarraram na cadeira, e outro eletrodo nos calcanhares e de lá começaram a dar choque. É difícil explicar porque ao mesmo tempo em que tu está sendo eletrocutado pela maricota, tu tá sendo eletrocutado pela própria cadeira, porque a eletricidade passa também por ela, então é muito difícil explicar. A aí eles começaram a perguntar, mas não tinham muita coisa para perguntar, eu negava tudo, eles sabiam que ‘esse era o Bitenca das peladas do Julinho’ e perguntavam sobre a Regina, que é minha querida dirigente da AP e tentaram me vincular à família Goulart, do Dr. Luiz Goulart, da Dona Suely, o Luiz Goulart Filho, o Hélio e o Horácio.

Eles não conseguiram estabelecer uma relação, porque diziam que iam estourar uma célula dentro da Faculdade de Direito, com a família Goulart. Essa célula não existia, eu ia fazer curso de jornalismo e me incentivaram a fazer curso de direito, essa célula era uma intenção, mas não existia, mas eu entrei na faculdade com essa intenção. A família Goulart não tinha

nada a ver com isso. ”Em sua permanência no DOPS, Sérgio Bittencourt se encontrou ou viu chegarem muitos outros colegas da AP e também outros que passaram por sevícias. Ele destacou com muita emoção o caso de Nilce Cardozo Azevedo, que tinha o nome de Regina, presa um dia antes dele, em 11 de abril e que devido às torturas, naquela mesma noite, fora levada para o Hospital Militar. Ele só foi vê-la uma semana depois da sua chegada, visto a gravidade com que Nilce fora ferida.

Lembrou, ainda, de outra jovem de 20 anos, aluna do Paula Soares, ex-militante do movimento secundarista, que mesmo grávida de oito meses foi levada ao DOPS e confrontada com ele e outro preso, o Paulo de Tarso Luguércio Vieira, tendo os torturadores dado meia hora para que eles a convencessem a falar. Destacou que aquelas pessoas não teriam pudor em torturar uma grávida, destacando que só o fato de confrontá-los já era uma tortura, enfatizando que *“Dentro de um inferno como aquele não existe qualquer espaço para a humanidade”*. Bittencourt sublinhou que a organização os orientava a não falar caso fossem presos e suportassem qualquer tipo de tortura e, se necessário fosse, morressem para não revelar as informações desejadas pelos torturadores. Ele também destaca o que pode ver ou sentir da atuação dos médicos nesse processo de torturas:

“No dia 12 a tortura foi até, eu acho, às 21h30min. Eu sei disso pela rádio Guaíba, por causa de uma música que eu reconhecia, intitulada Pois é, prá quê! Depois fui tirado da tortura para o médico me examinar. Eu estava sempre consciente, fiquei desorientado, exausto, mas não perdi a consciência. Só perdi a noção das coisas no momento do choque. As vezes eles tiravam os eletrodos do braço e botavam atrás da orelha, para passar pelo cérebro. Aí, eu babava o tempo todo, mastigava a língua, era um horror, ficava descontrolado. Mas não perdia a consciência. Eles paravam e eu voltava a negar. Depois fiquei sabendo que eles não sabiam muito, eles queriam me situar em algum lugar, queriam que eu desse informações e foi assim, eles não tinham muitos elementos. O médico me examinou durante a tortura, na cadeira, lá pelas nove horas. Não tiraram o capuz, o médico simplesmente avaliou os sinais vitais e se reportou diretamente aos torturadores. Disse que podiam seguir torturando, mas eu continuei encapuçado, sem vê-lo, o médico não perguntava nada”.

Conforme lembranças de Sérgio Bittencourt, o que era possível identificar na tortura, eram aquelas pessoas que mais atuavam com ela. Po-

deria ser um conjunto de vozes, ou uma em separado. Uns gritando mais alto, outros em tom mais baixo. Afirmou que Pedro Seelig gritava muito alto, possivelmente para demonstrar quem manda mais. Ele observou, ainda, que o Nilo Havelha também gritava muito. O médico não, ele só vinha para verificar os sinais vitais, ele não participava da tortura direta, não acompanhava a tortura. Era um técnico auxiliar que autorizava continuar ou mandava dar um tempo. Bittencourt foi solto no dia sete de julho de 1972 e daí em diante, procurou manter relações apenas com amigos que não estivessem ligados à luta contra a ditadura, pois tinha consciência que seria continuamente monitorado pelo regime militar e não desejava que companheiros de luta fossem presos e torturados pelas ações que desenvolviam na clandestinidade.

2.1.5 Flávio Tavares - jornalista, 81 anos



“A tortura nem sempre mata. Mas a pessoa submetida a essas atrocidades quer morrer pelas entranhas maltratadas, dizimadas”

Flávio Aristides Freitas Hailliot Tavares, nascido em 1934, em Lajeado, no interior do Estado do Rio Grande do Sul, formado em Direito, elegeu o jornalismo como profissão, e teve atuação destacada em diversos veículos. Aluno de um colégio da Rede Marista, foi ligado a Ação Católica. Iniciou a militância no movimento estudantil, na Juventude Estudantil Católica (JEC), no início da década de 1950. Presidiu o Centro Jonas Serrano da Juventude Católica do Colégio Júlio de Castilhos. Nesse momento, conheceu, ao conviver com alunos judeus do Julinho, o DROR, que era uma organização sionista-marxista. Ele, um católico, se iniciou com judeus no marxismo. Em seguida ingressou no Partido Socialista que era – de fato um partido socialista – com correntes trotskistas e social-democrática. Aos 20 anos foi eleito presidente da União Secundarista dos Estudantes do RS.

O depoente Flávio Tavares atuou no Jornalismo, começando como repórter político e depois colunista do Jornal Última Hora, de Samuel

Wainer, que publicava jornais em sete capitais brasileiras. Cobriu eventos nacionais e internacionais, entre esses a Conferência da Organização dos Estados Americanos, em 1961, em Punta Del Este, quando ouviu e conheceu o revolucionário Ernesto Che Guevara, delegado de Cuba. Ele acompanhou como repórter o movimento da Legalidade e já com muito conhecimento sobre a América em geral, e em especial sobre o papel da América do Norte nas políticas internas dos países da América Latina, suas matérias tinham grande impacto.

Mas foi na cobertura do golpe militar de 1964 que ele decidiu resistir – *por uma questão moral*. Afirmou que ali tomou uma grande decisão de sua vida. Preso pela primeira vez, após o Golpe, junto com outros intelectuais, professores e cientistas que atuavam na Universidade de Brasília ou em jornais, ele foi solto um dia após, por força de um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal, que resultou num pedido de desculpas lido na “Hora do Brasil”. Nesse período, já havia ocorrido o assassinato do Coronel Alfeu Monteiro na Base Aérea de Canoas e, no dia 1º de janeiro de 1965 Flávio Tavares pegou um avião de Brasília – onde residia com outros colegas e onde havia participado da fundação da Universidade de Brasília – e seguiu para Montevideú, onde iria se encontrar com Leonel Brizola.

“Naquela época, a ditadura ainda era branda, envergonhada, faceira. Pensava-se numa conspiração pelos quartéis, a começar pelo RS e, retornando a Porto alegre, encontrei um Coronel do RS, que me levou ao Capitão Carlos Lamarca, ali onde hoje está o Viaduto Loureiro da Silva”.

Depois disso Flávio Tavares passou a integrar o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) para se distanciar dos partidos comunistas da época, que seguiam orientação de Moscou ou de dissidências e não estavam interessados na resistência armada na América latina. A CIA, em seus documentos, descobertos 40 anos depois, diz que “o nacionalismo revolucionário é mais perigoso que o próprio comunismo, porque tem raízes na própria cultura nacional”. Na sua atividade, o MNR tentou uma série de focos de guerrilha, ficando Flávio Tavares responsável pela ação no norte de Goiás, hoje Tocantins, no planalto central. Mantiveram ali um grupo de pessoas, alguns treinados em Cuba.

“A ditadura brasileira se disfarçava, até 1968 ela se escondia. Após o AI-5 é que ela se mostrou. Até então, tinha-se um parlamento, com deputados e senadores escolhidos a dedo, imprensa livre – ao menos parcialmente livre –, com algumas liberdades, oprimida, mas livre. Nesse clima, os movimentos de guerrilha não conseguiram prosperar. O MNR perdurou até agosto de 1967, quando fui preso em Brasília. Havia um sujeito da polícia – José Luís de Oliveira – homenageado em Uberlândia como grande guerrilheiro – pela Comissão Nacional da Verdade. Mas era um infiltrado. Como a CNV não viu os papéis do STM – Superior Tribunal Militar, não sabe que J. L. O. era um infiltrado. Mas como ele ficou preso apenas uma hora em Brasília, enquanto os demais ficaram presos três meses até que o STF desse, por unanimidade, um Habeas Corpus em nome de Flávio Tavares.”

O guerrilheiro de nome Félix era Flávio Tavares, mas, quando preso, devido ao linguajar e ao comportamento, foi chamado de Dr. Falcão e este nome ficou para a história, conta. Ao destacar que a situação política da época era irrespirável, muito diferente do que é hoje. Havia uma situação de opressão. Houve, nos anos de 1960, uma campanha avassaladora contra o comunismo. O terrível é que a repressão foi além das chamadas “leis da guerra”. Segundo ele, os hospitais, os enfermos, nada foi respeitado. Institucionalizou-se a tortura, o desaparecimento forçado e o assassinato. Este foi um dos grandes legados do regime. Quando se dá esse passo, todos passam a ficar sujeitos à tortura e ao desaparecimento, enfatizou. Nesse quadro que Flávio Tavares foi preso e torturado em 1967 e em 1969.

Na primeira vez, em 1967, já como Dr. Falcão, ficou três meses preso. Passou três dias e três noites sem dormir, sendo interrogado em Brasília, mas não foi torturado fisicamente. Chegou a tomar café com os oficiais. Só foi admitir que era de fato o Dr. Falcão quando, mandado dormir no quarto dia, viu o Coronel Washington Bermudes, que matou o Sargento Raimundo Soares, *espumando pela boca*. Nesse ponto, o Coronel Bermudes disse que Dr. Falcão era o responsável pela morte do Sargento Raimundo Soares, o que não era verdade. Era um artil e deu resultado. Falcão assumiu toda a guerrilha do triângulo mineiro, mas não a morte do sargento. Na prisão, em 1969, em Brasília, quando voltava para um esconderijo ao lado de sua casa, ele iria para São Paulo, mas foi preso.

“Aí, eu fui conhecer a tortura, que eu duvidava que acontecesse daquela forma. Na polícia do exército, no Rio de Janeiro, na Rua Barão de Mesquita, em 1969, passei por um corredor polonês, depois, pelo choque

elétrico, que não mata, mas destrói, por dentro. Acaba. A pessoa quer morrer, pelas entranhas maltratadas, dizimadas. Ao mesmo tempo que a tortura dizima, porque é feita por sádicos, perversos, a pessoa sob tortura, que é um ato de continuidade, tem dificuldade na elaboração, no pensamento, começa a entregar coisas bobas, sem importância. Se quisesse entregar, não tinha condições, especialmente após os choques na língua, que impediam qualquer articulação.”

Em setembro de 1969 foi enviado para o exílio, no México, junto com outros 15 prisioneiros trocados pelo embaixador norte-americano Charles Elbrick. O sequestro do embaixador americano pela Dissidência Comunistasomado a um grupo da ALN – Ação Libertadora Nacional, comandada pelo Joaquim Câmara Ferreira. O sequestro ocorreu dia 04 de setembro de 1969 e a troca pelos 15 nomes indicados que estavam presos, entre esses Flávio Tavares, foi dia 07. Todas as exigências dos sequestradores foram aceitas: eram apenas duas: publicar o fato nos jornais libertar e enviar para o México 15 presos políticos cujos nomes estavam na lista.

No exílio, Flávio trabalhou para jornais do México e para o jornal brasileiro O Estado de São Paulo, quando foi viver em Buenos Aires. Depois, por atividades profissionais, esteve no Uruguai, foi sequestrado por órgãos de repressão daquele país e ficou preso por quase 200 dias.

“A partir da mobilização do Estadão e da pressão internacional sobre o governo Geisel, especialmente da política de direitos humanos do presidente americano Jimmy Carter, fui expulso do Uruguai e aceitei oferta de asilo em Portugal”.

Flávio só voltaria ao Brasil com a anistia de 1979 e seu primeiro trabalho, na volta, foi dublagem de filmes, seriados e outros. O escritor produziu obras de grande importância, sobre esse período, para a história: Memórias do Esquecimento/ 1964: O Golpe/O dia em que Getúlio Matou Allende/1961 o Golpe Derrotado, entre outras.

2.1.6 Nilce A. Cardoso - Psicopedagoga, 70 anos



“Astorturas são sexistas. Tem tortura para homens e para mulheres. Para mim, diziam as coisas mais degradantes, sempre contra a mulher, me chamavam de vadia, éramos esculachadas por sermos mulher”.

Nilce Azevedo Cardoso fez um breve histórico da sua vida antes de ingressar no movimento Ação Popular (AP). Um depoimento muito emocionado marcou as lembranças da ex-presa política, nascida em Orlandia (SP) e filha de educadores que foi estimulada pelos pais, desde a infância, a participar da vida política do país. Em 1964, ingressou na Universidade de São Paulo para estudar Física e logo passou a militar na Juventude Universitária Católica (JUC). No ano seguinte, em 1965, foi convidada para integrar a Ação Popular (AP). Nilce então passou a atuar de forma “invisível”, na relação da entidade com seus membros e nas ações promovidas contra o Regime Militar.

“Entre na USP, em 64 e, junto comigo, entraram os tanques (exército). Lá era um mundo muito especial, era um aprendizado para além da universidade em si, eu vinha daquele movimento todo de revolução antes da queda do Jango. A nossa geração gritou logo em seguida, resistindo à ditadura. Eu fui aprendendo a resistir. Eu entrei na JUC, minha família era muito religiosa, e eu fui conhecer o que era uma vila, fui militar junto com o

pessoal, era muito interessante, conheci gente que depois eu vi na clandestinidade, morto, desaparecido, na prisão, em assembleias abertas. Decidíamos abertamente onde iríamos pichar, onde iríamos fazer comícios relâmpagos, então, na JUC, eu entrei na AP, em 1965, em São Paulo”.

Foi na USP que Nilce conheceu o Jair Ferreira de Sá, codinome Dorival, que estava chegando da China e disse: *“Eu quero uma pessoa que faça um trabalho que ninguém fique sabendo e que suporte ser invisível”*. Nilce narra a sua decisão. *“Eu topei ser invisível. Muitas pessoas nunca souberam que eu fazia a ligação entre o Paulo Stuart Wright e o Dorival. Eu conheci esse homem e fui fazer isso, era eu que arrumava os pontos e me deram para ler **Subterrâneos da Liberdade** do Jorge Amado. Eu li, encerrada numa casa, ostrês volumes. Dalí eu saí da Física para o marxismo, o Dorival me explicava toda a questão do marxismo, toda a questão do socialismo. ”*

Em 1967, Nilce deixou o Centro Residencial da USP (CRUSP) e se transferiu para o ABC paulista, onde trabalhou como operária e como militante da AP na organização e conscientização. Com a perseguição e prisões, ouve o desmantelamento da AP em Porto Alegre. Nilce foi convidada a transferir-se para a capital gaúcha justamente para substituir os militantes que haviam “caído”, ou seja, presos. Em Porto Alegre e foi trabalhar como operária no bairro Sarandi, desenvolvendo o mesmo trabalho que realizava no ABC paulista. Ela sublinhou que a AP não tinha como objetivo a luta armada, mas a formação de um movimento de resistência forte contra o regime militar, através da organização de operários, intelectuais e estudantes. Sequestrada em uma parada de ônibus em 11 de abril de 1972 por agentes do DOPS, Nilce foi levada à sede da instituição e torturada com socos, pontapés e choques elétricos. *“Eu estava num ponto de ônibus, e eles me pegaram, Pedro Seelig, Nilo Havelha, não estava o Comandante Claudio, me deram um soco, pontapé e me bateram, isso era na Medianeira. Eu fiquei paralisada. Não sei quem deu o pontapé. Mas eu cheguei no DOPS e fui direto para a tortura, tomava soco e mais soco, quebraram o externo. O Nilo Havelha e todo o mundo dentro da salinha, incluindo o Pedro Seelig, Cacique. Quem mais batia era o Nilo Havelha. E aí, então, a tortura começa com o sequestro, isso já é tortura, mandam a gente tirar a roupa, e a gente começa a ficar horrorizada. No testemunho do Bitenca, eles me sentam na cadeira, me prendem, botam o fio e veio o choque. A gente fica completamente adormecida, acabada”*.

Em função das torturas, Nilce entrou em coma e foi levada ao Hospital Militar, onde ficou internada por 10 dias. Ainda extremamente fragilizada retornou ao DOPS, onde voltou a ser violentamente torturada.

“Mas preferi silenciar sobre a inquisição dos torturadores. Penso que um dos objetivos da tortura é o desmoronamento psíquico. É inimaginável e não existem palavras para descrever tamanha atrocidade.”

Ainda em 1972, Nilce foi levada a São Paulo (Operação Bandeirante - OBAN), onde lhe foi retirada toda a medicação que ingeria para aliviar os efeitos das atrocidades que havia sofrido em Porto Alegre. “Estava muito fraca fisicamente e louca, pelas torturas sofridas”, sublinhou Nilce ao relatar que mesmo assim continuava sendo interrogada e permanecendo incomunicável. Nilce recorda que, durante a sua prisão na OBAN, em São Paulo, era constante a presença do torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, inclusive com a sua esposa. *“As torturas são sexistas. Tem tortura para homem e para mulher. Para mim, diziam as coisas mais degradantes, sempre contra a mulher me, chamavam de vadia, a gente era esculachada por ser mulher. Em 1973, retornei a Porto Alegre, mas precisava me apresentar no dia à polícia semanalmente e não podia me ausentar sem permissão dos militares. Neste período, procurei retomar a vida como professora nas redes privada e pública de ensino, militando na defesa dos professores. Neste período eu buscava todo o potencial armazenado na minha infância para não enlouquecer.”*

2.1.7 Raul Ellwanger - músico 66 anos



“O ano de 70 é um ano inteiro de violência diária e noturna. É uma usina de centenas de pessoas diária e continuamente torturadas. (...)”

O músico, cantor, compositor e ex-presos político Raul Ellwanger relatou que o primeiro contato com a militância foi em meados de 1960, quando ingressou na Faculdade de Direito da PUCRS, justamente num período de grandes transformações culturais surgidas no pós-guerra. Tornou-se conhecido quando participou, como cantor, de um festival de música da Rádio e Televisão Gaúcha, em 1968, no qual tirou o segundo lugar com a canção “O Gaúcho”, com conteúdo lírico, regional, mas que também criticava os militares. A música “pegou” e foi finalista no Canta Brasil 1968, da TV Excelsior, no Maracanãzinho/RJ. Aluno de Direito, passou a trabalhar como estagiário no escritório de advocacia de Afrânio Araújo, pai de Carlos Araújo, com o qual integraria um grupo de orientação comunista denominado “Organização Ponto”, que realizava atividades junto aos trabalhadores e sindicatos na luta contra o regime militar.

Em 1968, a Organização Ponto uniu-se a outros grupos nacionais e, em 1969, passou a participar da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR Palmares). A partir de 1968, ocorreu o recrudescimento da repressão aos movimentos e pessoas que lutavam contra a ditadura. *“É que bem no meio (68) vem o AI-5, que enrijece tudo, acaba com o habeas corpus, o país dá um salto de qualidade para o pior possível, com a cassação de juizes, pro-*

motores, funcionários públicos, parlamentares, especialmente o habeas corpus, que impedia que a polícia fizesse o que fez. Uma ditadura que até então mantinha certa legalidade, a partir de 68, o tratamento violento da oposição passa a ser a norma, para não utilizar palavras como tortura, sevícia, prisão, sequestro que são as verdadeiras palavras. O regime trata a oposição, ou a oposição é complacente, digamos, nos parlamentos, ou ela é tratada a pancada. A pancada significa dar um susto, um tapa, um soco mandar para casa, sumir por um mês com o sujeito. E gradualmente isso vai piorando. ”

Nesse período, Ellwanger percebeu que estava sendo vigiado e seguido por agentes do regime e passou a viver na clandestinidade, como forma de autopreservação.

“Um dia minha irmã chega em casa e diz: estranho, tem um homem me seguindo. Minha mãe diz: alugaram um apartamento ali na frente e tem uma frestinha olhando pra cá. De repente algum companheiro diz que “tá ruim a coisa”. Pra te empurrarem para a clandestinidade, que passa a ser uma proteção, tu vê que o Estado, ao invés de ser teu defensor, passa a ser uma ameaça, e uma ameaça brutal. Uma ameaça duríssima. E já tem aquelas estruturas todas, o DOPS, o DOI-CODI, as estruturas civis com os militares e, por exemplo, a morte do Costa e Silva em 68, a assunção de uma junta de sete que dá um golpe de estado e toma o poder, que depois elege o Médici, ninguém sabe como e porquê. Então, vem boatos, telefonemas, um advogado ameaçado, um professor aposentado, tu sentes uma grande pressão em torno da família, pessoas avisando que tem que tomar cuidado, e eu, nesse caso, já morava longe de casa, na Botafogo, era estagiário do Direito, solicitador, tenho minha carteirinha até hoje, então fiz várias audiências que me serviram para entender juridicamente diversas coisas.

*A passagem da vida normal para a vida secreta, tem um momento que temos duas vidas. Eu era conhecido, aparecia na televisão, o que foi diminuindo e aumentando a clandestinidade. A passagem da vida normal para a clandestinidade é assim. E eu já na metade de 69 fui morar em outros estados, eu era um peixe fisgado.”*No início dos anos 1970, Ellwanger deixou o Rio Grande do Sul, foi para São Paulo substituir companheiros da VAR que tinham sido presos.

“(…) tem um congresso secreto, um grande congresso, em Teresópolis, da VAR-Palmares, onde ocorre uma ruptura, que faz renascer a

antiga VPR e segue a VAR-Palmares. Basicamente uma diferença entre aqueles que desejavam, desde logo, fazer a luta armada, liderado pelo Carlos Lamarca, e outro grupo, o nosso grupo, em que estava o Carlos Araújo, a Dilma Rousseff, eu, o Antônio Losada, Carlos Brasil, Carlos Alberto Soares de Freitas, Roberto Antônio Espinosa, Zequinha Barreto, que vai depois ser assassinado com o Lamarca, em 71.

Esse grupo fazia uma espécie de mistura entre um trabalho político de base, mais tradicional, setorial, sindical, de massa, por corporações e também um trabalho mais militar, que era uma projeção para o futuro, de autodefesa das manifestações de massa, dentro de uma tradição menos militarista. A VPR era uma mistura de sargentos cassados, paulistas militantes intelectuais da POLOP e dirigentes sindicais, saídos das greves de Osasco. Tinha como lideranças o Onofre Pinto, o Diógenes de Oliveira que tinham uma atitude muito militar. Esse grupo teve depois o acréscimo de Carlos Lamarca e, sua direção era militar. ”

Ellwanger destaca que entre 1969 e 1973 foi a época em que mais se torturou, matou e aniquilou no Brasil. No relatório da Comissão estadual da verdade, ali emprega o termo “ano de chumbo” designando 1970.

“O ano de 70 é um ano em que acontecem prisões quinzenais, repetidas, massivas, sevícias diárias, coletivas, como é o caso da Ignez Serpa que, atada por fios elétricos ao Francisco Martlgnez e ao Gustavo Schiller e sobre um chão alagadiço, foram submetidos os três a corrente elétrica, si- multaneamente. Podemos imaginar isso em um ambiente com fezes no chão, vômitos, sangue nas paredes, gritos, enfim. O ano de 70 é um ano inteiro de violência diária e noturna.

(...) Esse ano é o ano da indústria da tortura organizada, sistemática, remunerada, consentida, autorizada, medalhada com a medalhada do pacificador. Mês a mês teve grandes prisões. Um horror. Há um relato de que na Delegacia de Petrópolis, a oitava, que existe até hoje, tinham, jogados numa pocilga, duzentas pessoas. Subumana, pessoas atiradas. Uma vez por dia chegava uma quentinha podre e era isso. Sanidade, cuidados pessoais, não existia. Esse era o tratamento.

Isso mostra a mistura das forças armadas com as polícias. E não por acaso, recorrentemente, no Rio Grande do Sul, aparecem dois torturadores que são os mais repetidos, talvez dois dos piores do Brasil: Nilo Havelha e Pedro Seelig. ”

Raul destacou que a repressão empurrou a juventude contestatória para os movimentos clandestinos. Foi um tempo, lembrou ele, que se ouviam boatos do tipo *“um dirigente sindical sumiu, apareceu dois ou três dias depois, cansado, todo roxo, com fome. Sempre em forma de boato. E a família é quem primeiro sofre. E isso tem um nome. É o chamado terrorismo de estado. A minha mãe teve sequelas enormes, físicas e psicológicas devido a esse terrorismo. O terrorismo de estado é tão importante que tem influência hoje. Nós ainda sofremos com ele. Temos temores, medos, dúvidas... A família é um alvo privilegiado porque atinge sentimentos de afeto de pessoas que não tem um compromisso político, somente de bem querer.”*

Perseguido em São Paulo, onde vivia na clandestinidade, Raul acompanhou acontecimentos como a queda do seu grupo VAR-Palmares. Carlos Araújo, que morava com ele, foi preso, torturado por três dias, não falou nada, mas inventou um encontro com alguém importante do grupo e ao ser levado se atira embaixo de um carro para fugir da tortura. Mas não morreu. Condenado pela Lei de Segurança Nacional, em SP, no ano de 1971, Raul decidiu deixar o Brasil.

“Aí, eu decidi sair. Nesse período eu dormia em ônibus, do início ao fim da linha, era loirinho, e até o motorista e o cobrador notavam que tinha algo errado. Eu não tinha cara de morar nesses bairros, eu tive de abandonar a luta naquele momento, porque não tinha como fazer alguma coisa por esses companheiros presos. Nesse período que eu fiquei em São Paulo, eu escapei de dois cercos, eu precisava de dinheiro, marquei um ponto, fui cedo e vi que o ponto era uma ratoeira”.

De São Paulo, foi para o Chile, onde viveu três anos no regime democrático de Salvador Allende e três meses da ditadura, com Pinochet. Seguiu para a Argentina, onde conseguiu viver por algum tempo até a chegada da ditadura no vizinho País. Retornou ao Brasil em 1977, quando foi preso, apesar da sua pena já estar prescrita. Ficou 10 dias no DOPS.

2.1.8 Paulo de Tarso Carneiro - bancário 73 anos



“O garoto Frigeri foi levado para a fossa, era magrinho, mirrado e foi torturado. Eu fiquei com pena e disse para ele: fala tudo que tu sabes. Fala, não tem jeito”.

O ex-preso político Paulo de Tarso Carneiro passou um ano na prisão. Ex-militante da VAR-Palmares, sofreu na prisão a tortura institucional praticada por agentes da Polícia Federal, Polícia Civil, Brigada Militar, Exército e, em escala de apoio, médicos, psicólogos e servidores públicos subordinados, na década de 70, ao governador do Estado, Euclides Triches, ao secretário de Segurança Pública, Jayme Miranda Mariath e, no plano federal, todos autorizados pelo presidente Emílio Garrastazu Médici. Ele prestou duas horas de depoimento na Assembleia Legislativa motivado para que sua experiência afaste dos jovens a ideia de novo período militar.

“Eu quero saudar, essa iniciativa, o deputado e a Assembleia Legislativa, por criarem esta subcomissão, possibilitando que a Assembleia discuta como ela pode impedir e proibir que atos praticados pela polícia e pela política contra a liberdade de pensar. Eu já tinha decidido não dar

depoimentos, mas decidi voltar atrás. Eu tinha como colega de prisão, de tortura o Índio Vargas, ex-parlamentar, e ele foi ouvido anteriormente, na Assembleia Legislativa, na presença do Pedro Seelig, nesta casa. Como poderia isso? Torturador e torturado. Penso que foi um erro naquele momento. Essa comissão resgata o que naquele momento não foi feito. ”

A consciência política Paulo de Tarso Carneiro se construiu nos primeiros anos vividos em Alegrete, na Fronteira Oeste do Estado, onde política e religião sempre disputaram espaço. O ativismo do pai, getulista, que era ferreiro da Viação Férrea, somou-se ao fervor humanitário da mãe, uma católica praticante. Daí para a militância contra a ditadura militar foi um salto. A morte precoce da mãe, aos 52 anos, tirou Paulo de Tarso da fronteira, ao vir para a Capital.

Em Porto Alegre, estudou nos colégios Júlio de Castilhos e Protásio Alves, tendo inclusive como professor Sereno Chaise, que depois seria prefeito da cidade. Carneiro protagonizou nas disputas estudantis e nas ruas as intensas transformações promovidas no RS pelo governador Leonel Brizola na década de 60. Distribuiu panfleto de candidato trabalhista aos 16 anos e, aos 19, foi voluntário na Campanha da Legalidade, em 1961. Aprendeu nas transmissões semanais da Rádio Farroupilha os ensinamentos de Brizola sobre nacionalismo e imperialismo, no período de desapropriação das empresas americanas de energia elétrica e telefonia. Protestou com tijolos nas ruas contra a presença de Carlos Lacerda na cidade. Depois do serviço militar, ingressou no serviço bancário e foi na militância sindical que alcançou os grupos de esquerda, liderados pelo Partido Comunista, o Partido.

O golpe militar de 1964 encontrou Paulo de Tarso na militância de organização clandestina, acostumado com a vida paralela que exigia resguardos na segurança dos encontros políticos, dos companheiros e especialmente das discussões e documentos produzidos sobre a conjuntura política.

A fúria anticomunista da ditadura exigia cuidados dos militantes de esquerda, contou Paulo de Tarso, que nesse período fez concurso para o Banco do Brasil, foi para Garibaldi e ingressou no curso de Filosofia na universidade de Caxias do Sul. A presença no histórico congresso da UNE em Ibiúna, em São Paulo, em 1968, jogou Paulo de Tarso na linha de tiro dos militares.

“Foi no histórico congresso da UNE em Ibiúna, em São Paulo, em 1968, onde tomei consciência que não havia outra alternativa do que ir para a luta armada. Fomos presos todos lá. Eu participei aqui em Porto

Alegre e depois lá. O Antenor Ferrari estava comigo em Ibiúna. A gente estava em quatro e começamos a conversar – estávamos num brete – num universo de dois mil estudantes – sabíamos que a repressão viria. Eu conversei com o Travassos, com o Raul Pont e meu irmão conversou com o Carlos Araújo e quando eu cheguei, o Carlos perguntou o que eu achava que deveria ser feito para derrubar a Ditadura? Sair no pau. ”

Aos 26 anos, foi preso com outros 40 estudantes e conduzido até Sorocaba. Desta vez, apenas interrogatório. A tensão era constante à medida que as prisões alcançavam os militantes e diante da constatação dos órgãos de repressão, da disposição de resistência armada do núcleo da VAR-Palmares no Sul. Assim, a **tentativa de expropriação da agência do Banco do Brasil em Viamão**, conforme relatou Carneiro, em março de 1970, desencadeou o aperto do cerco militar aos militantes guerrilheiros. Logo em seguida, houve a tentativa de sequestro do Cônsul americano em Porto Alegre. As prisões de membros da organização aumentaram e culminaram com a de Paulo de Tarso Carneiro, em 6 de abril de 1970.

“A tortura começa com o Marco Aurélio que faz simulações de enforcamento, aplica golpes de caratê com as mãos e com os pés, pegou uma corda e passou no meu pescoço. Antes de ir para o Pedro Seelig, eu fui levado para a delegacia de furtos, uma sala suja, cheia de água, fezes, sangue e mandaram eu tirar a roupa, em que o policial conhecido como Cardosinho junto com outros policiais, um negro alto, começam as sessões de tortura no pau de arara. Tinha uma espécie de interfone, com a voz do Áttila perguntando o que eu já tinha dito. Em seguida entra o Nilo Havelha, já furioso pois ainda não tinha falado nada. Com o Pirelli na mão, um pedaço de pau com pneu enrolado com arame, começou me batendo e xingando os demais policiais por não terem tirado informações. Em seguida subo e sou levado para a sala do Pedro Seelig, que avisa que aquilo foi apenas uma amostra, que iria continuar tendo torturas. ”

Narrou que as sessões de tortura ficavam sob o comando do major Áttila, assessorado pelo delegado Marco Aurélio dos Reis (destacado pelo secretário de Segurança Pública, Jayme Miranda Mariath), pelo médico doutor Godoi, em turno integral, e também o doutor Lahore Rodrigues, que atestavam a **saúde** dos presos, e o delegado Pedro Seelig, cuja ameaça preferida aos torturados era de que tinha permanecido 42 dias sem dormir, apenas **interrogando**.

Também uma psicóloga participava do atendimento aos presos e torturados, revelou Paulo de Tarso. Outros dois que faziam acompanhamento da violência praticada pelo Estado eram o Coronel Leivas Job e Athos César Baptista, secretário de Segurança Pública em novembro de 1970, período em que Paulo ainda estava preso.

O delegado Marco Aurélio dos Reis, que prestava **atendimento de bandido** aos presos políticos, pegou uma corda e passou em volta do pescoço de Paulo, simulando enforcamento. Depois dessa ‘recepção’, já de noite, o preso foi levado para a Delegacia de Furtos, no mesmo prédio, onde foi recebido pelo Cardosinho, na sala fétida e suja de sangue e fezes pelas paredes, para a sessão de **pau-de-arara**, método que consiste em introduzir uma barra de ferro entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, posição que deixa o corpo do torturado pendurado a pouca distância do solo, permitindo o uso de eletrochoques, palmatória ou afogamento. Pelo rádio, Áttila indagava ao torturador se Paulo Carneiro já tinha falado. Paulo avalia que eram em torno de 70 presos, distribuídos em três salas. Eram agredidos ao acordar, com batidas no peito, na cabeça e na genitália.

“Calculávamos em mais de 70 os presos no local, entre eles a Helena (companheira que tinha sido presa no mesmo dia que eu), a Ignez Maria (Martinha), Iara companheira do Antônio de Pádua de Prado Júnior, a companheira do Rui Falcão. Tinha um grupo de mulheres lá. A gente fica- va atirado no chão, sem colchão e de capuz. Um policial me falou certa feita e disse que agora tinham chegado os militares, o negócio estava feio, era com a eletricidade. Pelas vozes vou identificando o Pedro Seelig e o Paulo Malhões, que não usava capuz apenas óculos escuros e também era cha- mado de Pablo ou Pablito. Todo mundo passou pelo pau de arara e outros. Começaram o choque, com fios nos pés e nas mãos, isso me explicou o Bona Garcia, tinha um percurso maior e por isso doía menos, ela é mais fraca depois eles colocam a corrente, nas orelhas e depois na fonte, e a tortura é maior, eu via a luz por trás, sem ver, é que a própria corrente passa pelas células e a gente percebe a luz, mesmo de capuz. A luz era interna, a gente percebe o clarão nos olhos. Essa corrente queima neurônios e deixa uma serie de sequelas”.

Amigo pessoal de Médici, Malhões chegou a dar voz de prisão a um coronel que pretendia presenciar o depoimento de uma sobrinha que estava presa. Paulo de Tarso contou que fez uma espécie de greve de fome nos primeiros dias, o que pode ter salvo sua vida, uma vez que, na primeira

sessão de pau-de-arara, mentiu que tinha jantado. Foi dispensado porque o agente policial comentou: “*não quero matar outro*”, referindo-se ao zelador de uma chácara que tinha sido morto nessa condição, no mesmo local. Em outro trecho do depoimento, disse que assistiu ao desprezo com que o então vereador Índio Vargas (PTB), depois de longa sessão de tortura, alegou sua condição parlamentar e foi humilhado e pisoteado.

Passados uns 40 dias da prisão, Paulo acreditou que o pior tinha passado. Mas a entrega de uma mala de documentos da VAR-Palmares aos órgãos da repressão revelou sua identidade e seus vínculos com a organização por meio de um documento de avaliação da ineficiência da luta armada. Foi mandado para o Presídio Central, numa sala cheia de pulgas e percevejos. Saía para as sessões de tortura no DOPS, que eram realizadas à noite, e retornava.

Nessa mala tinham nomes de militantes, apoiadores e até mesmo estudantes que tinham prestado, eventualmente algum apoio. Ali tinha um endereço em Caxias e às 5h da manhã, agentes da Força Aérea Brasileira, prendem o Airton Joel Frigeri e um grupo de jovens militantes da VAR-Palmares. Os repressores requisitam a Força Aérea e levam o Frigeri, que tinha 16 ou 17 anos.

Conforme Paulo de Tarço Carneiro, que viu o garoto, “*O Frigeri foi levado para a fossa, era magrinho, mirrado e foi torturado, mas tudo que ele sabia eu sabia e eu disse para ele: fale tudo que tu sabes, fala, não tem jeito*”. Mas a tortura não parava. *Se tu abriesses a boca, então é porque tu tinhas mais coisa para falar. Se tu assumisses que era militante, então a coisa mudava, até porque tu te tornavas mentiroso*”.

Paulo de Tarso foi demitido, por justa causa do Banco do Brasil, três meses depois de sair da prisão. Ele recorda que situações como esta se repetiram também na Caixa Econômica Federal e na Petrobras, onde servidores não foram alcançados pelas indenizações da Comissão Nacional da Verdade. Só no Banco do Brasil, foram mais de 500 demissões por justa causa e em torno de quatro mil deslocados para outros estados.

2.1.9 Raul Pont –Bancário, professor, político, 71 anos



“...o preso ficava pelado, amarrado e pendurado a cerca de 20 centímetros do chão. Nessa posição que causa dores atrozes no corpo, sofria com choques, pancadas e queimaduras com cigarros”

Natural de Uruguaiana, Raul Pont iniciou sua atividade profissional no Banco Rio-grandense de Expansão Econômica. Ainda vinculado ao banco, Pont mudou-se para Porto Alegre onde ingressou em 1964 no curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Teve participação na greve dos bancários em 1965 e acabou demitido pelo banco em 1966, após sofrer prisões ocasionadas pelo enfrentamento dos estudantes nas ruas com a polícia.

“Junto com meus companheiros, resolvemos tomar atitudes que iriam contra o golpe, em oposição ao golpe, mesmo sem saber ainda o que era o golpe, além do caráter genérico e quais seriam suas consequências. Este fato foi de fundamental importância para que junto com meus companheiros exigissemos a reabertura do Centro Acadêmico, onde o André Forster foi

eleito presidente naquela oportunidade. Naquela época o centro político da UFRGS era o curso de Filosofia e Ciências, que aglutinava em torno de 12 ou 13 cursos, desta forma, havia um intercâmbio muito grande, entre os cursos e seus membros, formando um verdadeiro “caldeirão” permanente de debates e discussões políticas. Neste momento, comecei a identificar correntes de diferentes matizes, haviam correntes que não eram legais, pela questão do golpe, sendo uma delas a corrente identificada com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), outros a Ação Popular (AP), tinham militantes do PCdoB e de outros grupos menores. Havia também militantes da direita organizada, que inclusive ganharam as eleições do Centro Acadêmico da UFRGS, chamado de “grupo decisão”, defensores do golpe, na Engenharia e Administração, sendo este o processo de luta política que iniciei a vivenciei.”

Pont entrou no curso de Economia da Ufrgs em 66, mesmo período em que foi aprovado em concurso público na Petrobras, mas colocado em **reserva técnica**, nunca foi chamado. Era vinculado ao PCB, no período em que o movimento estudantil tinha a supremacia política da Ação Popular, organização vinculada à igreja, mas de inclinação de esquerda e crítica ao golpe militar. Pont assumiu a atividade política na universidade através de disputas eleitorais diretas, na época proibidas pelos militares, uma vez que o país estava sob o bipartidarismo.

“Nesse período em 1968, eu vivia normalmente em Porto Alegre, militava dentro da universidade discretamente e apresentava-me com um disfarce, um nome fantasia, nome de uma corrente estudantil, na tentativa de superar o regime. Desde de 1965 o Brasil estava sob a imposição do bipartidarismo, era MDB ou ARENA, chegamos a contestar tudo isso, lá depois da prisão, negando o julgamento, primeiro que tudo que nos tiraram, foi feito sob tortura, portanto não tinha validade, fizemos uma denúncia coletiva, isso mais tarde em 1972 na Justiça militar, sendo que estávamos presos, preventivamente e ilegalmente, condenaram alguns por organização proibida, outros foram liberados, como? Se a Constituição diz que há pluralidade, como poderia ser preso por organização proibida se tinha o direito constitucional de organizar-me politicamente, no entanto, a lei dizia que somente poderia haver dois partidos, um verdadeiro absurdo dos regimes ditatoriais, totalitários, com o tempo os ditadores fecharam a UNE e a UE e até mesmo o DCE da universidade, queriam que o DCE fosse eleito de maneira indireta, e nós cometemos o “crime” de realizar eleições diretas, criando um DCE livre para identificar que estávamos fora das decisões, decretos que o MEC tomava ar-

bitrariamente. Foi nesse período em que fui Presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFRGS, de 1968 à 1969, mais uma vez em 1970 a diretoria eleita direta e indiretamente foi cassada, como em 1967 pelo decreto 228, quando o DCE perdeu o controle da casa do estudante e do restaurante universitário.”

As muitas manifestações da época, resultavam em prisões ocasionais. Eram, segundo ele, prisões mais brandas antes de 66. Neste ano, desencadeou processos de perseguições, sequestros e torturas, muitos militantes da esquerda desapareceram, havendo inclusive mortes, sendo a mais emblemática a do sargento Raimundo em 1966, conhecido como, **caso das mãos amarradas**, onde pela primeira vez, comprovou-se concretamente que a ditadura havia preso, torturado e matado alguém.

“O sargento Raimundo foi velado no necrotério da Santa Casa e o seu enterro tornou-se um ato político, pois seu caixão foi carregado por militantes e seguido por milhares de pessoas, até o cemitério da Oscar Pereira. O movimento estudantil assumiu essa denúncia, sendo um movimento muito grande e de repercussão no cenário atual”. Na avaliação do depoente, o período possibilitou aos estudantes, professores e estudiosos uma análise mais clara do que ocorria. Esses debates aprofundado sobre o que foi realmente o governo Goulart, tendo chegado a uma conclusão que era uma frente política, uma aliança de classes, onde setores populares, o trabalhismo, defendiam a ideia genérica de um capitalismo nacional que tinha como inimigo o imperialismo e setores tradicionais do campo, latifundiários, exportadores.

“Isso era o que orientava os partidos, a luta política era semelhante, esse foi o período mais rico ao meu ver que a esquerda viveu, para fazer repensar tudo isso, porquê, porquê o golpe? Esse golpe tinha sido um perfilamento de classes que não aconteceu. O grupo que tentou o golpe em 1961 era o mesmo grupo de 1964, que levou Getúlio ao suicídio, era um grupo pensante, porque foram treinados pelos militares americanos e tinham um viés da 2ª guerra mundial, eles tinham uma visão de blocos e estávamos no bloco dos EUA (Estados Unidos da América), e que tínhamos que nos contentar com isso, não foi uma ditadura Neoliberal e sim Anticomunista”.

Pont sublinhou que com a edição do Ato Institucional nº 5, em 1968, ocorreu o recrudescimento da perseguição aos grupos opositores ao regime e muitos deles acabaram sendo dizimados. Neste período começa o

chamado “Milagre Brasileiro”, que mantém baixos os salários dos operários e aposentados, ao mesmo tempo em que ocorre um grande desenvolvimento econômico, fato que acabaria atraindo e cooptando, inclusive intelectuais e militantes dos movimentos revolucionários. Em 1969, justamente por conta do aumento das perseguições, Pont deixa Porto Alegre e vai para São Paulo (São Bernardo do Campo e Osasco), onde sobrevive como professor, mas mantém a atuação na organização sindical e conscientização de trabalhadores.

“Fui obrigado a sair de Porto Alegre, em 1969 mesmo havendo solidariedade e simpatia entre os funcionários da universidade com o nosso movimento, onde certos funcionários nos avisavam, olha hoje é melhor tu nem entres, sabes porque, não é mesmo? Cada sala de aula havia um informante, além dos próprios simpatizantes e defensores da ditadura que eram muitos e estavam também dentro da sala de aula.

Desta forma o trabalho político não tinha como ser realizado e não poderíamos deixar nos identificar também. Meu apartamento foi invadido duas vezes, levaram todos os meus livros e até hoje não me entregaram. Em 1969, ocorreram várias prisões, entre elas a do Pila Vares, Flávio Koutzii, Marco Aurélio Garcia, Elisabete Lobo. O pessoal pedia muito cuidado, as pessoas saíram daqui, eu fui para São Paulo no início de 1970, indo para a cidade de Osasco, lá fiquei militando na clandestinidade, fui recebido por companheiros que eu não sabia o nome deles e nem eles o meu.”

Quando ocorre a prisão do Carlos Araújo aqui em Porto Alegre, foram presos também membros do POC, mesmo sendo da VAR-Palmares, havia um certo contato entre os grupos, disse Raul. Em 1971 Pont é preso na Operação Bandeirante (OBAN), comandada pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Levado à uma delegacia na rua Tutóia foi interrogado sob tortura (choques elétricos, cadeira do dragão e pau-de-arara).

“Cai ali e não tinha direito a nada, pois entrava e saía encapuzado, abaixo do pau, já saíram me batendo, por duas ou três semanas fiquei sendo interrogado e nos intervalos, era com choque elétrico, pau-de-arara. É uma das mais antigas formas de tortura usadas no Brasil, pois já existia nos tempos da escravidão. Com uma barra de ferro atravessada entre os punhos e os joelhos, o preso ficava pelado, amarrado e pendurado a cerca de 20 centímetros do chão. Nessa posição que causa dores atrozes no corpo, o preso

sofria com choques, pancadas e queimaduras com cigarros, Maricota, nos obrigavam a ficar nus. Era algo científico, comandado por majores e capitães do exército brasileiro, tudo o que você dizia eles retornavam a perguntar novamente, e quando você pela tortura mentia ou inventava algo para tentar se safar, levava mais pau ainda, era torturado novamente por ter mentido. ”

Deixando a OBAN, Pont foi levado ao DOPS/SP, à época comandado pelo delegado Sérgio Fleury e, mais tarde, para o presídio Tiradentes, onde conheceu a também presa política Dilma Rousseff. De São Paulo, Pont é transferido para Porto Alegre, (DOPS/RS), sob o comando por Pedro Seelig e, mais tarde, foi transferido para a Ilha do Presídio. Novamente é conduzido a São Paulo, de onde retorna para a Ilha do Presídio e permanece até maio de 1972. Julgado em 1972 por tentativa de criação de organização partidária, ilegal para a época, Pont é condenado a cinco meses de prisão, mas em virtude de já ter cumprido prisão por tempo maior a que havia sido condenado, foi libertado.

Em 1973, Pont reingressa na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mas mantém discreta atuação por conta da vigilância a que ainda estava submetido pelas forças da repressão. Nos anos seguintes, participa de seleção de mestrado em Campinas (SP) e passa a lecionar Ciência Política na Universidade do Vale do Rio do Sinos (Unisinos).

() Raul Pont prestou seu depoimento em duas etapas, visto que na primeira ocasião seu sogro faleceu e ele precisou interromper.*

2.1.10 Suzana Lisboa – Militante dos Direitos Humanos - 63 anos



“No dia de hoje, por incrível que pareça, tenho uma certidão de óbito em que diz que ele teria se suicidado. Esta certidão não foi retificada até hoje.”

“Comecei a minha militância política no Colégio Júlio de Castilhos. Eu era da diretoria da União Gaúcha de Estudantes Secundários (UGES) e do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, em 1967, momento de grande efervescência no movimento estudantil. A UGES era presidida pelo Luiz André Fávero, um gaúcho de Caxias do Sul, figura importantíssima, mas de quem pouco se conhece. Ele entrou nessa entidade como candidato da direita, mas assumiu sua condição como de esquerda e o grupo que compunha a sua chapa era formado pelo Ico Lisboa e pelo Claudio Gutierrez. Fizemos coisas muito significativas naquele período, apesar da repressão, inclusive um ato no auditório Araújo Viana, quando chamamos a atenção da repressão.”

Segundo a depoente, a partir das ações realizadas pelo movimento estudantil, muitos de seus líderes passaram a ser perseguidos e presos

pelas forças de repressão do regime. Em 1968 o grêmio estudantil do Julinho foi fechado pelos militares e alguns de seus dirigentes presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN). Naquele momento, a depoente militava também na Ação Libertadora Nacional (ALN), juntamente com aquele que viria a ser seu companheiro, Luiz Eurico Lisboa, assassinado em circunstâncias pouco claras em uma pensão na cidade de São Paulo, em 1972. Luiz Eurico, junto com Suzana, militava na clandestinidade. Eles casaram em 1969 e viajaram para Cuba depois que o líder da ALN Carlos Marighella foi assassinado. Suzana Lisboa recorda com clareza dos tempos difíceis, quando a militância política era o principal tema do casal e de muitos amigos. Ela contou que Luiz Eurico era funcionário do Senai, mas se organizava para participar das atividades do Partido Comunista, inclusive tendo participado em congresso do partido. Aponta o retorno de Cuba, em pleno governo Médici, e o desaparecimento do companheiro em 1972.

“Fico na clandestinidade até 78, nós fomos antes a Cuba, voltamos em pleno governo Médici, e ele foi assassinado em circunstâncias que até hoje eu não sei direito. Nós retornamos em 71 e eu só fui descobrir seu corpo em 1979, quando dentro do movimento da anistia iniciou o retorno dos exilados. Eu não participei do primeiro congresso da anistia, me recomendaram a não participar, e em março de 1979 houve um encontro das entidades de anistia no RJ, em que eu fui representando o Comitê pela Anistia do Rio Grande de Sul. A primeira lista de desaparecidos que continha 45 nomes, o lco já integrava essa lista”

Na busca por informações sobre a morte e o paradeiro do corpo de Luiz Eurico, Suzana recebeu a informação de uma amiga comum ao então chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), que o seu companheiro desaparecido estaria morando no Uruguai e até havia constituído nova família. No entanto, continuando as buscas pelo companheiro, foram encontrados e identificados, em 1979, diversos corpos, dentre eles o de Luiz Eurico, que havia sido enterrado como indigente e com nome falso de Nelson Bueno, no cemitério de Perus, em São Paulo.

“(…) encontrei um enterrado com nome familiar chamado Nelson Bueno, evidentemente o lco tinha mais de uma identidade falsa e nos utilizávamos uma para se comunicar no posta-restante, se mandava uma carta para o correio e nós buscávamos. Quando eu vi Nelson Bueno, tinha certeza que era ele. O corpo tinha dado entrada no IML em 3 de setembro e

*ali perto tinha uma pensão onde o corpo dele tinha sido encontrado. Arma-
mos um grande esquema para ir nessa pensão que era o repórter da Isto É,
chamado Ricardo Carvalho, era meu irmão e o fotografo era irmão do Nelson
Bueno e nós perguntamos por ele e tal. Eram as mesmas pessoas, o mesmo
proprietário, alguns moradores eram os mesmos, o zelador era o mesmo e
em especial uma moradora falou muito de como tinha sido a descoberta da
morte de Nelson Bueno. ”*

Suzana também relatou que possui um atestado de óbito de Luiz Eurico, onde consta como “causa mortis” o suicídio, mas que ela não tem dúvidas que a verdadeira causa da morte foi assassinato. Suzana destacou que busca judicialmente a retificação da “causa mortis” constante no óbito, mas que até agora somente foi possível retificar o nome falso utilizado pela ditadura (Nelson Bueno) para o nome verdadeiro (Luiz Eurico Lisboa). Os restos mortais, presumidamente de Luiz Eurico, foram entregues à Suzana em 1982.

“Na época, as pessoas da pensão disseram que ele ia viajar, mas ele não saía do quarto e ficaram preocupados, olharam por um basculante e ele estava deitado na cama, numa poça de sangue, ficaram preocupados, puseram um jornal debaixo da porta, pegaram a chave e conseguiram abrir a porta, abriram a porta, encontraram ele morto e chamaram a polícia. Essa é a história oficial que eu tive, até ver os documentos. Quando eu vi as fotos, os documentos, conclui que não foi assim. Nas fotos ele está deitado, na cama, com uma arma em cada mão, tem uma colcha que cobre o corpo dele até o dorso, essa colcha tem marcas de esfumaçamento, o que prova que teria passado tiros por ela, e tem tiros pelo quarto.

Tem lascas do armário, lascas da parede, lascas da porta, do teto. Então, a conclusão do inquérito é de que ele teria disparado três ou quatro tiros pelo quarto, antes de envolver essa colcha na mão, a arma na colcha e dar um tiro na própria cabeça.

Depois eles arrumam a colcha e essa é a situação que envolve a morte dele. O que mais me chamou a atenção na época é que ele estava com um blusão de lã que eu tinha tricotado para ele e ele tinha alergia. Ele jamais botava aquele blusão no corpo. E ele estava com aquele blusão no corpo. Esse é um detalhe para ver a armação. Quem busca detalhes da verdade percebe essas coisas”.

A partir do encontro do corpo do Luiz Eurico, a integrante da Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos Suzana Lisboa ajudou a organizar um dossiê sobre tudo o que havia sido descoberto e sobre os desaparecidos, que eram 144. O Dossiê, feito por ela, com ajuda de Ivan Seixas, foi levado ao 2º Congresso Nacional da Anistia em Salvador. Suzana e alguns familiares de outros que buscavam seus mortos se uniram e resolveram fazer buscas em outros cemitérios, inclusive com nomes falsos de outros mortos e desaparecidos. Uma pessoa fundamental para essa busca foi o administrador do cemitério de Perus, Antônio Pires Eustáquio, destacou ela.

“Recentemente, ele recebeu homenagem na Assembleia Legislativa de São Paulo, quando foi retomado o trabalho em Perus. Eles no cemitério, nos franqueavam, nos deixavam ingressar e ficar lá pesquisando. Eram separados os indigentes dos demais. Nós fizemos uma lista de médicos legistas que tínhamos informação, de que haviam participado, durante o regime, fornecendo laudos de presos e pessoas que tinham sido mortas em combate. E por essa lista começamos a fazer uma busca nos cemitérios e, enquanto estávamos fazendo essa busca, nós fomos – a lara e eu – no cemitério e começamos a desenvolver uma ligação com aquele cemitério porque ali estavam todas as pessoas que a ditadura tentou esconder de nós, tínhamos descoberto por acaso, uma casualidade. Nós levávamos flores e colocávamos em todas as sepulturas, todas que tinham na época. Um dia nos estávamos na administração e nós vimos dois homens pegando as flores e colocando no lixo. E nos demos conta que eles tinham nos localizado, o que não seria muito difícil né”.

Conforme a depoente, foi possível apurar na sua busca por mais corpos de “desaparecidos”, o médico legista Isaac Abramovitch, campeão de laudos falsos. O Harry Shibata assinou uns dez. Citou, ainda, entre os médicos que prestaram serviços ao regime, Orlando Brandão e Amílcar Lobo.

“Este último, que era psiquiatra e não assinou nenhum laudo, chegou a ser cassado pelo que fez na ditadura. Ele participava da tortura, acompanhava os torturados para ver se podiam ser mais torturados ou não”. Ao final de seu depoimento, Suzana fez referência ao papel desempenhado pela Assembleia Legislativa gaúcha e ressaltou que “foi aqui que ocorreu, de forma pioneira, a publicação do primeiro dossiê sobre mortos e desaparecidos da ditadura militar”. Ela lamentou, também, que o relatório final da CPI da Espionagem Política da AL tenha desaparecido. Alertou para a necessi-

dade de preservação do material da CPI da AL sobre a morte de Raimundo Soares, conhecido como “o caso das mãos amarradas”. Suzana igualmente solicitou que a Subcomissão e a Casa localizem e preservem os registros da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da época da ditadura militar, que podem conter registros importantes para a história do Rio Grande do Sul.

2.1.11 Raul Carrion – Político, Historiador, 69 anos



“Se nós estamos aqui hoje, respirando democracia é porque naquele momento houve uma parcela da sociedade, do povo brasileiro, que se expôs, que resistiu.”

O ex-presos político, ex-vereador e ex-deputado estadual pelo PCdoB, Raul Carrion, destacou que se criou num ambiente muito politizado, pois o seu pai possuía filiação e uma agremiação partidária e as discussões políticas ocorriam corriqueiramente na sua casa. Ele relatou que a militância propriamente dita, têm início com a campanha da Legalidade (1961), continuou pelas reformas de base do início da década de 1960. Diante do quadro político do país, Carrion se inclina para as ideias da esquerda marxista e ingressa na Ação Popular (AP) quando ainda era aluno do Colégio Anchieta de Porto Alegre.

Quando ocorre o golpe militar no Brasil (1964), o depoente é aluno de Engenharia Química da Universidade Federal do Rio grande do Sul (UFRGS), onde atua no movimento estudantil. Com a perda das eleições no DCE da UFRGS pelos movimentos de esquerda, Carrion passa a militar na vida sindical e, em 1967, suspende a matrícula na universidade e se transfere para Novo Hamburgo, com nome falso e atuando praticamente na

clandestinidade junto ao movimento sindical da região. Em 1969, Carrion ingressa no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a agremiação sugere que ele retome a sua vida acadêmica na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para reforçar o trabalho no movimento estudantil. Durante a sua estadia em Novo Hamburgo, Carrion havia sofrido um acidente de trabalho em um dos dedos e, por isso, receberia uma indenização que seria integralmente empregada na estruturação do movimento de guerrilha que estava se formando.

Em 1970 ele se rematricula na faculdade de Engenharia e retoma a vida acadêmica e a militância estudantil até fazer do PCdoB o partido com a maior representatividade entre as entidades discentes da UFRGS. No dia 28 de maio de 1970, Carrion é preso ao chegar em casa, onde com outros companheiros estavam editando os jornais “A Classe Operário”, e “O Proletário”. É levado à sede do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Porto Alegre.

“Tão logo cheguei ao DOPS fui encapuzado e levado a um corredor onde podia ouvir os gritos de outros presos políticos que estavam sendo torturados. Em seguida, ainda encapuzado, fui levado para a sala de torturas e submetido ao pau-de-arara e a choques elétricos (maricota) para que delatasse os companheiros de organização e os planos e ações desenvolvidas”. Ali ele encontrou muitos companheiros de luta de diversos grupos, entre esses João Flores e sua esposa Flávia Röessler, diversos dirigentes partidários, entre os quais Bruno Mendonça Costa - que após uma sessão de tortura fora algemado na perna da mesa da Secretaria de Segurança ou chefe de Polícia - Delfino Lobo, Delfino Reis, Júlio Zancanaro e João Barbosa.

Carrion foi acusado de ser o secretário de organização do PC do B no Estado, o que significava dispor dos endereços e contatos de cada um, e para que dissesse os nomes foi submetido, durante dez dias, às mais bárbaras torturas, sob o comando do Delegado Pedro Seelig e “seus facínoras, entre eles o narcotraficante Nilo Havelha”

Após dez dias de prisão e torturas em Porto Alegre, Raul Carrion é levado a São Paulo (Operação Bandeirante - OBAN). Ele relatou que logo nos primeiros dias em São Paulo foi barbaramente torturado e, como resultado, teve uma costela fraturada e diversos hematomas pelo corpo. Em 16 de julho 1970 ele retorna a Porto Alegre, novamente para o DOPS, onde mais uma vez é torturado. Queriam mais informações ou complementar as já

arrancadas através de tortura. No dia 2 de agosto é libertado com a condição de apresentar-se semanalmente na Auditoria Militar de Porto Alegre.

“Diante da impossibilidade de continuar a minha militância, decidi ir para o Chile e, com a ajuda de familiares, fui para Santana do Livramento e entrei no Uruguai por Rivera, de onde parti para Montevideú e, de lá, para Santiago do Chile, onde iniciei o trabalho de denunciar a ditadura brasileira juntamente com os demais brasileiros também exilados”.

Sem poder militar para não colocar em risco as atividades dos companheiros e organizações que luta contra a ditadura, Raul Carrion decide deixar o país em direção ao Chile. Chegando lá, matricula-se na Universidade Católica do Chile para obter a legalização de sua permanência no país. Imediatamente passa a integrar o Partido Comunista chileno e trabalha na edição de um jornal voltado à classe operária do país e na militância para denunciar o arbítrio do regime militar no Brasil. Em 1973 Carrion deixa os estudos na Universidade Católica do Chile e busca documentação para permanecer legalmente no país quando eclode o golpe militar que derrubaria o governo Salvador Allende.

“Em 11 de setembro 1973 eclodiu o golpe militar no Chile e Salvador Allende foi derrubado, quando eu passei alguns dias escondido e decidi me refugiar na embaixada da Argentina, onde permaneci por mais ou menos dois meses até receber exílio para a França, mas decidi, juntamente com minha esposa, não ir para a França e ficar em Buenos Aires, trabalhando como comerciante e estudando eletrônica para obter uma profissão que me propiciasse o sustento.”

Com o golpe militar na Argentina em 1973, Carrion decide retornar ao Brasil. Nesta ocasião, entra por Foz do Iguaçu e vai morar na cidade de Santos (SP). Dali, em 1978, por determinação do PCdoB, vai morar em Goiânia (GO), já com a esposa e filha, onde também trabalharia como técnico em eletrônica e desenvolveria sua militância política junto ao sindicato dos metalúrgicos. Em outubro de 1978, já no período da anistia, Carrion retorna a Porto Alegre, onde continua sua vida profissional e militante junto ao sindicato dos metalúrgicos.

Com o retorno à normalidade democrática no Brasil, Carrion atua como chefe de gabinete da vereadora de Porto Alegre, Jussara Cony.

Mais tarde ele é eleito vereador de Porto Alegre e, depois, deputado estadual pelo PCdoB. Para o depoente, é um erro pensar que os militantes do período da ditadura militar eram somente grupos de idealistas desmiolados. Eles eram pessoas que sabiam exatamente o que estavam fazendo e quais poderiam ser as consequências dos seus atos, afirmou o ex-presos político. “Se nós estamos aqui hoje, respirando democracia, é porque naquele momento houve uma parcela da sociedade, do povo brasileiro, que resistiu”, sublinhou Carrion ao concluir o seu relato.

2.1.12 Ignez Maria Serpa Ramminger (Martinha) –Veterinária, 66 anos



“Em função do que aconteceu, eu fiquei traumatizada durante longo período. Agradeço ao meu ex-marido, pai dos meus filhos, pela paciência que teve comigo. Graças a ele recuperei minha sexualidade, minha sensualidade”.

Preso em 5 de abril de 1970, aos 21 anos, a jovem militava na organização clandestina VAR-Palmares, levando uma vida dupla e atuando na linha de frente de operações de resistência à ditadura militar. Ela adotou o codinome Martinha em homenagem a empregada negra que trabalhou com sua família. Natural de Uruguaiana, viveu na adolescência a influência do Partido Comunista por meio de um tio, com quem debatia as desigualdades sociais e suas origens. Ali germinou a militante política que, aos 15 anos, em plena ditadura militar, atravessava o Rio Grande do Sul no trem Minuano em direção a Uruguaiana; de lá, deslocava-se até Livramento e, em Rivera, na condição de “pombo-correio”, recolhia correspondências do tio e de outros exilados comunistas e voltava para Porto Alegre com as cartas e livros escondidos em sacos de bolacha uruguaia.

“Eu tinha 15 ou 16 anos. Dali trazia a correspondência dos exi-

lados para o Partido Comunista, entregava para o poeta Lacy Osório, (contato do PCB) que fazia a distribuição. Mas eu não era militante do partido. Era uma tarefa importante, trazendo papel e não podia chamar a atenção nem participar do movimento estudantil. Não podia aparecer, ser vista, ser reconhecida. A militância, o movimento estudantil me desmascararia. As outras coisas que eu trazia, como livros e textos, colocava em sacos de bolacha grandes e guardava. Mas eu cansei disso. Eu queria militar, aí fui ser para- quedista e depois parti para a militância. Assim começou a militância. Com o golpe tive o projeto de vida abortado. Ao invés de ir para a União Soviética, terminei o científico no colégio Americano e, nessa época, resolvi fazer para- quedismo, fazer esportes. Depois, quando entrei para a universidade (Faculdade de Medicina Veterinária da UFRGS) passei a militar no POC, Partido Operário Comunista, onde conheci outros tantos militantes.”

Ignez virou Martinha, em 1968, quando fez a opção por um braço radical da VAR-Palmares. Antes, vinculada ao Partido Operário Comunista, foi Mirna por breve período. Os codinomes, naquela época, serviam para resguardar a vida legal dos militantes e, ao mesmo tempo, criavam uma identidade única entre os membros de cada organização clandestina. Era uma exigência para a segurança de todos.

O sequestro de Martinha promovido pelo Estado, ocorreu no dia 5 de abril de 1970, período em que os agentes da ditadura militar desencadearam forte ofensiva no Rio Grande do Sul, depois de várias ações da Var-Palmares e outros grupos, como o assalto ao Banco do Brasil, em Viamão. Esta operação, conforme ela revelou, foi uma espécie de treinamento do grupo guerrilheiro, período em que ela atuava no Comando de Operações, depois de ter participado do Comando Operário e do Comando Estudantil. A operação teve a participação de Edmur Péricles Camargo. A prisão de Gustavo Buarque Schüller, companheiro de Martinha, desencadeou diversos outros sequestros, inclusive o dela que, mesmo advertida do risco de retornar para casa, uma vez que estava sob vigilância dos militares, descumpriu a regra porque temia uma ação contra sua família. Foi presa junto com a mãe, irmãos e amigos, todos fichados e liberados.

Ela foi para o DOPS, a temida central de tortura do prédio da segurança pública na Avenida Ipiranga. Presa por Nilo Havelha, foi recebida no órgão pelo delegado Pedro Seelig, mas o major Áttila, que aplicava nos prisioneiros a teoria da “tortura científica”, quem mais praticou o ato

desumano em Martinha, tanto através da “Maricota” quanto pelo uso de apertões nas articulações, método que não deixava marcas. Como durante o dia o local era uma repartição pública, com movimentação de pessoas em busca de documentos, à noite as torturas eram praticadas no terceiro andar, espaço destinado ao III Exército e DOI-CODI.

“Eu só escutava gritos e mais gritos. De noite é que eles me levaram lá para baixo. Me encapuzaram e, quando tiraram o capuz, estava numa sala completamente escura, com apenas uma luz focada bem no seu rosto. Aquilo te ofusca a visão. Aí começaram a fazer perguntas e a dar choques elétricos com a “Maricota”, um aparelho que prendia nas mãos, em um dedo, no outro dedo. Conforme a voltagem, o corpo pula e dói tudo. Os músculos se contraem e dá uma dor muito forte. Não sei quanto tempo fiquei lá e quantas vezes entrei naquela sala. Descia dois lances de escada, sempre com o capuz, e não via as pessoas que estavam ali. Só escutava vozes. A partir da segunda ou terceira vez que levaram para a tortura, eles ficaram sabendo, não sei como porque não falei, que o Gustavo era meu namorado. Como o Gustavo e o Francisco Martignez, nome de guerra Fernando, um espanhol, que alguns chamavam de Paco, tinham feito parte da ação de Viamão e eles queriam saber detalhes. Então os três foram torturados juntos várias vezes. E as torturas eram terríveis. Faziam ficar de mãos dadas para todos levarem choques ao mesmo tempo. A corrente elétrica passava portodos.”

Com outras três presas políticas foi levada para a Penitenciária Feminina Madre Pelletier, direto para a solitária, de onde saía à noite para as sessões noturnas de tortura na Avenida Ipiranga. Esta foi a rotina de Martinha de abril a julho de 1970. Ela permaneceu 14 meses sob a tutela do Estado, 12 deles oficialmente registrados pela prisão preventiva, os outros dois, como clandestina numa repartição pública no bairro Azenha, em Porto Alegre. Desse período de trevas, Inês precisou se esforçar muito, ter muita coragem, para recuperar a sanidade. *“Tem um certo tipo de tortura que eles fizeram que é meio ruim de contar. Mas é essa que tem a ver com a questão sexual. Eu só quero dizer para vocês que não me sinto em condições de descrever, porque isso me faz um mal tremendo. Quero dizer que em função do que aconteceu, eu fiquei com um trauma durante um período, que eu agradeço muito ao meu ex-marido. Ele foi muito paciente comigo. Graças a ele recuperei minha sexualidade e sensualidade. Eu ficava com medo, ficava apavorada. Tudo isso por causa das violências que eu sofri lá. E as coisas que*

eu vi também. Eles maltrataram muito o Gustavo, na minha frente.”

Ignez disse à subcomissão que a psicóloga desconhecida, identificada por diversos outros depoentes, tinha relação de parentesco com o major Attila, assim como a diretora do Pelletier, uma freira, também era do círculo familiar do torturador. O dr. Godói atestava as “condições de saúde” dos prisioneiros, confirmou. O Inquérito Policial Militar de Ignez Serpa foi conduzido na Auditoria Militar pelo major Leivas Job que, num episódio incompreensível, desferiu um bofetão no rosto da prisioneira, dizendo que ela tinha “cara de anjo” mas era uma “diaba”. Job, em seguida ao episódio, foi designado secretário de Segurança Pública do Estado. Martinha saiu da prisão e permaneceu em liberdade vigiada de 1971 até 1973. Esse ciclo somente se encerrou em 1979, com a Lei da Anistia.

2.1.13 Índio B.Vargas – Político, jornalista 79 anos



“Me cassaram, suspenderam os meus direitos políticos por dez anos e tiraram o meu emprego. Eu fiquei sem nada e sozinho...”

Advogado e jornalista, Índio Vargas era vereador de Porto Alegre quando foi cassado em 1970. Tudo porquê fez um aparte ao discurso de outro vereador, afirmando que os vereadores tinham agido muito bem ao negar uma honraria a um militar envolvido no golpe. Natural de São Sepé, veio para Porto Alegre aos 19 anos, para estudar e trabalhar. Vendeu medicamentos numa farmácia e cursou a faculdade de Direito e Jornalismo, e ingressou na política. Repórter do jornal A Hora, contou que fez cobertura na Câmara de Vereadores, em 1954. Pelo Diário de Notícias, no Palácio Piratini, Índio Vargas acompanhou de perto os desdobramentos da Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola, em 1961.

Estava em Porto Alegre, em 1964, quando o golpe militar afastou João Goulart da presidência da República, embora seu trabalho estivesse vinculado ao setor de divulgação da Reforma Agrária, em Brasília. Ele tinha vivenciado a desapropriação de terras promovida por Brizola no Banhado do Colégio, em Camaquã, onde foi realizado um projeto de reforma agrária por meio do assentamento de agricultores sem-terra.

Através dos vínculos com Leonel Brizola, que na época do golpe era deputado federal, Índio Vargas esteve diversas vezes no Uruguai, durante o exílio do ex-governador no país. Participou de um movimento de trabalhistas e militares que acreditavam na resistência armada, liderados por Brizola e articulados com Havana. Esteve com o líder da Ação Libertadora Nacional, o guerrilheiro Carlos Marighella em Montevideo, num encontro que pretendia encontrar lideranças populares capazes de conduzir a resistência no Brasil.

Embora tenha cumprido pouco mais de 20 dias de mandato e feito dois cursos superiores, o jornalista que se elegeu com a surpreendente votação de 7.500 votos pelo MDB, vinha da atividade jornalística e foi pela ousadia que conquistou o mandato. No horário do programa eleitoral, ao vivo, na TV Gaúcha, antes da sua mensagem eleitoral, como comunicador, avisou à população que naquele dia, no interior de São Paulo, foram presos mais de mil estudantes que estavam reunidos num congresso da UNE.

O comunicado não foi concluído, os militares atuavam diretamente na emissora e rapidamente tiraram o candidato do ar. Ele teve que sair pela porta dos fundos, fugiu pela Vila Cruzeiro e passou dois dias foragido na casa de um parente. Quando conseguiu voltar ao seu comitê eleitoral, ficou surpreso com a movimentação e apoios que estava recebendo, o que resultou na eleição para vereador.

“Eu fui eleito, diplomado e empossado. Fiz dois discursos e, outro – o Ivan Castro – fez um discurso contra a subserviência e timidez da câmara que não quis dar o título de cidadão de Porto Alegre ao Presidente Costa e Silva e eu fiz um aparte e disse “andou bem a Câmara, porque um ditador não merece esse título”. E eu fui cassado por esse aparte.”

O episódio aconteceu em janeiro de 1970, na Câmara Municipal de Porto Alegre, quando Índio Vargas iniciava o seu mandato como vereador. A manifestação desencadeou a ameaça de prisão, alertado que foi por outros vereadores- entre esses o trabalhista Aloísio Filho - de que os militares passariam a perssegui-lo.

*“Me cassaram, me suspenderam os direitos políticos por dez anos e me tiraram o emprego. Eu fiquei sem nada sozinho. Aí eu escrevi um livro e organizei um cursinho pré-vestibular. Quem disse essa frase **Guerra e Guerra** foi o Paulo Malhões. Eu fui a Montevideú logo depois e me engajei*

em um movimento com militares cassados e pessoas do PTB, é o tempo do Alfredo Daudt. Esse é um grupo ligado ao Brizola e a Havana, Cuba.

A ideia era de que poderia haver uma resistência armada eficaz. Tinha profissionais, militares armados e o Brizola trabalhou muito, se exauriu, ele se isolou na praia de Atlântida, perto de Montevidéu. E a CIA controlando suas atividades... as prisões começaram com o DOPS, que tinha seus próprios funcionários, que faziam o trabalho de inteligência, juntamente com um representante do III Exército, que determinava quem fazia, como deveria ser feito e o que faria.

Três meses depois, em 4 de abril de 1970, Índio Vargas foi preso no cursinho pré-vestibular onde trabalhava, no centro de Porto Alegre.

“Fui levado para o DOPS. Fui preso pelo Delegado Souza Pinto. Era um veículo clandestino e passaram na casa de um conhecido, onde prenderam mais um. Eu não sabia o que existia contra mim, e fiquei sabendo que era a tentativa de sequestro do Consul Norte-americano. O Edmur pediu-me o nome de uma pessoa, um preso, e eu dei o nome de um, o filho do Dr. Adjail Lemos, no Rio de Janeiro, que estava preso e sendo torturado.

E já era o Malhães quem interrogava. Na hora da porrada, eles batem sem autorização e ele queria que eu dissesse tudo sobre o cônsul e sobre a VPR. Eu não sabia nada sobre a VPR, nada. Eu não tinha função nenhuma. Eu nem sabia que ele era o Malhães. Ele veio para cá para ensinar como é que se torturava. Eles batiam meio sem autorização e fizeram um interrogatório sobre a VPR e a tentativa de sequestro do cônsul americano. Eu achei que o Malhães tinha muito destaque, porque ele mandava muito. E ele fez um curso lá no Panamá, ele tinha a tortura científica, era formado.

A tortura começou ali. Perguntavam qual era meu papel na VPR, mas eu não era nada, eu não sabia nada. Ele mandou ligar os fios nas mãos, na cabeça, nos tornozelos e nos órgãos genitais e fazia perguntas e eu disse qual era minha ligação, via Edmur, através do preso que ele me solicitou. Eu disse que tinha indicado um nome para Edmur Péricles de Camargo. Se eu estava indicando nomes para tirar da tortura, então meu envolvimento estava claro. Para eles isso era suficiente. E o choque era uma coisa terrível. Eles vão aumentando a carga e isso é um horror. E o sujeito reage, mas a reação não tem sentido. O sujeito acaba se entregando. ”

Vargas passou dois meses preso no DOPS, onde foi torturado, um mês no Hospital Militar e um ano e meio confinado na Ilha do Presídio. Ele respondeu Inquérito Policial Militar por atentar contra a Lei de Segurança Nacional e foi condenado em 1973 a três anos de prisão. Cumpriu dois meses de pena, no Presídio Central, e alcançou o livramento condicional.

Ele confirmou a presença nas sessões de interrogatório e tortura, de médicos e de uma psicóloga, assim como o coronel Paulo Malhões, também do então vereador e delegado Leão de Medeiros, o delegado Pedro Seelig e outros servidores públicos que atuaram no apoio à tortura. O jornalista e escritor relata as experiências, nos livros **Guerra é Guerra - dizia o torturador e a Guerrilheira – Mistério e mortes na Ilha do Presídio**”.

CAPÍTULO III – CASOS CONFORME OS DEPOIMENTOS

3.1 Uma análise dos depoimentos

Para melhor narrar as graves violações de direitos humanos praticadas sistematicamente durante a ditadura militar, reunimos em tópicos as testemunhas e os dados apresentados ou pesquisados. O primeiro subcapítulo **(2.1)** relaciona os testemunhos de Bruno Mendonça, Raul Carrion, Susana Lisboa e Nilce Azevedo. Falam todos de São Paulo, da OBAN – onde estiveram os primeiros dois e a última e, dos mortos e desaparecidos enterrados nas valas de Perus/SP, entre eles Luiz Eurico Lisboa que, após sete anos de longas buscas feitas por sua viúva, tornou-se a primeira ossada descoberta – o primeiro desaparecido político assassinado e encoberto por agentes do regime militar.

3.1.1 Histórias de gaúchos no interior da OBAN/SP

O segundo subcapítulo **(2.2)** traça um paralelo entre os depoimentos de Flávio Tavares e Raul Pont, especialmente no que toca à contextualização do período e perseguições sofridas. O subcapítulo seguinte **(2.3)** une os depoimentos de César Contursi, Sergio Bittencourt, Nilce Azevedo e Raul Ellwanger, especialmente quanto ao cerco aos movimentos contrários ao regime a partir do ano de 1970. Segue a esse uma leitura de relatos sobre a tortura **(2.4)**, em que ganham voz Paulo Carneiro, Ignez Remminger, Bruno Costa e Raul Carrion. O seguinte **(2.5)** refere-se à atuação de médicos assistentes dos procedimentos de tortura. Por último, **(2.6)** um subcapítulo que relaciona os depoimentos de Carlos Frederico Guazzelli, Coordenador Geral da Comissão Estadual da Verdade/RS e Susana Lisboa, que dizem respeito a possíveis encaminhamentos a serem propostos pela subcomissão.



*“A tortura é algo tão cruel que deforma as pessoas”
[Bruno Costa fala à subcomissão]*

As graves violações de direitos humanos registradas entre 1964 e 1985 tornaram-se sistemáticas a partir da formulação e implementação de um arcabouço normativo e repressivo, idealizado pela ditadura militar, com o exposto objetivo de *neutralizar e eliminar* indivíduos ou grupos considerados como ameaça à ordem interna. Na Lei de Segurança Nacional (decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967), constavam as “Diretrizes de Segurança Interna”, que delimitou a noção de *inimigo interno*.

Em 1º de julho de 1969 foi criada, em São Paulo, a Operação Bandeirantes (OBAN), financiada por multinacionais, decorrência direta da diretriz para a Política de Segurança Pública, segundo a qual os comandantes militares deveriam centralizar informações de caráter subversivo em um único órgão e sob um único comando. O organismo foi responsável pela imensa maioria dos desaparecimentos durante o período ditatorial e, também, pela tortura e sequestro ilegal de brasileiros e até mesmo estrangeiros. No ano de 1970 foi renomeado como Destacamento de Operações para Informações

– Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI/SP), expandido para os demais estados da federação. Neste primeiro Centro, em São Paulo, presos políticos sobreviventes ao regime narram tortura e morte de militantes. O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade informa que 50 pessoas foram mortas nas instalações da antiga OBAN, depois chamada de DOI/CODI. Conforme a Comissão Nacional da Verdade, uma das pessoas presas neste centro de tortura foi a Presidenta da República, Dilma Rousseff:

“Eu me lembro de chegar na Operação Bandeirantes presa, no início de 1970. Era aquele negócio meio terreno baldio, não tinha nem muro direito. Eu entrei no pátio da OBAN e começaram a gritar: “Mata”, “Tira a roupa”, “Terrorista”, “Filha da puta”, “Deve ter matado gente” ... Eu lembro também perfeitamente que me botaram numa cela, muito estranha, com uma porção de mulheres. Tinha uma menina grávida que perguntou meu nome. Eu dei meu nome verdadeiro. Ela disse: “Xi, você está ferrada.” Foi o meu primeiro contato com o que esperar. A pior coisa que tem na tortura é esperar, esperar para apanhar. Eu senti ali que a barra era pesada. E foi. (...)”



Sede da OBAN (foto 1994): Rua Tomás Carvalhal, 1030/fundos 36ª Del. de Polícia SP/SP

Também há evidências da atuação da OBAN em um caso emblemático para os gaúchos. Alceri Gomes da Silva, citada por Raul Ellwanger, natural de Cachoeira do Sul, membro da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), juntamente com o paranaense Antônio dos Três Reis de Oliveira, membro da Ação Libertadora Nacional (ALN) foram mortos por agentes da OBAN. Documentos reproduzem a versão oficial da morte destes militantes. Este documento relata que Alceri “faleceu em tiroteio com a polícia, às 21h do dia 17 de maio de 1970, juntamente com Antônio dos Três Reis de Oliveira, na rua Caraguataí, no Bairro do Tatuapé, em São Paulo, Capital”.

Alguns gaúchos que passaram por aquele departamento, entre eles Bruno Mendonça e Raul Carrion, narraram para a Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, como foram suas passagens pela OBAN, ambas ocorridas durante o ano de 1971. Bruno Costa afirma que:

*“Em São Paulo, fizeram várias sessões de tortura, culminando com duas utilizando a terrível ‘cadeira do dragão’. Depois me colocaram em um avião da FAB, eu e vários outros companheiros, e nos trouxeram para o Rio Grande do Sul, onde eu continuei preso em cela individual. Ali fui torturado e, por duas vezes, na cadeira do dragão. Faço questão de dizer que quem comandava essa tortura era o coronel Brilhante Ustra. Aqui tem, no livro do jornalista José Mitchell. Quando ele foi me entrevistar eu disse: -olha, quem me torturou lá foi o Brilhante Ustra, ao que ele respondeu: - eu vou entrevistar o Brilhante. Disse-lhe: bom, ele dirá que não torturou, mas efetivamente isso aconteceu. [...]”*²³

Por outro lado, o ex-deputado estadual Raul Carrion, preso e levado à OBAN foi quem melhor explicou como era realizada a tortura, especialmente no que toca à aplicação de choques elétricos pelos militares:

²³ Depoimento de Bruno de Mendonça Costa à Subcomissão de Memória, Verdade e Justiça, ocorrido em 17 de abril de 2015. O jornalista José Mitchell atuou no Jornal do Brasil e RBS. Pesquisou e publicou artigos e livro sobre a Operação Condor. Faleceu em dezembro de 2016.

“No dia 28 de maio de 1970, fui preso e levado à sede do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Porto Alegre, onde fui imediatamente torturado por agentes da ditadura militar. Tão logo cheguei ao DOPS, fui encapuzado e levado a um corredor onde podia ouvir os gritos de outros presos políticos que estavam sendo torturados. Em seguida, ainda encapuzado, levado para a sala de torturas e submetido ao pau-de-arara e a choques elétricos para que delatasse os companheiros de organização e os planos e ações desenvolvidas.”



Raul Carrion relata suplícios e a falta de esperança

Carrion tornou-se um dirigente estudantil que, em 1969, se filiou ao Partido Comunista do Brasil para organizar uma resistência à Ditadura Militar. Preso em Porto Alegre foi levado para São Paulo, junto com Bruno Costa, onde sofreram todo tipo de torturas. Mais um exemplo de sobrevivente da repressão e perseguição política.

Susana Lisboa, uma das mais ferrenhas militantes do movimento pela Anistia, membro da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, ouvida pela Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, afirmou que a repressão utilizava nomes falsos para enterrar militantes mortos ilegalmente e explicou:

“[...] A primeira lista de desaparecidos que continha 45 nomes, o Ico (Luiz Eurico Lisboa) a integrava. Colocávamos essa lista, com fotos dos desaparecidos nos aeroportos. No Rio eu encontrei a Iara Xavier Pereira, minha companheira de militância na ALN e ela tinha dois irmãos assassinados – o Iuri Xavier Pereira e o Alex Xavier Pereira.

Iara contou que uma tia dela, chamada Irene, tinha buscado os corpos de seus irmãos e não conseguiu resgatá-los e, que a sua família toda estava exilada. Quando a tia foi enterrar o seu marido no cemitério Dom Bosco, em Perus, na periferia de São Paulo, por curiosidade ela buscou os nomes de pessoas enterradas a época das mortes de seus sobrinhos. Encontrou um nome familiar: João Maria de Freitas.

Foi para casa e procurou entre as suas anotações, a nota oficial da morte de Alex Xavier Pereira, onde lia-se: ‘foram mortos hoje, em confronto com a polícia, Alex de Paula Xavier Pereira, terrorista que usava os nomes de Miguel, Amado e João Maria de Freitas e, Gelson Reicher, terrorista que usava o nome de Emiliano Sessa’. Foi aí que descobrimos que a repressão, além de matar, escondia os corpos dos nossos familiares. Nós duas pegamos uma avião e fomos para São Paulo. Chegando ao cemitério de Perus, vi o dia da morte do Luiz Eurico e, no dia 3 de setembro de 72, localizamos praticamente todos os nossos mortos e companheiros que tinham desaparecido, assassinados entre 71 e 73. Quando eu vi o nome Nelson Bueno, tinha certeza que era ele.

Evidentemente o Ico, tinha mais de uma identidade falsa, que utilizávamos para nos comunicar no posta-restante. O corpo tinha dado entrada no IML em 3 de setembro. Antes disso ele estava hospedado em uma pensão, onde o corpo fora encontrado. Armamos um grande esquema para ir nessa hospedagem, foi o repórter da IstoÉ, Ricardo Carvalho, meu irmão e o fotógrafo irmão do Nelson Bueno. No local perguntamos por ele e um funcionários lembrava[...].”

Sobre o caso Ico Lisboa, a Comissão Nacional da Verdade elen- cou elementos materiais para um novo pronunciamento e apresentou pro- posições determinantes que negam, de maneira cabal, o suicídio. “A posição de Luiz Eurico quando foi atingido, observadas as fotos da cena de morte, deveria ser mais elevada do que a encontrada, e a sua cabeça estar mais próxima a parede, em altura superior ao da marca de impacto”, ou seja, ele deveria estar sentado ou em posição próxima desta, quando foi atingido pelo projétil.

Por último, Nilce Azevedo, paulista, estudante da USP, torturada na OBAN e no DOPS/RS, ao ser ouvida no dia 05 de junho, perante a Subco- missão, afirmou que em 1972, quando militava na JUC, em Porto Alegre, foi presa em uma parada de ônibus e levada para o DOPS/RS e, após alguns dias presa, foi encaminhada à OBAN, em São Paulo.

“[...] Ainda em 1972, fui levada a São Paulo para a Operação Bandeirante, onde me foi retirada toda a medicação que usava para aliviar os efeitos das atrocidades que havia sofrido em Porto Alegre. Eu estava muito fraca fisicamente e quase louca. Mas continuava sendo interrogada e permanecendo incomunicável. Recordo que durante a prisão em São Paulo, era constante a presença do torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, inclusive com a sua esposa. As torturas são sexistas. Tem tortura para homens e para mulheres. Para mim diziam as coisas mais degradantes, sempre contra a mulher Nilce, me chamavam de vadia, a gente era esculachada por ser mulher [...].”

Outro depoente que esteve preso ou, melhor dizendo, se- questrado e mantido em cativeiro no interior da OBAN e que pôde expli- car como se deu sua prisão, foi Raul Pont. Ele conta que foi preso em julho de 1971, quando trabalhava em um cursinho pré-vestibular. A ope- ração que o prendeu foi comandada pelo Dr. Tibiriçá que, posteriormen- te, soube que se tratava do Comandante Carlos Alberto Brilhante Ustra. *“[...] Cai ali e não tinha direito a nada, pois entrava e saía encapuzado, abai- xado de pau, já saíam me batendo com um caibro, por duas ou três semanas*

fiquei sendo interrogado e nos intervalos, levava choque elétrico, pau-de-arara (uma das mais antigas formas de tortura usadas no Brasil - já existia nos tempos da escravidão). Essa tortura consistia no uso de uma barra de ferro atravessada entre os punhos e os joelhos, o preso ficava pelado, amarrado e pendurado a cerca de 20 centímetros do chão”.

Estes são alguns dos testemunhos que demonstraram como a ‘rede de repressão’ funcionava. Observamos que de forma capilarizada, ela atuava em todos os estados da federação e no Distrito Federal, transformando as instituições brasileiras e sua relação com a sociedade, atuando em parceria por todos estados da federação, e de como as instituições brasileiras foram profundamente transformadas entre o golpe militar de 1964 e a redemocratização do país. É importante contextualizar os acontecimentos históricos daquele período. Entre os depoimentos ouvidos pela Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, os de Flávio Tavares, Raul Pont e Raul Ellwanger foram fundamentais para entendermos a linha histórica dos acontecimentos, desde o golpe até a redemocratização do país, em 1985.

Flávio Tavares, que teve uma larga atuação durante a ditadura, preso no Brasil e sequestrado no Uruguai, escreveu e publicou livros sobre o período do autoritarismo no país. Iniciou sua trajetória no movimento estudantil, na Juventude Estudantil Católica, no início da década de cinquenta. Ele lembrou que, em 1964, como colunista do Jornal Última Hora, de Samuel Wainer, jornal que a Ditadura Militar inviabilizou, decidiu resistir ao golpe. Posteriormente, Tavares relembra que fundou o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), o que fez “para se distanciar dos partidos comunistas da época” que seguiam orientação de Moscou ou de dissidências, e não estavam interessados na ‘resistência armada’. Sobre esse período, afirma:

“[...] Tentamos uma série de focos de guerrilha, ficando eu responsável pela guerrilha no norte de Goiás, hoje Tocantins, no planalto cen-

tral. Mantivemos ali um grupo de pessoas, alguns treinados em Cuba. Mas a guerrilha não é um fato armado, como pensavam os cubanos. A ditadura brasileira se disfarçava, até 1968 ela se escondia. [...] Após o AI-5 é que ela se mostrou. Até então, tinha-se um parlamento, com deputados e senadores escolhidos ‘a dedo’ e imprensa livre – ‘ao menos parcialmente. Nesse clima, os movimentos não conseguiram prosperar. O MNR perdurou até agosto de 1967, quando eu fui preso em Brasília [...]” Sérgio Luiz Bittencourt, estudante do colégio Júlio de Castilhos, militante da Ação Popular, disse, ainda, em seu depoimento:

“[...]Em 65 eu entrei no Júlio de Castilhos e participei da primeira assembleia do Grêmio Estudantil. Em 67 o Grêmio foi fechado e havia ali uma grande mobilização em torno do movimento estudantil. Seu ápice foi em 1968, período de passeatas contra a ditadura. Eu costumo localizar o período em que comecei a combater a ditadura no mês de maio de 67, quando fechou o Grêmio Estudantil do Julinho. Ali vários estudantes e dirigentes estudantis do colégio foram expulsos, como o Luiz Eurico Tejera Lisboa. Eu tinha 14 anos, dois anos mais tarde, em 69, [...] com tudo fechado, trabalhando na clandestinidade, tentamos nos reorganizar e algumas organizações se aproximaram de nós. A Ala Vermelha do PCdoB, a VAR-Palmares e a Ação Popular são as que eu lembro bem. Eu fui convidado para participar da reorganização da União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES) e de lá, passei a me relacionar com a AP, que já era marxista leninista. E, nesses processos de semiclandestinidade eu fiz vestibular para Direito em 70, passei na UFRGS, mas em 71 não tinha como me desligar do movimento secundarista. Devido à falta de quadros eu era muito presente para essas coisas de pichação, campanha do voto nulo de 1970, denuncia de tortura, panfletagem, até que em abril de 72 a AP foi desmanchada pela repressão e ali começou a nossa prisão. [...]

A AP era de organização popular, organização de massas, colação de cartazes, pichação, conscientização através de sindicatos, operários, camponeses e estudantes. E a partir dali começava também, organizar a luta armada. Outro depoente que fala a respeito do fim dos movimentos sociais no ano de 1970 é Raul Ellwanger:

“[...]A geração de 68 foi revolucionária. Os Beatles, a estética, a minissaia, é toda uma época de convulsões, a droga, a liberalização, admitir que existe a droga, que pode ser consumida ou não por quem quiser, a fran-

queza nas relações....). Estávamos a cinco meses do AI-5, era época de grandes mobilizações, a moçada estava nas ruas, brigando com os cavalos, com as bolinhas de gude, levando cassetete, sendo presa e levando pancada aqui na Duque de Caxias, na PE e no quartel da Brigada na Praia de Belas e no çalabouço da Davi Canabarro. Enfim, era ao tempo da passeata de 100 mil.”²⁷.

Paulo de Tarso Carneiro depoente que foi severamente seviciado em Porto Alegre, no DOPS, narrou assim sua trajetória:

“[...] Em Porto Alegre, aos 16 anos, iniciei a militância política distribuindo panfletos e colando cartazes do então candidato do PTB, Crosi Cavalheiro. Aos 19 fui voluntário na Campanha da Legalidade, em 1961. Aprendi nas transmissões semanais da Rádio Farroupilha os ensinamentos do Brizola sobre nacionalismo e imperialismo, no período de desapropriação das empresas americanas de energia elétrica e telefonia. Em 1963 protestei com tijolaços nas ruas contra a presença de Carlos Lacerda na cidade. Depois do serviço militar, ingressei no serviço bancário, no Sul-Banco, onde conheci o Diógenes de Oliveira e foi na militância sindical, que alcancei os grupos de esquerda, liderados pelo Partido Comunista, o Partidão”.

Todos os depoentes que estiveram presos relataram torturas. Flávio Tavares descreveu a vida e morte de Roberto Cieto, um negro, quase analfabeto, preso por furto ou roubo de veículo, que durante o tempo em que cumpria pena conheceu a literatura marxista. Em 4 de setembro de 1969, Cieto foi morto no DOI-CODI do Rio de Janeiro, localizado na Rua Barão de Mesquita. Como refere Tavares:

“[...] Roberto Cieto era um negro, de São Paulo, pobre e quase analfabeto, brizolista, preso e quase morto na minha frente. A história desse rapaz é dramática. Aos 18 anos, em São Paulo, ele roubou um automóvel e foi condenado a 17 anos de prisão. Na prisão, no Rio, os presos políticos o recuperam. Ele foi alfabetizado na Frei Caneca, onde entrava todo o tipo de literatura, inclusive marxista. A prisão de Frei Caneca era muito boa. Em 1969 há uma ação de resgate contra a penitenciária, em que saem 8 presos políticos, entre estes o Roberto Cieto – cujo nome de guerra era Simão. Nesse período ocorre o sequestro do embaixador americano pela Dissidência Comunista somado a um grupo da Ação Libertadora Nacional, comandada pelo Joaquim Câmara Ferreira [...]” O depoimento cru e realista de Ignez Maria

Serpa Ramminger foi um momento de muita tensão. Ela mostrou como as mulheres foram vilipendiadas pelos torturadores.

“[...] Na prisão, conheci o outrolado da criatura humana: a besta, o sádico. É difícil relatar o que vi e vivi nas dependências do DOPS em Porto Alegre. Então chegou a minha vez. Eles colocaram um capuz preto na minha cabeça que não permitia enxergar nada. Desci uma escada aos troços. Quando me tiraram o capuz, vi que estava em uma sala pequena e escura. Ligaram uma luz forte direto nos meus olhos, deixando-me praticamente cega. Colocaram fios nos dedos de minhas mãos e me deram várias descargas elétricas.

A dor era horrível. Depois foram mudando os fios de lugar e os colocaram em várias partes de meu corpo – pés, genitais, seios. Quando colocaram em minhas orelhas eu desmaiei. Ao acordar, estava com a língua machucada pelos meus dentes. [...]” E, em outro momento, ao referir o choque elétrico, Ignez recordou:

“[...] O choque elétrico não deixava marcas aparentes, mas provocava uma dor intensa. Toda a musculatura se contrai. O corpo pula e treme todo, tal é a força das contrações. Mais de uma vez urinei durante a sessão de choques, principalmente quando levava choques nos órgãos genitais, pendurada no pau-de-arara. [...]”

“[...] Essas torturas eram acompanhadas de palavrões, xingamentos e coisas do gênero, para humilhar e desmoralizar. A mim, por ser mulher, dizia, que éramos putas e coisas parecidas; faziam coisas indizíveis. Alguns destes torturadores eram sádicos, doentes. Um deles, o Malhões (Paulo Malhões), chegou a ejacular e rir durante as sessões de tortura [...]”

²⁷No dia 26 de junho de 1968, cerca de cem mil pessoas ocuparam as ruas do centro do Rio de Janeiro e realizaram o mais importante protesto contra a ditadura militar até então. A manifestação, iniciada a partir de um ato político na Cinelândia, pretendia cobrar uma postura do governo frente aos problemas estudantis e, ao mesmo tempo, refletia o descontentamento crescente com o governo; dela participaram intelectuais, artistas, padres e grande número de mulheres.



Instrumentos de tortura: 'Maricota' – equipamentos de choque e 'cadeira do dragão'

3.1.2 Participação de médicos na tortura

O receio de que os seviciados viessem a óbito durante ou após as sessões de tortura, sem fornecer as informações solicitadas pelo regime, justificou a presença de médicos e enfermeiros nos centros de tortura. Da mesma forma, a existência de corpos brutalizados e até irreconhecíveis, a compor a materialidade delitiva, exigiu a presença de médicos legistas que acompanhavam o processo de ocultação dos crimes praticados pelo aparelho repressor.

Denúncia apresentada em 24 de julho de 1970, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, já apontava a participação de profissionais da saúde nas câmaras de tortura. Eles, supostamente, estavam nesses locais para *tratar* dos presos após as sessões de tortura, mas o que realmente faziam era medicar com tranquilizantes e outros paliativos sem tratamento médico algum. Tinham de avaliar os limites de resistência dos presos e contribuir para que eles, interrogados, entregassem nomes, dados, 'aparelhos' e 'pontos'. Seu objetivo era impedir o óbito e mascarar a causa das mortes.

Entre estes médicos que participavam da tortura é famoso o nome de Amílcar Lobo Moreira da Silva, do Rio de Janeiro, que teve seu registro profissional cassado no Conselho Regional de Medicina (CREMERJ),

por violação da “norma ética no exercício do estrito cumprimento do dever legal”, ao servir o Exército Brasileiro, entre 1970 e 1974. Em seu depoimento ao Conselho, Amílcar Lobo reconheceu ter tido como função “prestar assistência médica aos presos que eram torturados” no 1º Batalhão de Polícia do Exército e que também esteve em Petrópolis, na casa da morte, para prestar atendimento a presos que lá estiveram. Declarou ainda que “todos os detidos eram torturados” e que “presenciou violências de todas as espécies”. Segundo testemunhas, Amílcar Lobo era assíduo nas sessões de tortura, informava as condições físicas dos seus pacientes, inclusive medindo a pressão arterial para prosseguimento dos suplícios.

No Brasil, ficou muito conhecido o médico Harry Shibata, um especialista em mascarar as causas reais das mortes em atestados de óbito. Entretanto, pelas informações colhidas, quem mais assinou atestados de óbitos falsos foi o médico Isaac Abramovitch. Além destes, nacionalmente, um médico sempre presente em torturas foi Orlando Brandão.

No Rio Grande do Sul, nos locais onde havia presos políticos, sabe-se da presença de dois médicos, Alberto de Almeida Godoy e Lahore Rodrigues. Além deles, há várias referências a uma psicóloga, prima do Major Attila, mas cujo nome não apareceu, e que atuava especialmente no Presídio Feminino Madre Pelletier, onde participava das torturas infligidas no Estado do Rio Grande do Sul.

Há relatos que um médico, Dr. Ernesto de Freitas Xavier Filho, identificou a real causa da morte do jovem Arébaldo e que, em função disto, sofreu persguições policiais. No que diz respeito ao Dr. Lahore Rodrigues, citado pelos depoentes Carlos Frederico Guazzelli (que presidiu a Comissão Estadual da Verdade) e Paulo de Tarso Carneiro, há pouca informação. Paulo de Tarso afirmou, em seu depoimento, que:

“[...] No dia do seu aniversário, 13 de maio, foi mandado para a Ilha do Presídio, onde permaneceu até a soltura, em 7 de abril do ano se-

guinte. Contraiu asma, teve um abscesso no rosto e adquiriu doença de pele, episódios em que chegou a ser tratado pelo doutor Godoy e esteve na Santa Casa para atendimento ambulatorial. Godoy atestava a saúde dos torturados no DOPS.

Lahore Rodrigues vistoriava a saúde dos presos na Ilha do Presídido. Uma psicóloga fazia visitas quinzenais aos presos, utilizando técnicas de convencimento emocional. Durante o período de prisão a sua companheira Helena, que também estava presa, servia de motivo para a psicóloga sugerir soluções para aproximá-los em troca de informações. O delegado Leão de Medeiros também era enviado nos intervalos das sessões de tortura, para convencimento de declarações...”

Guazzelli, por sua vez, disse: “[...] Quanto à apuração de médicos que participavam da tortura, havia um baixinho careca e outros tantos, mas nunca se atribuiu nome a nenhum deles, de modo que não se sabe. O médico Lahore Rodrigues é o único que aparece como participante das torturas.”

Susana Lisboa, questionada sobre os médicos que assinaram os atestados de óbito de 15 pessoas que faleceram no Rio Grande do Sul vítimas da Ditadura Militar, afirmou: “[...] nós não temos os nomes dos médicos que assinam esses atestados de óbito. [...]. Da leitura da CPI do caso Arévalo, verifica-se a existência de médicos da UGAPOCI, que atenderam o jovem: Dr. Luiz Ingleto e Dr. Vilella.

Estes dois médicos, anos antes, teriam participado das sessões de tortura no prédio onde se localiza o DOPS? Essa é uma pergunta cuja resposta não obtivemos. Outra pessoa que aparece é um enfermeiro de sobrenome Paganotto, que servia ao DOPS. Teria ele participado das torturas? Ainda não sabemos.

CAPÍTULO IV – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

4.1 Conclusões

Das oitivas conduzidas por esta Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, a partir das investigações conduzidas pela Comissão Nacional da Verdade e pela Comissão Estadual da Verdade/RS, somada à apreciação de documentos, concluiu-se o que segue:

4.1.1 Verificação da ocorrência de crimes de lesa-humanidade

Ao longo do século XX e, especialmente, a partir dos graves episódios registrados durante a Segunda Grande Guerra, deu-se a gradual conscientização de que alguns crimes – os ditos crimes de lesa humanidade (ou crimes contra a humanidade) – deveriam ser tipificados em tratados internacionais de direitos humanos e combatidos por toda a comunidade internacional de países. O Estatuto do Tribunal Militar Internacional enumerou as condutas de *“assassinato, exterminação, redução à escravidão, deportação e outros atos desumanos cometidos contra populações civis, perseguições por motivos políticos, raciais ou religiosos”*, por atentarem contra à própria humanidade, devem ser internacionalmente reprimíveis e reprimidos.

Emergiu, assim, a concepção jurídica de que crimes como esses não constituem somente crimes contra uma pessoa ou um grupo étnico, o que lhes confere a condição de imprescritibilidade e extraterritorialidade, podendo ser processados em qualquer lugar e a qualquer tempo. Daí também a ideia de que a anistia não pode ser estendida àqueles que, ocupando cargos das Forças Armadas, ou de qualquer um dos aparatos repressivos do Estado, se valeram de suas patentes para subjugar todos aqueles que, por opinião ou prática, se propuseram a enfrentar o regime.

Ao demonstrar que esses crimes gravíssimos ocorreram em um contexto generalizado e sistemático de ataques, autorizados e até incentivados por agentes estatais¹⁴, conclui-se que são delitos do Estado contra a população, apresentando como vítimas homens, mulheres, idosos, adolescentes e mesmo crianças. A Subcomissão, em seu limite temporal, verificou a prática destes crimes contra grande parte da população brasileira e, logo, contra a humanidade, passíveis de processamento independentemente de qualquer prazo.

4.1.2 Comprovação das violações de direitos humanos generalizadas e sistemáticas

Como as Comissões da Verdade, a Subcomissão pode documentar graves violações aos Direitos Humanos e seu caráter sistemático, ocorridas entre 1964 e 1985, nos limites territoriais do Estado do Rio Grande do Sul, ou contra naturais daqui, em outras localidades. Tal comprovação advém da apuração de uma série de fatos mencionados neste e em outros relatórios e estudos sobre a temática, nos quais se percebe a prática continuada de detenções ilegais e arbitrárias, de torturas, de execuções, desaparecimentos forçados, estupro e ocultação de cadáveres, por agentes do Estado brasileiro e, logicamente, pelo próprio Estado brasileiro.

Como referido no relatório final da Comissão Nacional da Verdade, que nós ratificamos, “na ditadura militar, a repressão e a eliminação de opositores políticos se converteram em políticas de Estado, concebidas e implementadas a partir de decisões emanadas da presidência da República e dos ministérios militares.” Operacionalizadas por cadeias de comando bem definidas e estratificadas, mobilizaram agentes estatais e promoveram a repressão em todos os seguimentos da sociedade, o que se deu a partir

14 O AI-5 assinado pelo Presidente Costa e Silva no Palácio das Laranjeiras, em 13 de dezembro de 1968, ao suspender o Habeas Corpus para suspeitos da prática de crimes políticos, autorizou implicitamente que fossem estas pessoas interrogadas sob torturas, pois retirou qualquer instrumento legal de controle da atividade dos militares.

da prática sistematizada de detenções ilegais e arbitrárias, que oprimiram dezenas de milhares de brasileiros, pondo fim a vidas e sonhos a partir de desaparecimentos forçados e assassinatos clandestinos. Relewa registrar que, fora as contribuições financeiras de empresários simpáticos à repressão, a maior parte dos delitos foi financiada pelos erários municipais, estaduais e, principalmente, federal, ou seja, dinheiro público gasto contra a própria sociedade.

4.1.3 Permanência do quadro de graves violações de Direitos Humanos

Ao comparar os cenários da ditadura militar e o atual, de graves violações de Direitos Humanos, constata-se que ambos são similares e que o segundo decorre da impunidade do primeiro. Embora o contexto político não seja o mesmo, o que se deve às diversas reformas ocorridas no pós 1985, o quadro de detenções ilegais e arbitrárias, torturas, execuções, desaparecimentos forçados e mesmo ocultação de cadáveres permanece, na pior consequência que a ausência de julgamentos e punições.

Quanto aos crimes da ditadura militar, poderia ocasionar. Importa registrar, também, que a chamada cultura do “inimigo interno”, onde todo o aparato repressivo é utilizado contra os próprios brasileiros, é um dos piores legados do período ditatorial.

4.2 Recomendações:

A Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, instituída na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, para colaborar no esclarecimento das graves violações de Direitos Humanos ocorridas no território gaúcho e, eventualmente, fora de seus limites territoriais, mas contra os seus naturais, no período entre 1964 e 1985, faz as seguintes recomendações:

4.2.1 Reconhecimento da responsabilidade institucional das Forças Armadas pela prática sistêmica de violações de Direitos Humanos em todo território nacional

As Forças Armadas estiveram à frente das metódicas violações de Direitos Humanos ocorridas durante o período da ditadura militar, a partir das instalações do Exército, da Marinha e Aeronáutica e por uma hierarquia de comando, que operou desde a Presidência da República (militar) até os executores dos atos criminosos, como o uso de recursos públicos e o inaceitável descumprimento das normas legais, contrariando o Direito Internacional Humanitário. Daí que deverá haver um *reconhecimento público* pelas Forças Armadas, bem como *pedidos formais de desculpas* ao povo brasileiro pelas arbitrariedades perpetradas durante o período de exceção referido.

4.2.2 Determinação da responsabilidade jurídica dos agentes públicos que cometeram as violações de Direitos Humanos

Depreende-se que a responsabilidade por violações de Direitos Humanos deverá recair tanto individualmente – civil, criminal e administrativamente – na medida em que agentes públicos deram causa – mandando, executando ou se omitindo – a crimes reconhecidamente imprescritíveis (detenções ilegais e arbitrárias, torturas, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres), quanto institucionalmente das Forças Armadas e policiais, devendo ocorrer a investigação de todos os crimes, processamento e punição dos responsáveis.

Na esteira da internacionalização dos Direitos Humanos, com a consolidação de parâmetros internacionais de proteção à dignidade da pessoa humana, a proibição de torturas, execuções, desaparecimentos forçados e homicídio, há o dever jurídico do Estado de prevenção, processamento, punição e reparação de crimes contra a humanidade, com vistas a assegurar a realização de uma Justiça de Transição minimamente efetiva.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos solidificou entendimento de que as *leis de auto anistia*, como a Lei Federal nº 6.683/79, constituem ilícito internacional; perpetram a impunidade e propiciam uma injustiça continuada, impedindo às vítimas e seus familiares o acesso à justiça, ao luto e à reparação, em afronta ao deveres mais mezinhos de um Estado que pretende intitular-se *democrático e de direito*.

4.2.3 Propore implementar medidas administrativas e judiciais contra os responsáveis pela prática de crimes de lesa-humanidade

As condenações do Estado brasileiro à reparação pela prática de graves violações de Direitos Humanos devem redundar em ação de regresso contra os agentes públicos que tomaram, direta ou indiretamente, parte nas graves violações de direitos humanos sempre que for demonstrada a responsabilidade pessoal (por dolo ou culpa), por ação ou omissão pelo ilícito penal.

No caso específico do Rio Grande do Sul, é imprescindível retirar a aposentadoria do delegado Pedro Seelig e de todos os outros que, comprovadamente, cometeram os crimes referidos até agora, na medida em que não é admissível que a sociedade remunere, por seus tributos, quem mais lhe afrontou.

4.2.4 Proibição de realização de eventos oficiais comemorativos à Ditadura Militar de 1964-1985

Os princípios do Estado Democrático de Direito não autorizam que se faça qualquer apologia, comemoração ou eventos oficiais que celebrem um período como o de 1964-1985, que elegeu como política de Estado a perseguição a opositores e a prática de graves violações de direitos humanos.

4.2.5 Reformulação dos concursos e currículos para as áreas da segurança pública

Que se reformule a grade curricular, tanto na fase concursal, quanto nas academias, de formação e aperfeiçoamento militares. O recrutamento nestes órgãos precisa considerar a formação em Direitos Humanos e o domínio de princípios informadores do Estado Democrático de Direito como obrigatórios, assegurando, assim, a compatibilidade de sua atuação com preceitos fundamentais para a humanidade.

4.2.6 Retificação das causas *mortis* nos assentos de óbitos de todas as pessoas reconhecidamente mortas pelo regime militar

Deverão os organismos estatais responsáveis pela promoção de direitos e realização da justiça, mediante requerimentos dos interessados, contribuir para a rápida retificação das anotações de *causas mortis*, em assentos de óbito, em decorrência de graves violações de Direitos Humanos perpetrados no período ditatorial. Vale reiterar, aqui, que a verdadeira causa da mortes das pessoas, como a tortura e as suas consequência letais, precisa constar dos atestados de óbito.

4.2.7 Desvinculação do Instituto Médico Legal ou Departamento Médico Legal (IMP/DML) da Secretaria Estadual de Segurança Pública e da Polícia Civil

Deverá ser criado centro avançado de antropologia forense, com atribuição para a realização de perícias criminais *independentes* da Secretaria Estadual de Segurança Pública, e com plena autonomia, de modo a garantir independência do órgão na produção dos laudos, sem que haja qualquer ingerência na atividade dos peritos pelos órgãos de segurança pública.

4.2.8 Dignificação do sistema prisional estadual e socioeducativo

Dentre os pontos mais graves, do ponto de vista negativo, em nosso atual estado democrático de direito, estão os sistemas prisional e socioeducativo, onde registra-se o desrespeito aos Direitos Humanos, com ausência de políticas voltadas à reinserção social dos apenados. Estes são entregues ao desleixo e à marginalidade tendo, às vezes, como única solução, a imersão no submundo do crime .

É urgente abolir procedimentos vexatórios e humilhantes, como a revista íntima em idosos, mulheres e crianças, bem como sejam propiciados ambientes saudáveis de visitação e convívio. Desta forma, com o apoio de suas famílias, presidiários poderão melhor cumprir suas penas, sem tornar-se vítima da destruição moral decorrente do encarceramento.

Nesse sentido, a construção de penitenciárias menores, com número reduzido de presos, respeito à higiene e à intimidade do preso, acesso à formação escolar-profissional, trabalho, biblioteca, refeitório com alimentos balanceados e adequadamente conservados, celas com número reduzido de presidiários, separação conforme o delito praticado, a reincidência, a idade, a orientação sexual e celas especiais para transexuais, é algo que traria grandes melhorias ao sistema e à comunidade em que os presídios se inserem.

4.2.9 Revogação da Lei de Segurança Nacional

A Lei Federal nº 7.170/1983, adotada no ocaso da ditadura militar, não guarda conformação com a Constituição Federal de 1988 , nem tampouco com os tratados internacionais sobre Direitos Humanos assinados e ratificados pelo Brasil, de modo que impõe-se a revogação ou a substituição por um diploma que atenda o modelo do Estado Democrático de Direito, com a promoção e proteção aos Direitos Humanos.

4.2.10 Aperfeiçoamento das leis penais e processuais, com a tipificação de figuras penais correspondentes a crimes de lesa-humanidade

É nossa recomendação, e também das Comissões da Verdade, uma reforma profunda e estrutural em toda a legislação brasileira, para que os tipos penais caracterizados internacionalmente como crimes contra a humanidade e, especialmente, a figura do ‘desaparecimento forçado’, sejam incorporados ao direito penal interno.

4.2.11 Desmilitarização das polícias militares

Não é possível que, em um Estado democrático de direito, haja polícias militares vinculadas as forças armadas, com atribuição para policiamento ostensivo, como se verifica no país. Atributos militares são incompatíveis com o exercício da segurança pública no Estado democrático de direito, cujo maior interesse deve ser servir ao cidadão. A polícia é serviço público e, portanto, deve atender os interesses das comunidades, de modo que a desmilitarização das polícias é um dos principais desafios a enfrentar.

4.2.12 Sítios de memória, em âmbito federal, estadual e municipal

Instituição de uma política pública de criação de sítios de memória [dos crimes da ditadura], em nível federal, estadual e municipal, com a identificação e o tombamento de imóveis utilizados como centros de repressão, ou locais de detenção durante o período ditatorial, que passariam a ser aproveitados como memoriais ou museus, inclusive com a adoção das medidas necessárias à sua recuperação e/ou restauração.

Aqui se insere a urgência para se ultimar a desapropriação do “Dopinha”, localizado em Porto Alegre, na Rua Santo Antônio, nº 600, local de tortura no Estado do Rio Grande do Sul. Desapropriado, poderá servir

como memorial, como já ocorrem em outros países da América Latina, especialmente Argentina e Chile, onde há espaços para recordar os mortos e desaparecidos, deixados pelos regimes ditatoriais.

4.2.13 Retirar homenagens a pessoas que tenham sido direta ou indiretamente responsáveis por violações de direitos humanos

Importante, dentro deste quadro de reformas, que as homenagens a ditadores, funcionários públicos e torturadores, direta ou indiretamente ligados à prática de violações de direitos humanos ocorridas no Brasil, sejam retiradas.

4.2.14 Homenagear vítimas diretas da ditadura militar em ruas, escolas, logradouros e bairros e no interior de órgãos públicos

Por fim, que as pessoas assassinadas pela Ditadura Militar sejam lembradas por meio de homenagens com a nomeação de ruas, logradouros, escolas, bairros e no interior de órgãos públicos, como forma de preservar a memória daqueles que pereceram lutando contra o regime de exceção (de 1964 a 1985).

4.2.15 Promover a busca de cópias dos arquivos policiais e de outras entidades, bem como dos agentes repressivos

Localizar documentos ainda ocultos pelas forças de segurança e forças armadas. Especialmente no caso do Rio Grande do Sul, os arquivos do DOPS, que devem ser abertos e divulgados à sociedade. Os originais foram incinerados pelo interventor Almaral de Souza, que deve ser responsabilizado mesmo *post-mortem*.

3.2.16 Recomendações Especiais

Além dessas conclusões, algumas outras recomendações são especiais. A primeira delas visa garantir acesso à informação, para que aquilo que

ocorreu no Brasil entre, 1964 e 1985, nunca mais se repita. Isso seria alcançado através de palestras sobre o tema, especialmente nas escolas. A segunda, é a de institucionalizar as comissões da verdade, tornando-as permanentes, de modo a promover uma completa e itinerante verificação dos crimes de lesa humanidade que ainda hoje, e cada vez mais, são praticados no Brasil.



Suzana Lisboa pediu para a Subcomissão atuar quanto ao “*desaparecimento dos autos da CPI da espionagem política, realizada pela Comissão de Direitos Humanos e presidida pelo Deputado Antônio Marangon, tendo como relatora a deputada Jussara Cony. Os autos dessa CPI desapareceram*”. Outra é a recuperação dos documentos da CPI do caso do Manoel Raymundo Soares.

1. Os documentos da CPI da espionagem política foram procurados pela Subcomissão, mas não foram encontrados.

2. As CPIs do caso das Mãos Amarradas e do Caso Arébaló podem ser vistas no site oficial da Assembleia Legislativa, no Memorial do Legislativo, endereço: _

<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/PesquisaAcervo/ProcessosHist%-C3%B3ricos/tabid/6417/Default.aspx>

Suzana Lisboa pediu, ainda “ [...] Quero destacar o caso do Onofre Ilha Dornelles, de Santa Maria/RS, existe inclusive uma rua com o nome dele. A família fez um requerimento à Comissão Nacional de Familiares de Mortos e Desaparecidos, constituída pela Lei 9.140, da qual eu fazia parte. A mulher dele se chamava Marieta da Silva Dornelles e seus filhos, Volnei da Silva Dornelles e Vilnei da Silva Dornelles. Será necessário fazer novo requerimento, porque o Onofre tem direito a uma indenização que é no mínimo R\$100 mil e a mulher dele teria direito a essa indenização[...]” A família de Onofre Pinto foi procurada pela Subcomissão sem sucesso. Infelizmente, apesar dos esforços, não foi possível encontrar - ainda - nenhum dos seus herdeiros.

ANEXOS

Anexo I – Requerimento para constituição da Subcomissão

Requerimentos Diversos nº 32 /2015

Excelentíssimo Senhor (a) Deputado (a), Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos

Senhor Presidente:

Ao cumprimentá-lo, venho REQUERER a Vossa Excelência, nos termos do artigo 74 e parágrafos do Regimento Interno dessa Casa Legislativa, mediante a devida apreciação e aprovação dessa Comissão, a instalação de uma Subcomissão para tratar do seguinte tema: “Memória, Verdade e Justiça, pretendendo levantar informações sobre delitos praticados durante o período da Ditadura Militar no país, ocorridos no limite geográfico do Estado do Rio Grande do Sul / ou quanto a cidadãos gaúchos em outros Estados da Federação”.

Esta subcomissão deve ser criada no âmbito da Comissão de Direitos Humanos nesta casa com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988.

Tendo como objetivo levantar dados e documentos de posse da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, acumulados no decorrer de suas atividades; pesquisar, avaliar e encaminhar informações, dados e documentos sobre eventuais casos de violações de direitos humanos.

Receber, organizar e encaminhar informações, dados, documentos e sugestões que possam subsidiar no esclarecimento de fatos objeto de sua competência; realizar seminários, audiências públicas e diligências, com o objetivo de ajudar na elucidação de denúncias e fatos pertinentes. Atuar na sensibilização da Assembleia Legislativa e da opinião pública para a importância do estabelecimento da verdade histórica sobre o período em análise. Exercer fiscalização parlamentar dos trabalhos de órgãos vinculados ao poder Executivo, de modo a contribuir para que a mesma desempenhe com êxito suas competências e cumpra plenamente suas finalidades.

Pelo exposto, e considerando que é dever do Poder Público enfrentar este tema de altíssima relevância para a Memória, Verdade e Justiça de nosso país daquele período é submeto a proposta de instalação da presente Subcomissão para deliberação.

Nestes Termos, pede Deferimento.
Sala de Sessões, 11 de março de 2015.
Deputado (a) Pedro Ruas

Anexo II – Relação de nomes de gaúchos e pessoas de outras nacionalidades e nacionalidades, mortos ou desaparecidos no RS, em outros estados da federação ou no exterior.



Lápide de Cilon Brum aguarda seu corpo

Por fim, lembremos que foram os gaúchos sabidamente mortos pelo Regime Militar, cujos nomes defendemos que estejam inscritos em uma placa na sala onde funciona a 'Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul'. Mais dados podem ser vistos nos sites abaixo:

http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/ordem_alfabetica.pdf

e, ainda, no site Mortos e Desaparecidos :

<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/index.php?m=1>

Alceri Maria Gomes da Silva: Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Nascida em 25 de maio de 1943, em Porto Alegre, filha de Oscar da Silva e Odila Gomes da Silva. Ainda pequena, mudou-se com a família para Canoas, onde estudou até o clássico/científico, trabalhando no escritório da fábrica Michelletto. Nessa época, iniciou sua militância política e, em setembro de 1969, provavelmente como clandestina, viajou para São

Paulo. Foi assassinada no dia 17 de maio de 1970, juntamente com Antonio dos Três Reis de Oliveira, desaparecido desde então. O corpo de Alceri, enterrado como indigente no cemitério de Vila Formosa, em São Paulo, não foi até hoje entregue aos familiares. Informações constantes no relatório final da Comissão Nacional da Verdade. **(Aprovada pela Lei Federal nº 9.140/95)**

Alfeu de Alcântara Monteiro: Foi o único militar assassinado dentro de uma unidade por ocasião do golpe militar. Nasceu em 31 de março de 1922, em Itaqui (RS), filho de João Alcântara Monteiro e Natalina Shenini Monteiro. Ingressou em 1941 na Escola Militar do Realengo, depois foi para a Escola da Aeronáutica e chegou a coronel aviador, tendo uma folha de serviços prestados repleta de elogios. Defendeu a posse de Jango em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. Nessa época, assumiu o comando da V Zona Aérea em Canoas (RS) e impediu que os caças da base voassem para bombardear o Palácio Piratini, onde resistia o governador Leonel Brizola. Mas nesta mesma Base Aérea de Canoas, Alfeu foi fuzilado, em 4 de abril de 1964. **(Aprovado pela Lei Federal nº 9.140/95)**

Avelmar Moreira de Barros: Nasceu em 11 de março de 1917, em Itapuã (RS), filho de Avelmar de Barros e Vergilina Moreira de Barros. Era chacareiro e foi preso em 22 de março de 1970, por militância na VAR-Palmarenses. Foi assassinado dois dias depois, com a versão oficial de suicídio no DOPS/RS. A necropsia informou um corte na carótida, e descreve ainda ferimentos no rosto e punhos. Segundo a imprensa da época, baseada nas versões oficiais, Avelmar teria se suicidado com uma lâmina de barbear, estranhamente alcançada a ele dentro do Dops gaúcho, dois dias após sua prisão, e enquanto era interrogado e torturado. **(Aprovado pela Lei Federal nº 9140/95)**

Ângelo Cardoso da Silva: Nasceu em 27 de outubro de 1943, em Santo Antônio da Patrulha (RS), filho de João Cardoso da Silva e Celanira Machado Cardoso. Militante do Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3G). Era

motorista de táxi. Foi preso no início de abril de 1970, na rua Santa Maria, em Viamão, onde morava com a mãe e os irmãos. Assassinado em 23 de abril do mesmo ano, quando cumpria pena no Presídio Central de Porto Alegre. As autoridades da época afirmaram que se suicidara em sua cela com um lençol. **(Aprovado pela Lei Federal nº 9.140/95)**

Ari de Abreu Lima da Rosa: Nasceu em 28 de maio de 1949, em Porto Alegre, filho de Arcy Cattani da Rosa e Maria Corina Abreu Lima da Rosa. Era estudante de Engenharia na UFRGS, conhecido pelo apelido de Peninha, e não há referência de sua participação em organizações clandestinas. Preso, quando participava de uma manifestação estudantil, pelo DOPS, chamado pela diretora da faculdade, Belchis Maria Smith Santana, em 9 de janeiro de 1969. Em março do mesmo ano, foi condenado a seis meses de prisão e, ao invés de cumprir a pena junto com os demais presos políticos, foi recolhido à Base Aérea de Canoas, onde, segundo a versão oficial, se suicidou em 28 de outubro de 1970, cortando as veias do braço. Choca, em sua história, ainda não esclarecida, não apenas o motivo da prisão, mas a *via crucis* antes dela. Suas ideias de liberdade e sua rebeldia juvenil foram tratadas como doença mental, e foi sistematicamente internado em hospitais psiquiátricos. **(Aprovado pela Lei Federal nº 9.140/95)**

Baiano, Maneco, ou José Carlos da Costa ou ...: Nascido em Sergipe, oriundo de família humilde, teria por volta de 35 anos quando foi preso em Belém do Pará pelo então major Carlos Alberto Brilhante Ustra e desaparecido em circunstâncias totalmente desconhecidas – não se sabe em que cidade ou em que data foi morto. Pertenceu à Ala Vermelha e atuou como militante e dirigente da VAR-Palmarenses em São Paulo, no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Em Porto Alegre, residiu por um longo período. De sua vida, não resta nem ao menos uma foto ou sequer seu nome é conhecido. Foi preso em 2 de dezembro de 1973, em Belém/PA.

Bernardino Saraiva: Segundo sargento, servia no 19º RI de São Leopoldo. Assassinado em 14 de abril de 1964, segundo denúncia do livro “Torturas e Torturados”, de Márcio Moreira Alves. **(Sem requerimento na Lei Federal nº 9.140/95)**

Celso Gilberto de Oliveira: Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Nasceu em Porto Alegre, filho de João Adelino de Oliveira e de Julieta Pedroso de Oliveira, em 26 de dezembro de 1945. Era corretor de imóveis. Foi preso em 10 de dezembro de 1970, por integrantes do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), no Rio de Janeiro, e levado para o ‘centro de torturas’ do Exército, na Rua Barão de Mesquita, onde foi torturado até a morte. Relatórios dos ministérios militares divulgados em 1993 confirmam sua prisão pelo CISA e entrega ao DOI-CODI e afirmam que, em 29 de dezembro, após admitir sua participação no sequestro do embaixador suíço, conduziu equipes para um suposto encontro. Os arquivos que continham relatório para comprovar as acusações desapareceram. **(Consta Anexo da Lei Federal nº 9.140/95)**

Cilon da Cunha Brum: Integrou as Forças Guerrilheiras do Araguaia, onde era conhecido como Comprido ou Simão. Nasceu em 3 de fevereiro de 1946, em São Sepé (RS), filho de Lino Brum e Eloá Cunha Brum. Estudou economia na PUC/SP. Participou ativamente do movimento estudantil, tendo sido presidente do Diretório Acadêmico e do Diretório Central de Estudantes. A família o viu pela última vez em junho de 1971, por ocasião do batismo da sobrinha Liniane Haag Brum, que em 2012 lançou o livro Antes do Passado – o silêncio que vem do Araguaia. No dia 25 de dezembro de 1973, o acampamento em que se encontrava foi atacado pelo Exército, mas Cilon conseguiu escapar e a última informação de seus companheiros é de 30 de dezembro de 1973, desaparecido desde então. Depoimentos de guias que atuaram na guerrilha comprovam sua prisão pelo Exército, tendo ficado detido na base de Xambioá, e as informações dos relatórios das Forças Armadas de 1993 informam sua morte em 27 de fevereiro de 1974. Corpo nunca

encontrado. A família construiu um jazigo com sua foto e a frase – essa sepultura aguarda um corpo - e um trecho de poema de Lila Ripoll “Morreram, quem disse? Se vivos estão! Não morre a semente lançada na terra/os frutos virão”. **(Consta Anexo da Lei Federal nº 9.140/95)**

Darcy José dos Santos Mariante: Nasceu em 29 de novembro de 1929 em Caxias do Sul, filho de Maria Cândida dos Santos Mariante e Theotonio Mariante Filho. Militante do PTB na década de 1960, mais tarde se integrou ao Grupo dos Onze. Darcy era capitão da BM. Em janeiro de 1965, foi preso e sofreu torturas. Enquadrado no AI-1, foi alijado de suas funções profissionais, o que o fez mergulhar em profunda depressão. Em 8 de abril de 1966, matou-se com um tiro no peito. Seu caso tornou-se conhecido a partir do requerimento de sua família à Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos. **(Aprovado pela Lei Federal nº 9.140/95)**

David Capistrano da Costa: Dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nasceu em 16 de novembro de 1913, no distrito de Jacampari, do município de Boa Viagem (CE), filho de José Capistrano da Costa e Cristina Cirilo da Costa. Participou da ANL e da revolta em 1935, tendo sido preso e condenado a sete anos de prisão. Cumpria pena no presídio da Ilha Grande, no Rio de Janeiro, de onde fugiu a nado. Capistrano participou de atividades políticas no Brasil, Itália, Espanha, Moscou e França, neste caso contra os nazistas. Foi preso por longos períodos três vezes no Brasil e uma no campo de Gurs, na Alemanha, onde ficou por 8 meses, tendo sido libertado pesando apenas 35 quilos. De volta ao Brasil em 1944 novamente preso na Ilha Grande e depois em Fernando de Noronha há em 1961. Em 1946 elegeu-se deputado pelo PCB, em Pernambuco. Com o golpe de 1964, teve seus direitos políticos cassados. Em 1972, destacado pelo PCB para organizar as atividades de solidariedade internacional, foi para Checoslováquia. No regresso ao Brasil, em 18 de março de 1974, foi sequestrado com José Roman, quando entravam no Brasil através de Uruguaiana. **(Consta no Anexo da Lei Federal nº 9.140/95)**

Edmur Péricles Camargo: Nasceu em 4 de novembro de 1914, em São Paulo, filho de Tomás Benedito Moura Camargo e Maria da Penha Amaral Vilaça. Mais conhecido como Gauchão e jornalista de profissão, em 1952 trabalhou em Porto Alegre no jornal Tribuna Gaúcha, órgão oficial do PCB. Exilou-se no Uruguai após o golpe militar, regressando em 1967. Em 1969 retornou para Porto Alegre, quando organizou e foi dirigente do grupo Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3G). Preso em Porto Alegre, em janeiro de 1971, e banido do país no mesmo ano, integrando o grupo de 70 presos políticos trocados pelo diplomata suíço Giovanni Enrico Bucher. Viveu no Chile até o golpe militar, em setembro de 1973, seguiu para a Argentina, desaparecendo desde então. De sua vida no Rio Grande do Sul, teria deixado uma filha, que talvez não conheça sua história e o destino do pai. **(Consta no anexo da Lei Federal nº 9.140/95, mas a família não foi localizada para fazer o requerimento)**

Edu Barreto Leite: Nasceu em 20 de agosto de 1940, em Dom Pedrito (RS) filho de Assis Waldemar Leite e Idê Barreto Leite. Edu era 3º sargento do Exército e trabalhava no serviço de Rádio do Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro. A morte de Edu, em 13 de abril de 1964, foi anunciada pelo regime militar como suicídio, ao atirar-se da janela do apartamento onde morava, para fugir à prisão. O IPM localizado não contém provas. **(Aprovado pela Lei Federal nº 9.140/95)**

Elvaristo Alves da Silva: Nasceu em 28 de dezembro de 1923, em Ibirama (RS), filho de Julieta Alves da Silva e Francisco Alves Dias. Militante do PTB, teve sua casa cercada e vasculhada pelo Exército e Marinha. Elvaristo era agricultor pobre e tinha uma numerosa família. Por ser brizolista, foi perseguido e preso várias vezes após o golpe. No final de março de 1964, foi novamente preso em sua casa, com a justificativa de que se negara a renegar o apoio a Leonel Brizola. Ficou detido no Quartel de Três Passos e, em 23 de abril de 1965, foi morto no 1º Quartel de Cavalaria Motorizada de

Santa Rosa (RS), sendo apresentada a versão oficial de suicídio. **(Aprovado pela Lei Federal nº 9.140/95)**

Evaldo Luís Ferreira de Souza: Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Nasceu em Pelotas, em 5 de junho de 1942, filho de Favorino Antonio de Souza e Maria Odete de Souza. Muito jovem, entrou para a Marinha de Guerra, atuando na Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Com o golpe de 1964, foi expulso da Marinha e ficou preso durante 9 meses. Em 1966, foi condenado a cinco anos de prisão. Exilou-se por oito anos, vivendo cinco deles em Cuba. Preso e morto sob torturas em 7 de janeiro de 1973, juntamente com outros cinco companheiros da VPR, em uma chácara no município de Paulista, em Pernambuco, no chamado Massacre da Chácara São Bento. As mortes foram o último trabalho que prestou aos órgãos de segurança o infiltrado cabo José Anselmo dos Santos, amigo de Evaldo desde os tempos da marinha. **(Aprovado pela Lei Federal nº 9.140/95)**

Guilherme Gomes Lund: Integrou as Forças Guerrilheiras do Araguaia, onde era conhecido como Luiz. Nasceu em 11 de julho de 1947, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), filho de João Carlos Lund e Júlia Gomes Lund. Atuou no movimento estudantil, sendo preso em 1968 na Passeata dos 100 mil. Condenado à revelia a seis meses de prisão, mudou-se para Porto Alegre em 1969 e, no ano seguinte, viajou para integrar o movimento guerrilheiro organizado pelo PCdoB na região do Araguaia. Desaparecido desde 25 de dezembro de 1973, quando estava doente, com malária, e o acampamento em que estava foi atacado pelo Exército. **(Consta no anexo da Lei Federal nº 9.140/95)**

Gustavo Buarque Schiller: Militante da VAR-Palmares. Nasceu em 19 de novembro de 1950, no Rio de Janeiro, filho de Sylvio Brandon Schiller e Yedda de Paula Buarque Schiller. Teve participação no movimento estudantil e na luta armada contra a ditadura no RS. Foi preso pelo DOPS/RS

em 30 de março de 1970 e levado para o Rio de Janeiro. Banido do país em 1971, exilou-se na França, cursando Filosofia, Sociologia e Economia na Sorbonne. Retornou ao Brasil com a Anistia política em 1979. Atingido emocionalmente pela violência das torturas que sofreu em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, não conseguiu se recuperar para a vida. Viveu um período em Porto Alegre e no Pará, antes de voltar ao Rio de Janeiro, onde se suicidou, em 22 de setembro de 1985. **(Aprovado pela Lei Federal nº 9.140/95)**

James Allen Luz: Dirigente da VAR-Palmares. Nasceu em 21 de dezembro de 1938, na cidade de Buriti Alegre (GO), filho de Rolandina Martins da Luz e Cassiano Diniz Filho da Luz. Morreu em um acidente de carro em Porto Alegre, em 24 de março de 1973. Fora preso em 1966, em Goiânia, transferido para Brasília e depois para o Rio de Janeiro, de onde empreendeu uma fuga espetacular da prisão localizada na Fortaleza de São João. Atuou em diversas cidades do país e também no exterior. Sua foto estampava os principais cartazes de procurados pela ditadura militar. Atuava no RS quando sofreu o acidente de carro, fato que acabou por ser comprovado após o encontro do inquérito sobre ao acidente e a localização de testemunhas dos fatos. Seu corpo, entretanto, não foi entregue aos familiares. Em razão da morte acidental, seu caso foi indeferido pelos membros da Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos.

João Batista Rita: Militante do Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3G). Nasceu em 24 de junho de 1948, em Braço do Norte (SC), filho de Graciliano Miguel Rita e Aracy Pereira Rita. Morou em Criciúma até completar o curso ginasial. Mudou-se para o Rio Grande do Sul, e morava em Cachoeirinha, região metropolitana de Porto Alegre. Participava ativamente do movimento estudantil secundarista gaúcho em 1968. Preso em 1970, foi banido do Brasil em 1971, em função do sequestro do embaixador da Suíça no Brasil, viajando para o Chile com outros 69 presos políticos. Com o golpe do Chile, asilou-se na embaixada da Argentina, em Santiago. Resgatado para

a Argentina, preparava seus documentos junto ao Departamento de Imigração, sob a proteção da ACNUR, quando foi preso, em 5 de dezembro de 1973, juntamente com Joaquim Pires Cerveira, em ação da Operação Condor articulada pelo capitão do Exército Diniz Reis. Desde então, Catarina, como era conhecido João Batista no RS, faz parte da lista dos desaparecidos. **(Consta no anexo da Lei Federal nº 9.140/95)**

João Belchior Marques Goulart: Nasceu em 1º de março de 1919, em São Borja (RS). Jango foi dirigente nacional do PTB, ministro do trabalho durante o segundo governo Vargas, vice-presidente da República de 1956 a 1961 e presidente da República de 1961 a 1964, quando foi deposto pelos militares em função do Golpe de Estado em abril deste mesmo ano. Em 2 de abril, Jango chegou a Porto Alegre de onde pretendia organizar a resistência, mas em 4 de abril de 1964, asilou-se no Uruguai, visto ter entendido que haveria grande derramamento de sangue entre os brasileiros. Em 1974, a família Goulart se mudou para a Argentina devido à insustentável situação vigente no Uruguai. Jango morreu no dia 6 de dezembro de 1976 no município de Mercedes, Argentina, conforme atestado de óbito “vítima de ataque cardíaco”. Embora atestada como morte natural, há fortes indícios, e inclusive entrevistas de agentes de segurança da Argentina, de que ele tenha sido envenenado, vítima da “Operação Escorpião”, perpetrada em conjunto pelas ditaduras do Cone Sul. **(Não foi apresentado requerimento quanto à Lei Federal 9.140/95)**

João Carlos Haas Sobrinho: Integrante das Forças Guerrilheiras do Araguaia, onde era conhecido como Doutor Juca. Nasceu em 24 de junho de 1941, em São Leopoldo, filho de Ildfonso Haas e Ilma Haas. Coursou o primário e o ginásial no Ginásio São Luiz, em São Leopoldo, e o científico no Colégio São Jacó, em Novo Hamburgo, e no Colégio Anchieta, em Porto Alegre. Em 1959, ingressou na Faculdade de Medicina da UFRGS, formando-se em dezembro de 1964 e trabalhando no Hospital Ernesto Dornelles, em

Porto Alegre. Foi presidente do Diretório Acadêmico da Medicina e da União Estadual dos Estudantes (UEE/RS). Fez curso de treinamento na China e ao retornar, em 1967, montou um pequeno hospital em Porto Franco (MA). Procurado pela repressão, foi viver em São Geraldo, povoado às margens do Araguaia, onde é lembrado com orgulho por toda a população. Escreveu vários trabalhos sobre malária e leishmaniose. Na guerrilha, participou de diversos combates, sendo ferido em um deles, em 1972. Foi metralhado e morto em 30 de setembro de 1972, sendo desaparecido desde então. **(Consta no anexo da Lei Federal nº 9.140/95)**

Joaquim Alencar de Seixas: Nasceu em Bragança (PA) no dia 21 de janeiro de 1922, filho de Estolano Pimentel Seixas e Maria Pordeus Alencar Seixas. Operário, iniciou sua militância política aos 19 anos. Mudou-se para o RS em 1954, e após um período no Rio de Janeiro, retornou em 1964, participando aqui do movimento de resistência à ditadura. Trabalhou na Varig, Aerovias e Panair como mecânico de aviões e também na Pepsi-Cola de Porto Alegre. Em 1970, vivia em São Paulo, já como dirigente do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Foi preso em São Paulo junto com seu filho Ivan, que tinha 16 anos de idade. No dia seguinte, foram presas sua mulher Fanny Akserud Seixas e as filhas Ieda e Iara. Seixas foi morto em 17 de abril de 1971 no DOI-CODI/SP. Após sua morte sob torturas, testemunhada pela família, Fanny e os três filhos foram trazidos ao DOPS/RS, onde foram interrogados e torturados. **(Aprovado pela Lei Federal nº 9.140/95)**

Joaquim Pires Cerveira: Militante da Frente de Libertação Nacional (FLN). Nasceu em 14 de dezembro de 1923, em Pelotas (RS), filho de Marcelo Pires Cerveira e Auricela Goulart Cerveira. Major do Exército, passou à reserva pelo Ato Institucional nº 1, em 1964. Estudioso de línguas estrangeiras, dominava o inglês, francês, alemão e japonês. Preso em 10 de abril de 1970, com sua mulher e filho, foi torturado no DOI-CODI/RJ. Banido do país em função do sequestro do embaixador da Alemanha no Brasil, viajando

para a Argélia com outros 39 presos políticos. Depois de percorrer diversos países, inclusive o Chile de Salvador Allende, estabeleceu-se na Argentina, residindo em Buenos Aires, onde foi preso, em companhia de João Batista Rita no dia 5 de dezembro de 1973. Desde então, faz parte da lista dos desaparecidos políticos. **(Consta no anexo da Lei Federal nº 9.140/95)**

Jorge Alberto Basso: Militante do Movimento de Izquierda Revolucionária do Chile. Desaparecido na Argentina, onde foi preso no dia 15 de abril de 1976, em Buenos Aires. Nasceu em 17 de fevereiro de 1951, em Buenos Aires, filho de Jorge Victor Basso e Sara Santos Mota, e era naturalizado brasileiro. Estudante do Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, era ativo militante do movimento secundarista gaúcho, pertenceu à direção da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Porto Alegre (Umespa). Em 1971, foi para o Chile, ingressando no curso de História da Universidade do Chile. Com o golpe que derrubou Salvador Allende, viajou para a Argentina, onde trabalhou como jornalista até a data de sua prisão e desaparecimento. Teria sido visto na penitenciária de Rawson, localizada na Patagônia, onde ficaram detidos presos políticos. **(Indeferido na Lei Federal nº 9.140/95)**

Jorge Oscar Adur: Nasceu em 19 de março de 1932, na província de Entre Rios, Argentina. Militante e capelão montonero. Ordenou-se sacerdote em 1961, pela Ordem dos Agostinhos de Assunção, em Olivos, Buenos Aires. Em junho de 1980, veio ao Brasil por ocasião da visita que o papa João Paulo II faria ao país. Portava uma lista de desaparecidos que havia recebido das Madres de Plaza de Mayo e pretendia entregá-la ao pontífice em Porto Alegre. Foi preso e desaparecido em 26 de junho de 1980 a partir de Uruguaiana, na fronteira do Brasil com a Argentina, enquanto viajava em ônibus da empresa General Urquiza. **(Consta no anexo da Lei Federal nº 9.140/95)**

José Humberto Bronca: Integrou as Forças guerrilheiras do Araguaia, onde era conhecido como Fogoioó, Ruivo ou Zeca. Desaparecido na Guerrilha do Araguaia desde 13 de março de 1974. Nasceu em 8 de setem-

bro de 1934, em Porto Alegre, filho de Humberto Atteo Bronca e Ermelinda Mazaferro Bronca. cursou o primário no Colégio Rosário e Mecânica de Máquinas na Escola Técnica Parobé. Formou-se em Mecânica de manutenção de aeronaves e trabalhou na VARIG durante vários anos e depois na Indústria Michelleto. Esteve na China, para treinamento e foi um dos primeiros a chegar na região do Araguaia. Pertenceu ao comando das forças guerrilheiras, tendo sido visto pela última vez no dia 25 de dezembro de 1973, quando seu acampamento foi atacado pelas Forças Armadas. O relatório do Ministério da Marinha de 1993 diz que foi morto em 13 de março de 1974. **(Consta no anexo da Lei Federal nº 9.140/95)**

José Roman: Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nasceu em 1º de outubro de 1904, em Jaú (SP), filho dos espanhóis Manoel Roman e Trenida Gonzalez. Era metalúrgico e, desde 1950, participava das lutas da categoria. Na época em que desapareceu, trabalhava como corretor de imóveis em um esquema operado pelo PCB. Desapareceu, em 19 de março de 1974, juntamente com David Capistrano da Costa, a quem fora buscar no exterior, durante o percurso entre a cidade gaúcha de Uruguaiana e a capital paulista, onde morava. **(Consta no anexo da Lei Federal nº 9.140/95)**

Leopoldo Chiapetti: Nasceu em 17 de junho de 1906, em Garibaldi (RS), filho de Serena Pianta Chiapetti e Giacomo Chiapetti. Sob a acusação de pertencer ao Grupo dos Onze, Leopoldo foi preso em sua casa, na cidade de Mariano Moro (RS), em 30 de abril de 1964, pela PM gaúcha. Foi duramente torturado na Delegacia Regional de Polícia de Erechim. Em maio de 1964 foi internado em decorrência das lesões provocadas pelas torturas, ficando sob custódia no Hospital Santa Terezinha, em Erechim. Em 21 de maio foi posto em liberdade, mas sua saúde ficou definitivamente abalada, e decorrente dos maus tratos que passou na prisão, veio a morrer em 21 de maio de 1965. **(Aprovado pela Lei Federal nº 9.140/95)**

Lorenzo Ismael Viñas: Nasceu em Buenos Aires, Argentina, no dia 20 de junho de 1955, filho de Boris David Viñas e Maria Adelaida Gigli Valeiras. Militante montonero. Estudou Ciências Sociais em Buenos Aires. Em 1974 foi preso em Buenos Aires, ficando detido por 9 meses no presídio de Vila Devoto. Viveu no México e no Brasil, onde ficou de novembro de 1977 a junho de 1979. Desaparecido a partir de Uruguaiana, em 26 de junho de 1980, quando viajava em um ônibus da empresa Pluma com destino ao Rio de Janeiro, de onde pretendia seguir para o exílio na Europa. Vítima da Operação Condor, foi sequestrado no Brasil e levado para os centros clandestinos de tortura e assassinatos na Argentina. **(Aprovado pela Lei Federal nº 9.140/95)**

Luiz Eurico Tejera Lisbôa: Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Nasceu em Porto União (SC), em 19 de janeiro de 1948, filho de Eurico de Siqueira Lisboa e Clélia Tejera Lisboa. Pertenceu à direção estadual do PCB, militou na Dissidência do RS e foi da direção estadual da VAR-Palmares. Integrou a direção da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES), em 1967-68, tendo sido condenado a seis meses de prisão, em novembro de 1969, juntamente com Claudio Antonio Wayne Gutierrez, também dirigente da UGES, pela tentativa de reabertura do grêmio estudantil do Colégio Júlio de Castilhos, que havia sido considerado ilegal. Preso em São Paulo em circunstâncias desconhecidas, foi morto no dia 2 de setembro de 1972, com a versão de suicídio constante de um contraditório IPM, tendo sido enterrado com nome falso no Cemitério Dom Bosco, em Perus. No dia 22 de agosto de 1979, durante a votação do projeto de anistia no Congresso Nacional, foi feita a denúncia do encontro de seu corpo, o primeiro dos desaparecidos políticos localizados. Luiz Eurico foi trasladado para Porto Alegre, em setembro de 1982, sendo enterrado após receber homenagem na Assembleia Legislativa. **(Consta no anexo da Lei Federal nº 9.140/95)**

Luiz Renato Pires de Almeida: Nasceu em 18 de novembro de 1944, na localidade de Formigueiro, à época município de São Sepé (RS), filho de Lucrécio de Almeida e Doca Pires de Almeida. Foi criado no campo, junto aos nove irmãos, onde seu pai era pequeno proprietário. Mudou-se para Santa Maria para completar os estudos, ingressando na Faculdade de Agronomia, onde começou a participar do movimento estudantil. Luiz Renato foi preso em 1966, em Porto Alegre, ficando durante oito meses na Ilha-Presídio do Guaíba. Ali se encontrava quando, em 14 de março de 1966, chegou, em sua cela, o sargento Manoel Raymundo Soares. Neste mesmo ano, Luiz Renato depôs na Assembleia Legislativa denunciando as torturas e o assassinato de Manoel Raymundo. Solto em outubro, viajou para o Rio de Janeiro e de lá para Moscou, onde estudou na Universidade Patrice Lumumba. Lá se reuniu a outros estudantes latino-americanos e partiu para a Bolívia, participando da guerrilha comandada por Oswaldo Chato Peredo, do Exército de Libertação Nacional (ELN). No início de outubro de 1970, nas regiões de Masapar e Haicura, a 300 km de La Paz, Luiz Renato e outros companheiros foram mortos pelas tropas bolivianas, estando desaparecido até hoje. **(Sem requerimento para a Lei Federal nº 9.140/95)**

Manoel Custódio Martins: Nasceu em 22 de maio de 1934 na cidade de Rio Grande (RS), filho de Eleodoro Custódio Martins e Hercília Reis Martins. Militante do PTB. Foi professor de francês da Escolha 25 de Julho, em Novo Hamburgo. Estudava filosofia em São Leopoldo e direito em Passo Fundo. Foi suplente de vereador em Novo Hamburgo. Perseguido após o golpe de 1964, exilou-se no Uruguai e, em 1965, mudou-se para o Chile, onde sobrevivia lecionando português. Morreu no exílio, por suicídio, no dia 7 de fevereiro de 1978, resultado de profunda depressão ocasionada pelo exílio e perseguições políticas. **(Aprovado pela Lei Federal nº 9.140/95)**

Manoel Raymundo Soares: Militante do Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26). Nasceu em 15 de março de 1936, em Belém do

Pará, filho de Etelvina Soares dos Santos. Fez curso de aprendizagem industrial, trabalhando em uma oficina mecânica até os 17 anos, quando se mudou para o Rio de Janeiro. Em 1955, ingressou no Exército. Em abril de 1964, teve sua prisão preventiva decretada, passando a viver na clandestinidade. No dia 11 de março de 1966, em frente ao Auditório Araújo Viana, onde fazia panfletagem, foi preso por dois militares à paisana: sargento Carlos Otto Bock e Nilton Aguiadas, da 6ª Companhia da Polícia do Exército, por ordem do comandante capitão Darci Gomes Prange. Foi levado para a PE, e torturado pelo tenente Glênio Carvalho Souza, pelo 1º tenente Nunes e 2º sargento Pedroso. No dia 24 de agosto, seu corpo foi encontrado boiando no rio Jacuí, com as mãos e os pés amarrados às costas, apresentando marcas evidentes das torturas sofridas. O fato teve grande repercussão e causou comoção na opinião pública, tendo a Assembleia Legislativa feito uma CPI que foi chamada de “O caso das mãos amarradas”. Todo o caso está disponível no Memorial do Legislativo. **(Aprovado pela Lei Federal nº 9.140/95)**

Milton Soares de Castro: Militante do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Nasceu em 23 de junho de 1940, em Santa Maria (RS), filho de Marcirio Palmeira de Castro e Universina Soares de Castro. Milton era metalúrgico e participou da frente guerrilheira na Serra do Caparaó entre Minas Gerais e Espírito Santo, quando foi preso com outros militantes, em 27 de abril de 1967, sendo levado para um quartel do Exército, em juiz de Fora (MG). Foi morto no dia seguinte, com a versão oficial de suicídio. **(Aprovado pela Lei Federal nº 9.140/95)**

Nilton Rosa da Silva: Militante do *Movimiento de Izquierda Revolucionário (MIR)*, do Chile. Nasceu em Cachoeira do Sul, em 2 de fevereiro de 1949, filho de Adão Alves da Silva e Iraci Rosa da Silva. Ativo militante do movimento secundarista gaúcho, Bonito ou Bem Bolado, como era chamado carinhosamente pelos amigos, foi aluno do Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, e membro da diretoria da UGES, gestão 67/68. Em 1971 viajou

para o Chile, integrando-se ao MIR. Apaixonado por literatura, Nilton publicou no Chile um livro de poesias, intitulado *Hombre de América*. No dia 15 de junho de 1973, Nilton participava de uma manifestação pública, em Santiago, quando foi atingido por disparos, morrendo instantaneamente. Seu corpo foi velado na Frente de Trabalhadores Revolucionários por centenas de pessoas e em seu enterro compareceram milhares de chilenos e latino-americanos, junto aos líderes do Salvador Allende e de todos os partidos de esquerda. **(Sem requerimento para a Lei Federal nº 9.140/95)**

Onofre Ilha Dornelles: Militante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nasceu em 21 de julho de 1918, em Santa Maria (RS), filho de Vicente de Paula Dornelles e Celina Cândida Dornelles. Foi presidente da Federação dos Ferroviários Gaúchos e, por isso, teve seus direitos cassados pelo AI-1, em 9 de abril de 1964. Depois do golpe, foi preso e torturado, acabou morrendo no hospital em 28 de dezembro de 1964. Seu processo não chegou a ser examinado na Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos, por ter sido protocolado quando a lei 9.140 não abrangia tal situação. Com a ampliação da Lei, seus familiares ainda não foram localizados para reiterar o pedido de indenização.

Paulo Mendes Rodrigues: Integrou e comandou as Forças Guerrilheiras do Araguaia, e desapareceu na Guerrilha do Araguaia desde 25 de dezembro de 1973. Nascido em Cruz Alta (RS), em 25 de setembro de 1931, filho de Francisco Alves Rodrigues e Otilia Mendes Rodrigues. Economista, era perseguido desde o início da década de 60, sendo um dos primeiros militantes a viajar para a região do Araguaia, onde foi comandante de destacamento e membro da Comissão Militar da Guerrilha. **(Consta no anexo da Lei Federal nº 9.140/95)**

Rui Osvaldo Aguiar Pfützenreuter: Nasceu em Orleans (SC) no dia 3 de novembro de 1942, filho de Osvaldo Pfützenreuter e Leônora Aguiar Pfützenreuter. Em Porto Alegre (RS), se formou em sociologia e jornalismo,

em 1964. Ainda neste ano, foi preso pelo Exército na capital gaúcha. Depois, viajou para São Paulo, onde organizou e se tornou dirigente do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT). Preso por agentes do DOI-CODI/SP, em 14 de abril de 1972, foi ali morto sob torturas. Em plena ditadura, o parlamentar gaúcho Nadyr Rossetti, em 12 de junho de 1972, leu na tribuna da Câmara dos Deputados carta de denúncia de seu assassinato. Rui, que fora enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus (SP), acabou tendo seus restos mortais trasladados para SC, graças aos esforços de seu pai. **(Aprovado pela Lei Federal nº 9.140/95)**

Silvano Soares dos Santos: Militante do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Nasceu em 15 de agosto de 1929, em Três Passos (RS), filho de Antônio Vieira dos Santos e Malvina Soares dos Santos. Silvano era agricultor e participava da guerrilha, ligada a Brizola, na cidade de Três Passos, no Rio Grande do Sul, comandada pelo coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, em março de 1965, quando foi preso. Depois, em 10 de junho de 1970, foi preso novamente no 2º andar do Batalhão de Fronteiras e morreu 15 dias depois. A denúncia de sua morte fora feita pelo irmão Alberi Vieira dos Santos, que era agente infiltrado dos órgãos de repressão. Os dados relativos à segunda prisão não foram localizados para poder dar à viúva a indenização prevista na Lei Federal nº 9.140/95 e seguintes.

Anexo III – Locais de tortura conhecidos no Rio Grande do Sul:



1. Dopinha (Clandestino) – Porto Alegre, Rua Santo Antônio, 600
2. 5º Comando Aéreo Regional – Canoas
3. Base Aérea de Canoas
4. Delegacia de Polícia de Caxias do Sul
5. Quartel do Exército de Caxias do Sul
6. Penitenciária Estadual do Jacuí - Charqueadas
7. Delegacia de Polícia de Frederico Westphalen
8. Ilha da Pedras Brancas (do Presídio) – Guaíba
9. Delegacia de Polícia de Palmeira das Missões
10. Quartel da Brigada Militar de Passo Fundo
11. 8ª Delegacia de Polícia de Porto Alegre
12. 12º Regimento de Cavalaria mecanizada – Porto Alegre
13. Cais do Porto – Porto Alegre
14. DOI-CODI – Porto Alegre
15. Regimento de Cavalaria José de Abreu - Alegrete/RS

16. Estação Assunção do corpo de Bombeiros– Porto Alegre
17. 18º Regimento de Infantaria– Porto Alegre
18. 1º Batalhão da Brigada Militar– Porto Alegre
19. DOPS– Porto Alegre
20. Hospital Militar– Porto Alegre
21. Penitenciária Feminina Madre Pelletier – Porto Alegre
22. Polícia Federal– Porto Alegre
23. Presídio Central – Porto Alegre
24. Quartel da 6ª Polícia do Exército - Porto Alegre
25. Quartel da Companhia de Guardas - Porto Alegre
26. Regimento de Cavalaria de Porto Alegre
27. Sede da Guarda Civil de Porto Alegre
28. Serviço Social de Menores -Porto Alegre
29. 6º Batalhão de Infantaria de Santa Maria
30. Presídio de Santa Maria
31. 7º Regimento de Cavalaria de Santana do Livramento
32. 2º Regimento de Cavalaria de São Borja
33. Grupo de Artilharia de São Borja
34. 6º Batalhão de Engenharia e Combate de São Gabriel
35. 19º Regimento de Infantaria – São Leopoldo
36. Delegacia de Polícia de Três Passos
37. Quartel da Brigada de Três Passos
38. Delegacia de Polícia de Viamão
39. Navio-Prisão CANOPUS

Anexo IV – Responsáveis por Violações de Direitos Humanos no Rio Grande do Sul

Aqui citamos nomes de alguns dos responsáveis pela tortura, morte ou desaparecimento de gaúchos, aqueles que nasceram, iniciaram ou durante suas carreiras militares estiveram atuando no Rio Grande do Sul, e que, porventura, ocuparam cargos na estrutura administrativa do estado e ascenderam à estrutura nacional e, fundamentalmente, aqueles que praticaram diretamente de sevícias e morte de gaúchos no Brasil, no Rio Grande do sul ou no estrangeiro, e aqueles que, no território estadual, causaram a morte, torturaram ou desapareceram com vítimas oriundas de outros estados e países.

Antônio Ferreira Marques – (1916-2004) General de Divisão. Chefe do Estado-maior do II Exército de 1974 a 1980. Comandante do III Exército em 1980 e 1981. Chefe do Estado-Maior do Exército (1981-82). Atuou na repressão aos movimentos contra a ditadura e foi nesse período que morreu o operário Manuel Fiel Filho, vítima de tortura, nas dependências do Depto de Operações Internas do Centro de Operações para a Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército.

Antônio Jorge Correa – (1912-2007) General de Exército. Chefe de gabinete do Estado-Maior das Forças Armadas, em 1964 e de 1974 a 1976. Foi chefe do Estado-Maior do III Exército, em 1965 e 1966, e secretário-geral do Ministério do Exército, de 1967 a 1969.

Áttila Rohsetzer – (1931-) Coronel de Exército. Chefiou o serviço de informações do III Exército desde sua criação, de 1967 até 1969. Em 1970 e 1971 chefiou a Divisão Central de Informações (DCI), órgão com funções equivalentes aos Destacamentos de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), que atua em

parceria com as áreas de segurança e informações do III Exército, sendo, porém, formalmente subordinado à Secretária de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul. Organizou o DOI-CODI do III Exército em 1974 e 1975, sob a chefia do coronel João Oswaldo Leivas Job, primeiro chefe desse destacamento. Recebeu a medalha do Pacificador com Palma em 1971. Foi um dos mentores do “Dopinha” – local clandestino de tortura instalado na Rua Santo Antônio, nº 600, onde atuou nas torturas praticadas contra o Sargento Manoel Raimundo Soares. Figura na lista dos 13 agentes do Estado brasileiro citados pelo procurador italiano Giancarlo Capaldo, responsáveis pelo desaparecimento forçado dos ítalo-argentinos Horácio Domingo Campiglia Pademonti (1980), no Rio de Janeiro, e Lorenzo Ismael Viñas Gigli (1980), na fronteira de Passo de los Libres (Argentina) e Uruguiana (Brasil). Teve participação em casos de sequestro, tortura e execução. Há notícias de que Áttila Rohsetzer teria se formado em 1940, pela UFRGS, posteriormente foi suplente de deputado estadual na Assembleia Legislativa e assumiu, por um breve período no parlamento gaúcho, pelo Partido Libertador, entre 1959 e 1963.

Audir Santos Maciel – (1932-) Coronel do Exército Comandou o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército de 1974 a 1976, período em que foram executados opositores da ditadura militar em ações da repressão política. Teve participação em casos de prisão ilegal, tortura, morte e desaparecimento forçado, e sob seu comando foi realizada a Operação Radar, que vitimou dirigentes e militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Recebeu a Medalha do Pacificador em 1973.

Benoni de Arruda Albernaz – (1933-1993) Capitão do Exército. Serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, em São Paulo. Teve participação em casos de tortura, execução, desaparecimento força-

doe ocultação de cadáver. Vítimas relacionadas: Virgílio Gomes da Silva e Titode Alencar Lima (1969); Dilma Vana Rousseff e José Maria Ferreira de Araújo (1970); Gilberto Natalini (1972).

Carlos Alberto Brilhante Ustra – (1932-2015) Coronel do Exército. Comandou o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército entre setembro de 1970 e janeiro de 1974, período em que ocorreram ao menos 45 mortes e desaparecimentos forçados sob a responsabilidade dos agentes do DOI-CODI de São Paulo. Teve participação direta em casos de prisão, detenção ilegal, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Recebeu, em 1972, a Medalha do Pacificador com Palma, concedida aos militares e civis brasileiros que, em tempo de paz, no exercício de sua função ou no cumprimento de missões de caráter militar, tenham se distinguido por atos pessoais de abnegação, coragem e bravura, com risco de vida.

Carlos Aberto da Fontoura – (1912-1997) General de Brigada, Chefe do SNI de abril de 1969 a outubro de 1974, período em que as organizações de oposição ao regime militar foram severamente reprimidas. Foi chefe do Estado-Maior do III Exército de 1966 a 1969. Após deixar o SNI, foi nomeado embaixador do Brasil em Portugal, cargo que exerceu de 1974 a 1978.

Cláudio Antônio Guerra – (1940) Delegado de polícia no estado do Espírito Santo. Serviu no DOPS desse estado. Teve participação em casos de execução, desaparecimento forçado, ocultação e incineração de cadáver. Reconheceu essa atuação criminosa em três depoimentos que prestou à CNV, ocorridos em 25 de junho de 2012, 16 de agosto de 2013 e 23 de julho de 2014. Em agosto de 2014, participou da diligência da

CNV na Usina Cambahyba, em região próxima à cidade de Campos dos Goytacases (RJ); a Usina foi identificada por Guerra como local onde, em 1973 e 1974, incinerou corpos de presos levados da Casa da Morte, em Petrópolis (RJ).

Emílio Garrastazú Medici – (1905-1985) General de Exército Presidente da República de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974. Durante o seu governo, a prática da tortura foi institucionalizada, e houve a difusão do modelo da Operação Bandeirante (OBAN) para todo o território nacional, com a criação dos Destacamentos de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Foi chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) entre março de 1967 e abril de 1969.

Ernesto Geisel – (1907-1996) General do Exército, presidente militar da ditadura, entre 15 de março de 1974 até 14 de março de 1979. Fez parte do grupo de presidentes/ditadores da linha dura e, durante o seu governo, o tão “propalado “milagre econômico” começou a ruir. Foi na sua gestão que houve o maior número de “desaparecidos”. Ainda nesse período, em 1975, o jornalista Wladimir Herzog foi assassinado nas dependências do DOI-Codi, em São Paulo. Em janeiro de 1975, o operário Manuel Fiel Filho aparece morto em situação semelhante. Como forma de disfarçar as atrocidades e a crise econômica, Geisel aponta para uma abertura, revogando o AI-5.

Firmino Peres Rodrigues – (1931) Delegado de Polícia do Rio Grande do Sul. Foi chefe do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul na década de 1970, quando o órgão esteve à frente de casos de detenção ilegal, tortura e execução de oponentes ao regime.

José Brant Teixeira – (1934) Tenente-coronel do Exército. Esteve vinculado ao Centro de Informações do Exército (CIE) de 1971 a 1979, quando passou a prestar serviços ao Serviço Nacional de Informações (SNI). Chefiou equipe do CIE que atuava na Casa da Morte, centro clandestino localizado em Petrópolis (RJ). Atuou na repressão da Guerrilha do Araguaia e participou da “Operação Limpeza” realizada em janeiro 1975, que se destinou à ocultação dos corpos dos guerrilheiros e camponeses executados e ao encobrimento dos vestígios da atuação das forças repressivas. Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1971. Vítimas relacionadas: Carlos Alberto Soares de Freitas e Antônio Joaquim de Souza Machado (1971); David Capistrano da Costa e José Roman (1974).

José Morsch – (1912) Delegado de polícia. Diretor-substituto do DOPS/RS. Em 1967 foi denunciado na comissão parlamentar de inquérito da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul que investigou o “caso dosargentodasmãosamarradas” e pelo Ministério Público Estadual. Teve participação em caso de tortura e execução. Vítima relacionada: Manoel Raimundo Soares (1966).

Leuzinger Marques Lima – (1928) Coronel-aviador. Adjunto do adido aeronáutico na Embaixada do Brasil em Montevideú. Recebeu a Medalha do Pacificador em 1971. Vítima e caso relacionado: teve participação na detenção ilegal e na tortura de Jefferson Cardim de Alencar Osório, ocorrida em Buenos Aires, em dezembro de 1970.

Luiz Carlos Menna Barreto – (1926-1993) Tenente-coronel do Exército. Chefe de gabinete do secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul e responsável pelo “Dopinha”, centro de tortura clandestino instalado no centro de Porto Alegre. Em 1967 foi denunciado na Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul que investigou o “caso do sargento das mãos amarradas”, assim

como pelo Ministério Público estadual. Teve participação em caso de tortura e execução.

Luiz Macksen de Castro Rodrigues – (1924-2004) Superintendente da Polícia Federal do Rio Grande do Sul em 1978, à época do sequestro de Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Días, em Porto Alegre, para o qual a Polícia Federal foi acusada de fornecer veículos que transportaram os agentes que participaram da operação. Em 2007, foi denunciado pelo procurador italiano Giancarlo Capaldo em razão de suas responsabilidades no sequestro do argentino Lorenzo Ismael Viñas, ocorrido em Uruguaiana (RS), em 26 de junho de 1980.

Marco Aurélio da Silva Reis – Delegado de polícia. Serviu e comandou o Departamento de Ordem Polítca e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS). Teve participação em caso de prisão ilegal e tortura. Vítimas relacionadas: Antônio Pinheiro Salles (1970), Lilián Celiberti, Universindo Rodríguez Días (1978).

Paulo Malhães – (1938-2014) Coronel do Exército. Serviu no Centro de Informações do Exército (CIE). Com intensa participação em atividades de repressão, atuou nos estados do Rio de Janeiro – inclusive na Casa da Morte, em Petrópolis – do Rio Grande do Sul, do Paraná e do Mato Grosso, na região Nordeste e na região do Araguaia. De acordo com depoimento que prestou à CNV, esteve, também, em operações que contaram com a cooperação de agentes argentinos e chilenos. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Convocado pela CNV, prestou depoimento por ocasião de audiência pública sobre a Casa da Morte, de Petrópolis (RJ), em 25 de março de 2014. Foi assassinado em abril de 2014, tendo a Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro concluído pela ocorrência do crime de

latrocínio (roubo seguido de morte). Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1974.

Paulo Sérgio Nery – (1935-1979) Diplomata. Chefiou o Centro de Informações do Exterior (Ciex) do Ministério das Relações Exteriores, de janeiro de 1969 a novembro de 1973. Teve participação no caso do desaparecimento forçado de Edmur Péricles Camargo, em Buenos Aires, em 16 de junho de 1971. Recebeu a Medalha do Pacificador em 1971.

Pedro Carlos Seelig – (1934) Delegado de polícia. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS). Teve participação, como mandante e torturador, em casos de detenção ilegal, tortura e execução de centenas de pessoas. Recebeu a Medalha do Pacificador em 1972. Foi citado por todos os depoentes e as CPIs realizadas pela Assembleia Legislativa - O Caso das Mãos Amarradas e Jovem Arébaldo - também citaram Seelig como torturador. O nome do delegado é sinônimo de repressão no Estado e foi braço mais duro do regime dos generais em terras gaúchas. Ele inclusive já teve muitos nomes. Uns o chamavam de “Fleury dos pampas”, em referência ao famoso comandante dos esquadrões da morte em São Paulo. O jornalista Luiz Cláudio Cunha o apelidou, em seu livro O Sequestro dos Uruguaios, de “Carcará”, a ave predadora que “pega, mata e come”. A exemplo de outros torturadores, também foi agraciado com honrarias, como a Medalha do Pacificador.

Roberto Hipólito da Costa – (1918-1974) Brigadeiro do Ar. Serviu na V Zona Aérea em 1964. Teve participação em caso de execução. Recebeu a Medalha do Pacificador em 1965. Vítima relacionada: coronel Alfeu de Alcântara Monteiro (1964).

Ruy de Paula Couto – (1916-) General de Exército, Chefe do Estado Maior do III Exército de dezembro de 1969 a maio de 1972, período em que ocorreram números expressivos de casos de detenção ilegal, tortura, desaparecimento forçado e morte no Rio Grande do Sul e demais estados da região sul.

Sebastião José Ramos de Castro (1922) General de Exército. Adido do Exército na Embaixada do Brasil em Buenos Aires, de março de 1971 a fevereiro de 1973. Teve participação no sequestro e desaparecimento forçado de Edmur Péricles Camargo, em Buenos Aires, em 16 de junho de 1971. Passou a servir no Serviço Nacional de Informações (SNI). Teve também participação no caso do sequestro dos cidadãos paraguaios Aníbal Abbate Soley, Alejandro Stumpfs e Rodolfo Mongelos, ocorrido em Foz do Iguaçu em dezembro de 1974.

BIBLIOGRAFIA

Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV);

Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade (CEV-RS);

Assembleia Legislativa do RS 1984– Dossiê dos mortos e desaparecidos: documento do Comitê Brasil pela Anistia/Secção RS;

BRUM, Liniane Haag - Antes do Passado/o silêncio que vem do Araguaia - Arquipélago Editorial;

CPI do caso Arébaló, disponível no Memorial do Legislativo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul;

CPI “Caso Mãos Amarradas”, disponível no sítio do Memorial do Legislativo;

CUNHA, Luís Cláudio - *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios – Uma reportagem dos tempos da ditadura*”, Porto Alegre: L&PM, 2008;

Ferre, Omar– Sequestro no Cone Sul, Editora Contemporânea.

Fotos Históricas: Google – domínio público

GASPARI, Elio - A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (orgs)- História Geral do Rio Grande do Sul - República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985). Vol. 4. Méritos, 2007.

KLEIN, Lucia; FIGUEIREDO, Marcus- *Legitimidade e coação no Brasil pós-1964*, Internet.

PALMAR, Aluizio – Onde foi que enterraram nossos mortos, editora Travessa dos Editores CPI do caso das “mãos amarradas”, disponível no sítio Do Memorial do Legislativo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Poder Judiciário – TRF4: O direito na história – O Caso das Mãos Amarra-

das Porto Alegre, 2008.

RODEGHERO, Carla Simone- *Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul*.

SKIDIMORE, Thomas *Brasil: De Castelo a Tancredo – 1964-1985*. SP: Paz e Terra, 4ª e, 1970.

TAVARES, Flávio : *Memórias do Esquecimento*, editora LP&M .

TOVO, Paulo Cláudio - Relatório integrante da apelação civil 2001.04.01.085202-9/RS. In:

Fotos:

<https://www.google.com.br/search?q=ditadura+militar+no+brasil&es-pv=2&biw=1440&bih=775&site=webhp&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&sqj=2&ved=0ahUKEwiToJeQiJ7LAhXHIZAKHYadA5oQsAQILQ&dpr=1>

-Acervo do Gabinete Deputado Pedro Ruas

-Portal ALRS

PRESIDENTE E RELATOR:

Deputado Pedro Ruas

EQUIPE EXECUTIVA

Jurema Josefa – Jornalista, assessora de imprensa/coordenação edição.

Luiz Morém – Fotografia

Marisa Schneider – Jornalista revisora e editora

Ramiro Gouurlart – Pesquisa

PLANEJAMENTO GRÁFICO/CAPA/DIAGRAMAÇÃO: Cielito Rebelatto Junior

EQUIPE APOIO - GABINETE PEDRO RUAS

Ricardo Sommer, Gilvandro Antunes, Rogério Benitez e Roberta Pinto.

AGRADECIMENTOS:

De forma especial aos depoentes, companheiros de lutas em favor dos direitos humanos, Raul Ellwanger e Suzana Lisboa, por terem dado seu testemunho e, ainda, apoiado a construção do relatório.

Nosso muito obrigado a dedicação das equipes de assessores da comissão de Cidadania e Direitos Humanos, dos técnicos das áreas de segurança, taquigrafia, som, imagem e aos jornalistas da Agência de Notícias, Rádio e TV Assembleia.

